**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social**

Luciano Felipe dos Santos

Paul Aussaresses:
um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)

São Paulo
2014
(Versão Corrigida)

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social**

Luciano Felipe dos Santos

Paul Aussaresses:
um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento de
História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
História Social.

Orientadora:
Prof.^a Dra. Maria de Lourdes Monaco Janotti

São Paulo
2014
(Versão Corrigida)

Luciano Felipe dos Santos
Paul Aussaresses:
um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)
Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em História Social.

Banca Examinadora

(nome, assinatura e instituição)

(nome, assinatura e instituição)

(nome, assinatura e instituição)

Aprovado em:_____

Agradecimentos

Todo trabalho tem o núcleo duro e o núcleo semiduro em seu desenvolvimento. E estar em um ou outro grupo não significa maior ou menor contribuição. O núcleo duro, claro, é composto por aqueles que te acompanharam de perto no trabalho, muitas vezes colocando a mão na massa ou nos ajudando a refletir, não desanimar. O núcleo semiduro é composto por aqueles que não necessariamente estão no seu dia-a-dia, mas sem os quais o trabalho não seria possível ou seria muito mais difícil. Muitas vezes é um amigo que está distante, mas que te ajudou a construir uma trajetória, pode ser o companheiro de arquivo ou o próprio arquivista, um antepassado em reverência ao qual muitas vezes nosso inconsciente busca força, ou mesmo um(a) filho(a) em nome do qual acreditamos ser importante dar o exemplo. Enfim, núcleo duro e semiduro não são mais nem menos importantes, só desempenham papéis distintos.

Fiz a introdução acima pois é difícil creditar a cada uma das pessoas que seguirão a importância que elas têm neste trabalho. Cada uma delas sabe o porquê de estar aí, independente de qualquer frase que eu possa escrever para caracterizá-las.

Do núcleo duro, gostaria de agradecer, em primeiro lugar os amigos do Núcleo de Estudos de História e Historiografia (NEHH), da USP: Ana Paula Iervolino, André Moreira Oliveira, Joana Neves, Marcos Rafael da Silva, Maria Aparecida Blaz Amorim, Nádia Saito, Orange Matos Feitosa, Rita de Cássia Lana, Tathianni Cristini da Silva e Valdecila Cruz Lima. Já são anos de companhia e crescimento intelectual junto com vocês. Obrigado por tudo! Espero que esse trabalho não os envergonhe. Do núcleo duro, destaco ainda meu outro grupo, o da experiência de vida: Cleyton Boson, Uassyr de Siqueira, Marcelo Henrique Magalhães, Marcos de Abreu Nery, Marconi Tabosa de Andrade, Adriano Mascarenhas Mercucci, Omar Alves, César Kieling, Aldo Barreto, Fernanda Miranda Cruz, Simone Fernandez, Sérgio Henrique Moura Estevão, Maria Rocha Rodrigues, Elizabete Jacob, Idalina Malta e Simone González. A força de vocês foi indispensável nessa trajetória. Por fim, neste núcleo, agradeço ainda ao professor João Roberto Martins Filho (UFSCAR), pelas críticas e importantes contribuições na defesa, e à professora Maria Lígia Coelho Prado (USP), que contribuiu não só na defesa, mas também na qualificação. Refleti profundamente sobre os comentários e críticas de ambos, que espero, ao menos em parte, ter contemplado no texto, o que não me exime da responsabilidade absoluta sobre as ideias aqui defendidas.

Do núcleo semiduro, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos atenciosos funcionários do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, “seu” Eustáquio e César. Desse núcleo, faz parte, ainda, meus irmãos Antônio Luiz Felipe dos Santos, Valdomira M. Felipe dos Santos e Rafael Felipe dos Santos, bem como meus sobrinhos Lívio Felipe Mendes, João Pedro Felipe, Luana Sertão, Sara Vitória Sertão e Paulo Artur. Vocês não sabem, mas me acompanharam durante toda a jornada. Aqui também são importantes Alceu e Inês Siqueira, bem como Santo e Nilza Siqueira. O acolhimento, apoio e a eterna cobrança de vocês também foram importantes ao longo do meu caminho.

Por fim, gostaria de agradecer às pessoas que não se enquadram em nenhuma das classificações acima. Em primeiro lugar à minha orientadora, a professora Maria de Lourdes Monaco Janotti, coordenadora do Núcleo de Estudos de História e Historiografia (NEHH). Obrigado pela generosidade e confiança de ter me sugerido o tema e pelo constante incentivo, cobranças e sugestões perspicazes. Conviver com ela é uma experiência de constante inquietação intelectual e faro investigativo. Terminei esse trabalho com a certeza de que foi uma honra tê-la como guia. Obrigado por tudo. Para além de minha orientadora, faz parte desse último núcleo minha companheira Paola Gongra Vieira, meus avós paternos, Antônio Felipe dos Santos e Valdomira Tavares de Lyra, e maternos, Maria Pereira Sertão e Luís Sertão de Souza (todos *in memoriam*), e meus pais, o Sr. João Felipe dos Santos e a Sra. Aldenir Sertão dos Santos. Paola sabe por que escolhi agradecê-la nesse núcleo, e não em um dos dois primeiros. Os comentários sobre meus pais estão na próxima página.

*Pai, jamais esquecerei sua explosão de alegria quando,
chegando do trabalho, recebeu a notícia de que seu
filho tinha passado no vestibular.*

*Mãe, jamais esquecerei seus ensinamentos. A senhora é
fonte inesgotável de saber, dedicação e amor, e meu pai
foi um homem de sorte, e competência, é claro.*

*Este trabalho é para vocês e para a família que,
com seus exemplos, construíram.*

*No mundo há muitas armadilhas
e o que é armadilha pode ser refúgio
e o que é refúgio pode ser armadilha
[...]*

Há muitas armadilhas no mundo e é preciso quebrá-las.

Ferreira Gullar. In: *Dentro da Noite Veloz* (1962-1975)

Resumo

Felipe dos Santos, L. **Paul Aussaresses: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2014.

Esta dissertação analisa as memórias do general e agente secreto francês, Paul Aussaresses, veterano da Resistência Francesa na Segunda Guerra Mundial e das guerras da Indochina (1946-1954) e da Argélia (1954-1962). Sua competência como agente de informação adquirida nesses eventos o tornaram elemento importante dentro dos Serviços Secretos franceses. Em virtude de sua especialidade, a doutrina da guerra revolucionária – um método militar não convencional de luta contra insurgentes que pressupõe prisões arbitrárias, tortura, execuções sumárias e terror psicológico sobre a população – Aussaresses ministrou cursos na escola de agentes especiais norte-americana, *Fort Bragg*, na Carolina do Norte, entre 1961 e 1963 (no contexto da Guerra do Vietnã), bem como no Brasil durante a ditadura civil-militar, onde foi adido entre 1973 e 1975. Além disso, comerciou armas e realizou missões delicadas pela França em diversos países. Foi um anônimo até os 82 anos quando, em novembro de 2000, deu ao jornal *Le Monde* um depoimento sobre as torturas e execuções sumárias sistemáticas que praticara na Argélia. Suas memórias, publicados depois disso, mostram outra imagem da França, bem como desvendaram seu sistema de ação durante a Guerra Fria. No primeiro capítulo, fazemos uma descrição do seu contexto de atuação profissional. No segundo, analisamos suas memórias propriamente ditas, tirando delas o *modus operandi* dos franceses no contexto da Guerra Fria. No terceiro, analisamos a influência francesa nas forças armadas brasileiras bem como as relações entre a ditadura brasileira e a democracia francesa, com foco nas questões militares e econômicas sugeridas pelas memórias do General.

Palavras-Chave:

Paul Aussaresses. Ditadura civil-militar brasileira. Brasil-França. Memória. Indivíduo e história.

Abstract

Felipe dos Santos, L. **Paul Aussaresses: a french general acting in the Brazilian dictatorship (a study of case)**. 2014. 161 f. Master Dissertation – Faculty of Philosophy, Letters, and Human Sciences, São Paulo, Brazil, 2014.

This dissertation analyzes the memories of the General and french secret agent, Paul Aussaresses, veteran of the French Resistance in World War II and the wars in Indochina (1946-1954) and Algeria (1954-1962). His competence as information agent, acquired in these events, turned him an important element within the French Secret Service. Because of his specialty: the doctrine of revolutionary war (an unconventional military method of fighting against insurgents, that assumes arbitrary arrests, torture, summary executions and psychological terror on the population), Aussaresses taught courses in the North American school of special agents, in Fort Bragg, North Carolina, between the years of 1961 and 1963 (in the context of the Vietnam War), as well as in Brazil during the civil-military dictatorship, where he was military attaché between 1973 and 1975. Moreover, he traded weapons and conducted, to France, undercover missions in several countries. He lived in anonymity until 82 years old when, In November of 2000, he gave to the newspaper *Le Monde* a testimonial about the systematic torture and summary executions that had practiced in Algeria. His memories, published after this, show another image of France as well as uncovered its system of military action during the Cold War. In the first chapter of this dissertation, we make a description of the context of his professional practice. In the second, we analyze his memories, extracting them the *modus operandi* of the France in the context of the Cold War. In the third, we analyze the french influence in the brazilian armed forces and the relations between the brazilian dictatorship and french democracy, always with the focus in the military and economic matters suggested by the memories of the General Aussaresses.

Keywords:

Paul Aussaresses. Brazilian civil-military dictatorship. Memory. Individual and history.

Sumário

Considerações iniciais	11
I. PODER, CONTRAPODER E REPRESSÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	20
1. Guerra Fria e hegemonia estadunidense.....	21
2. A insurgência ganha força: a descolonização afro-asiática.....	33
3. A expansão do capital internacional e a ascensão dos regimes ditatoriais na América Latina a partir dos anos 1960	48
II. PAUL AUSSARESSES COMO AGENTE DA POLÍTICA FRANCESA NO PÓS-GUERRA.....	55
1. Formação e atuação de um agente especial	65
2. De aluno a professor: a criação do 11º Batalhão de Choque.....	73
3. A Guerra da Indochina: surge um novo paradigma de combate	80
4. Aussaresses na Guerra da Argélia: tortura e execuções sumárias como método	89
5. Após a guerra da Argélia: um agente a serviço da França (e do capital)	103
III. BRASIL E FRANÇA: QUANDO UMA DITADURA E UMA DEMOCRACIA SE APROXIMAM.....	119
1. Da Missão Gamelin (1919-1940) à Guerra Fria.....	125
2. Teoria e Prática: a doutrina da guerra revolucionária no Brasil e o Golpe de 1964.....	131
3. Uma democracia que procura lucrar com uma ditadura.....	138
4. “Operação Imagem”: Uma ditadura que quer o apoio de uma democracia	147
Considerações finais	151
Bibliografia.....	155

Considerações iniciais

Quando, em primeiro de setembro de 1939, Adolf Hitler ordenou que suas tropas invadissem a Polônia, ele não estava dando início apenas àquela que ficaria conhecida como Segunda Guerra Mundial, mas iniciava transformações que reverberariam anos depois, muitas delas, inclusive, até os dias atuais: 1) as relações de poder entre os Estados nacionais seriam transformadas, especialmente em virtude de acordos (políticos, militares, econômicos e científicos) que seriam assinados entre as diferentes nações durante aquele conflito e no pós-guerra; 2) o mapa-múndi seria redesenhado, em especial na Ásia e na África, em virtude do fim dos antigos impérios coloniais; 3) por fim, ocorreriam transformações políticas e culturais como reflexo do processo de recuperação das nações após o conflito, mas também das disputas que saíam dele.

Para os objetivos desta dissertação, interessam, sobretudo, as transformações relativas às relações de poder entre as nações de 1946 a 1975¹, bem como alguns acordos militares, científicos e econômicos que nos ajudam a compreender como essas relações de poder vão se configurando no período. Tais acordos, como o que cria a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em 1949, ou o Pacto de Varsóvia, em 1954, antagônicos entre si, explicitam uma situação internacional dominada por duas potências (EUA e URSS), e determinam a condição a que outras nações têm de se submeter para não se verem isoladas.

A primeira região a ser afetada por aquela guerra é a Europa. A princípio pela transformação de sua economia, pois tanto a vida urbana quanto a rural serão modificadas pelo esforço de guerra, o que, em certas regiões, levará a economia voltada para as necessidades diárias praticamente à paralisação. Em segundo lugar, pelas gigantescas perdas humanas e materiais, decorrentes do fato de esta região ter sido o principal palco da guerra. Em terceiro, pelo avanço da esquerda comunista no pós-guerra, o que levou à expansão do Estado por meio de políticas públicas no chamado “Estado de Bem-Estar Social”. Além disso, a autonomia dos territórios também passou por mudanças no pós-guerra, sobretudo com a criação da OTAN, que tinha nos EUA (Estados Unidos da América) sua principal força e liderança, o que fazia com que suas bases, espalhadas por diferentes territórios europeus, estivessem à disposição da defesa

¹ Período que foi chamado de “trinta anos gloriosos” pelo economista francês Jean Fourastié devido ao grande desenvolvimento da economia francesa (e mundial) naqueles anos, mas que também é marcado pela Guerra Fria e pela descolonização da África e da Ásia.

dos interesses estadunidenses em território estrangeiro, ainda que, a princípio, estivesse ali na defesa de seus aliados europeus. Do ponto de vista político (e geográfico), o pós-guerra também trouxe a divisão entre os Estados europeus que ficaram sob a influência estadunidense e os que ficaram sob a batina do comunismo soviético, como o Leste Europeu que, libertado do controle nazista pelo Exército Vermelho, ficaria em sua zona de influência nos acordos estabelecidos entre os aliados no final do conflito.

Ao mesmo tempo, a guerra – ao levar para diferentes regiões de conflito soldados recrutados entre povos colonizados até então mantidos relativamente isolados e sob situação de total dominação, permitindo-lhes “a ocasião de uma descoberta brutal do homem branco, na sua verdade, sem máscara imperial nem ouropéis proconsulares” (KI-ZERBO, 2002: 158), bem como ao fazer surgir, em 1945, a Carta das Nações Unidas, que criou a Organização das Nações Unidas (ONU) e inseriu no direito internacional o princípio da autodeterminação dos povos – serviu de combustível, nas regiões onde os movimentos de independência eram antigos, ou de estopim, onde esses movimentos ainda não tinham vindo à tona, para levantes nacionalistas entre diversos povos africanos e asiáticos, que requererão sua separação e independência em relação a suas antigas metrópoles europeias.² Tais movimentos de independência redesenharão o mapa-múndi, criando novas nações que se tornarão, no jogo político-ideológico internacional, forças a serem disputadas.

Por fim, na América Latina, o pós-guerra, e seus desdobramentos, influenciará no processo de derrocada de diversos governos liberais e na ascensão de uma série de regimes autoritários patrocinados pelos EUA, sobretudo após a Revolução Cubana de 1959 e seu posterior alinhamento à zona de influência soviética.

No caso do Brasil, o golpe militar de abril de 1964 e a ditadura que ele originou são geralmente vistos como obras orquestradas pelos militares brasileiros em consonância com os interesses norte-americanos na região. Por ser um país continental, possuir grande população e ter relativa influência regional, a ascensão do comunismo – por via revolucionária ou devido a uma suposta guinada do governo João Goulart (1961-1964) em direção ao chamado esquerdismo – teria tornado o país peça chave para

² Eric Hobsbawm comenta que, antes da Segunda Guerra, fora a Grande Depressão decorrente da Crise de 1929 o principal responsável por fermentar os movimentos de independência nas regiões onde havia uma minoria militante, pois a grande crise da década de 1930 possibilitou o “contato entre as minorias politizadas e a gente comum de seus países. Isso se deu mesmo em países como a Índia, onde o movimento nacionalista já tinha mobilizado apoio de massa. [...] [Mas] tornou-se mais óbvio em países até então menos mobilizados.” (HOBSBAWM, 2005: 212)

os Estados Unidos da América (EUA) no contexto da Guerra Fria. Seria preciso, portanto, deter o processo em curso no país e criar um regime que o mantivesse na órbita de Washington. Na esteira de tal processo, teria ganhado força, por intermédio da atuação do General Golbery do Couto e Silva e da Escola Superior de Guerra, a Doutrina da Segurança Nacional, que preconizava a defesa da sociedade nacional contra o “inimigo interno”. Essa doutrina – cuja origem parece estar nos cursos promovidos pelos EUA na Escola das Américas, no Panamá – teria sido amplamente disseminada na América Latina, em virtude dos estágios de seus inúmeros militares que frequentaram aquela escola, e servido de substrato para os diversos golpes militares ocorridos na região a partir dos anos 1960.

No entanto, se o golpe em si está intimamente ligado aos EUA – o que, para além das influências político-ideológicas, é comprovado pela *Operação Brother Sam*, idealizada pelo embaixador norte-americano no Brasil em 1964, Lincoln Gordon, e que visava oferecer apoio logístico aos golpistas (CORRÊA, 1977: 15) –, nos últimos anos a abertura de novos arquivos, bem como a publicação de memórias de personagens (conhecidos ou até pouco tempo desconhecidos) que tiveram papéis relevantes no período, vem abrindo novas frentes de investigação tanto sobre o golpe, quanto sobre o desenvolvimento da ditadura ao longo dos seus 21 anos. E quando falamos no surgimento de novas fontes de informação não estamos nos referindo apenas a fontes brasileiras ou norte-americanas.

Como o que ocorria na América Latina não estava descolado do que acontecia em outras partes do globo na segunda metade do século XX, revelações vindas à tona fora do Brasil acabaram reverberando aqui e ensejando novas reflexões e investigações. Neste contexto, destacamos, em primeiro lugar, a retomada da discussão sobre a atuação da França na Guerra da Argélia (1954-1962), tema que foi reaberto no ano 2000 em virtude de uma sequência de matérias publicadas pelo jornal *Le Monde* desde junho daquele ano e que culminaria, em novembro, na publicação de uma entrevista com o até então pouco conhecido general da reserva Paul Aussaresses, que desempenhara importante papel naquele conflito. Na entrevista o então General reafirma as torturas e execuções sumárias praticadas pelos franceses em sua ex-colônia e demonstra não ter arrependimento de sua atuação em um dos episódios centrais daquela guerra, a Batalha de Argel (1957). Como, após a publicação de sua entrevista, ele passou a ser atacado por diferentes grupos sociais, inclusive por militares, em maio de 2001 o general decide

publicar um livro de memórias, *Services Spéciaux: Algérie, 1955-1957*, defendendo-se e detalhando sua atuação como agente especial do governo francês naquele conflito. Nas notas do livro faz algumas menções aos seus trabalhos posteriores e à sua passagem, como instrutor, por escolas militares dos EUA e como adido militar no Brasil no período de 1973 a 1975.

Essa discussão sobre a atuação da França na Guerra da Argélia trouxe à tona um segundo debate referente ao método usado por suas forças armadas e sua sistematização em uma doutrina – chamada pelos franceses de “doutrina da guerra revolucionária” – desenvolvida na Escola Superior de Guerra (ESG) de Paris, em 1954, e que fora transmitida pelos franceses a outros países. Na esteira desse processo, ganharam notoriedade as missões francesas na Argentina, no final dos anos 1950, bem como detalhamento a atuação de Paul Aussaresses como instrutor não só nos EUA, mas também no Brasil, por meio do documentário *Escadrons de la mort: l'école française* (2003), da jornalista francesa Marie-Monique Robin.

Esse conjunto de elementos inquietou inúmeros estudiosos. Assim, a atuação da França nesse período passou a ser vista com maior acuidade por pesquisadores de diferentes áreas. No Brasil, o cientista político João Roberto Martins Filho (2004) é um dos pioneiros na reflexão sobre o tema, debruçando-se sobre o conceito de “guerra revolucionária” e a formação dos militares brasileiros no período. A historiadora Samanta Viz Quadrato (2012) investigou a influência francesa na preparação dos agentes de informação da ditadura. E até mesmo obras já consagradas, como o filme *A Batalha de Argel* (Gillo Pontecorvo, 1966) foram revistas à luz das revelações de Aussaresses e suscitaram novas análises sobre a tortura e a violência política na Argélia e no Brasil, como discute a historiadora Maria de Lourdes Monaco Janotti (2013).

Imbuído da tradição que centrava sua análise sobre a ditadura brasileira a partir da influência e dos interesses estadunidenses, tanto as revelações de Paul Aussaresses, que chegaram até mim por intermédio da professora Janotti, quanto a reflexão dos outros pesquisadores citados sobre a questão, foram-me surpreendentes e suscitaram-me questionamentos não apenas sobre o método e a atuação dos franceses no Brasil, mas também sobre quais teriam sido seus interesses na ditadura brasileira. A partir desses questionamentos, um plano de trabalho foi estabelecido, o que passava, em primeiro lugar, pela leitura e compreensão das obras publicadas por Aussaresses, que são, para o nosso caso, três.

Em seu primeiro livro, *Services Spéciaux: Algérie, 1955-1957* (Serviços Especiais: Argélia, 1955-1957), o General narra as prisões arbitrárias, torturas e execuções sumárias que praticara e dirigira na Argélia durante a guerra contra a Frente de Libertação Nacional (FLN). Como já comentamos, este é um livro escrito em defesa de sua atuação naquele conflito e, segundo o autor, em defesa da verdade. Personagem discreto na história daquela guerra até sua entrevista em novembro de 2000, no prefácio desse livro já dá mostras de que sua atuação naquela guerra o colocava em posição de fazer revelações importantes, a fim de que as especulações e traumas referentes àquele conflito tivessem fim:

Mesmo consciente de que a narrativa a seguir é suscetível de chocar [...], creio ser útil, hoje, que certas coisas sejam ditas, e já que eu estou ligado, como se verá, a momentos importantes da guerra da Argélia, estimo ser, de agora em diante, meu dever contá-las. Antes de virar a página, é preciso que ela seja lida e, portanto, escrita.³ (AUSSARESSES, 2001: 9-10)

Como, em virtude deste livro, Aussaresses passa a ser processado por “apologia de crimes de guerra”, no final daquele ano volta a publicar outro livro, agora narrando os anos anteriores à sua atuação na Argélia e o percurso trilhado até se tornar agente secreto do governo da França. Com este segundo livro de memórias buscava resgatar sua honra, sobretudo ressaltando sua atuação na Resistência Francesa durante a Segunda Guerra, tema que também estava em debate na época e que até hoje é delicado na França. Nele defende-se junto aos franceses argumentando que tudo o que fizera ao longo de sua vida foi “pela França”, intenção expressa no título da obra: *Pour la France: services spéciaux (1942-1954)*.

Seu processo, no entanto, acaba em uma condenação final em 2004. Então, em 2008, o velho General e agente secreto volta às livrarias com a publicação de *Je n'ai pas tout dit: ultimes révélations au service de la France* (Eu não disse tudo: últimas revelações a serviço da França), onde, além de retomar e aprofundar os fatos já narrados

³ Todos os textos citados ao longo desta dissertação cujo original está em francês foram traduzidos livremente. Todos eles, no entanto, vão transcritos, na íntegra, em notas, como a que segue: “Même si je suis conscient que le récit qui va suivre est susceptible de choquer [...], je crois qu’il est aujourd’hui utile que certains choses soient dites et, puisque je suis, comme on le verra lié à des moments importants de la guerre d’Algérie, j’estime qu’il est désormais de mon devoir de les raconter. Avant de tourner la page, il faut bien que la page soit lue et donc, écrite.”

em *Services Spéciaux e Pour la France*, amplia o leque de suas revelações detalhando sua atuação como agente secreto em diversas partes do globo em eventos não muito dignos da imagem que os franceses têm de sua própria história. No que se refere ao Brasil, além das revelações referentes aos cursos que ministrou, revela ter se tornado amigo pessoal do chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general João Batista Figueiredo e do delegado Sérgio Paranhos Fleury, ligado ao famigerado Esquadrão da Morte. Além disso, revela sua amizade com outras figuras de destaque dos serviços de informação e repressão latino-americanos, como, no caso do Chile, com Umberto Gordon, chefe da Direção de Inteligência Nacional (DINA), o serviço secreto do governo ditatorial do general Augusto Pinochet.

Desta forma, se inicialmente nossa intenção era compreender a atuação da França no Brasil durante a ditadura, a leitura das obras de Aussaresses suscitaram reflexões tão ou mais importantes do que as que inicialmente tinham nos motivado. A partir de suas memórias, ganhou força em nossa análise, por exemplo, a compreensão sobre o papel do indivíduo na história e o próprio general passou a ser objeto de análise, não apenas sobre suas motivações para ter feito o que narra, bem como as condições que o levaram a fazê-lo, mas também para ter revelado. Neste último caso, a transformação da memória em história também nos chamou a atenção, pois, como veremos, será essa uma das consequências de suas revelações.

Durante o desenvolvimento de nossa investigação, portanto, o General Paul Aussaresses tornou-se, ele próprio, objeto de estudo. Não que tenhamos abandonado nossos questionamentos iniciais referentes à atuação da França no Brasil, sua participação na ditadura, e seus interesses aqui estabelecidos, mas o universo apresentado pelo general demonstrava uma França que, para além de sua atuação na ditadura brasileira, era muito diferente da imagem de país que tínhamos em mente antes de iniciar o estudo. Além disso, era o próprio mecanismo oculto de atuação do Estado (neste caso, democrático) para consecução de seus projetos que Aussaresses revelava. Mais que um torturador, a história de Aussaresses revelou-se, para nós, o roteiro de uma época sombria onde a linha que dividia uma democracia de uma ditadura não parecia muito delimitada e que, para nosso espanto, parece não ter ainda, de fato, se findado completamente, como nos últimos anos indivíduos como Julian Assange e Edward Snowden têm demonstrado com suas denúncias referentes à espionagem norte-americana.

Aussaresses, portanto, está no centro desse trabalho, mas ele não está sozinho, pois sua vida traz à tona a realidade de uma época marcada por lutas por independência em países dominados e lutas por mudanças sociais em países livres, o que acarretou a repressão aos defensores desses anseios. Uma época marcada pela hegemonia de uma nação no mundo ocidental, os EUA, em oposição à sua irmã oposta, a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), às quais a França buscava, às vezes desesperadamente, mas usando os mesmos métodos, não se alinhar. Por fim, uma época em que o sonho e a morte foram parceiros de muitos que ficaram pelo caminho.

Esta dissertação não ambiciona dar conta de todos esses elementos, mas tenta colocar um pouco de luz sobre algumas questões que interessam não apenas a nós, historiadores, a quem ela primeiro se destina, é claro. No entanto, apesar de este ser um trabalho sobre os mecanismos quase ilimitados do controle do Estado sobre os cidadãos – pois, ao final, foi nisso que ele se transformou –, ele também é um trabalho sobre a luta contra a opressão e pela liberdade. Desnudando os mecanismos de repressão e controle, pretendemos, também, refletir sobre a liberdade.

Se as memórias do General Aussaresses suscitaram as reflexões acima e sua figura ganhou projeção em nossa pesquisa, não descuidamos de nossa primeira pergunta, que era referente aos interesses franceses no Brasil durante a ditadura. Desta forma, para além das memórias de Aussaresses, que é o principal conjunto documental que dá suporte a grande parte da análise aqui desenvolvida, para tentar compreender um pouco mais sobre a relação entre o Brasil e a França no período abordado, nos debruçamos sobre a documentação coletada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE), bem como em outras fontes de informação que serão citadas ao longo do texto e que vão listadas no final da dissertação. Como a atuação de Aussaresses esteve sempre cercada de sigilo (em virtude de sua própria condição de agente secreto), buscamos, nessas fontes, maneiras de tentar cobrir, ainda que de forma indireta, as lacunas de seus depoimentos, de forma que tivéssemos um quadro mais claro sobre os interesses franceses no Brasil no período. A esse respeito é preciso admitir que nem sempre conseguimos alcançar o nosso intento como gostaríamos, mas essa documentação secundária nos permitiu, quando possível, refletir sobre questões que vão além da atuação específica do general, mas que nem por isso possuem importância diminuta na compreensão da história das relações entre o Brasil e a França, como se verá.

Assim, o marco cronológico que determina nossa análise são os eventos que marcam a narrativa de Aussaresses, a partir de 1940, quando a França é derrotada pela Alemanha na Segunda Guerra Mundial, passando-se pelo o processo de descolonização afro-asiático – que transformou Aussaresses em um especialista em guerra não convencional, que abordaremos ao longo da dissertação – e o ano de sua partida do Brasil, 1975, momento em que, coincidentemente, ou não, a ditadura brasileira começa a ser “encurralada”, como argumenta o escritor e ensaísta Elio Gaspari.

Para estruturar a apresentação dos resultados de nosso trabalho, esta dissertação está dividida em três capítulos.

No primeiro, apresentaremos uma contextualização referente ao período estudado, demonstrando a situação de cada uma das nações implicadas neste estudo, especialmente Brasil, EUA e França, principalmente após o advento da Guerra Fria. Guia a nossa análise a ideia de que indivíduo e contexto não se dissociam, daí a necessidade de um capítulo descritivo para se adentrar nas memórias de Aussaresses.

No segundo capítulo analisaremos as memórias de Aussaresses propriamente ditas, dando destaque à sua trajetória profissional e à sua atuação no contexto descrito no capítulo 1. Para isso, destacaremos, além de sua formação, passagem pelos EUA e pela América do Sul, temas importantes que sua atuação sugerem, como os mecanismos ocultos de atuação dos Estados para a consecução de seus objetivos, sejam eles estados autoritários, sejam eles democracias.

No terceiro e último capítulo, pegaremos dois dos fios da teia apresentada por Aussaresses, que é a questão da “guerra revolucionária” e da economia francesa, e apresentaremos um quadro geral das relações entre o Brasil e a França neste período, discutindo a importância da doutrina francesa da “guerra revolucionária” na gestação do golpe no Brasil, bem como no desenvolvimento da ditadura, e, também, a projeção econômica dos franceses sobre o Brasil, sobretudo a partir de 1971. Além disso, como o tema e as fontes pesquisadas no AHMRE acabaram sugerindo, abordaremos neste capítulo, também, a atuação da diplomacia brasileira na França onde visava “melhorar sua imagem” para ampliar seus negócios no contexto do “milagre brasileiro”, bem como se aproximar da inteligência francesa a fim de vigiar de perto os exilados brasileiros na França.

Observando em conjunto esses três capítulos, pode-se dizer que se o centro de nossa análise é o General Paul Aussaresses e as questões que sua atuação suscitam, sua

presença ao longo da dissertação possui níveis distintos. No primeiro capítulo o general será paulatinamente apresentado. Sua presença nele é tímida, mas constante. Familiarizado com o contexto de atuação do general, o leitor é levado, no segundo capítulo, a adentrar no seu próprio mundo e nas questões implicadas por suas revelações. Enquanto neste capítulo sua presença é maciça, no terceiro o general, enquanto indivíduo, praticamente sai de cena para entrar a descrição e análise das questões que sua história em relação ao Brasil sugerem. Mas se o general sai de cena neste terceiro capítulo, ganhará relevo o Estado ao qual serviu, a França, e suas relações com o Brasil.

I. PODER, CONTRAPODER E REPRESSÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A compreensão da história de um indivíduo, bem como dos interesses que estão por trás de suas ações, é dificultada se não tivermos um panorama sobre o período em que ele está inserido. E acreditamos ser, inclusive, a par desse panorama que poderemos compreender com mais precisão os elementos da história desse indivíduo que podem trazer alguma luz sobre as sombras que deitam por cima da história de uma coletividade em determinada época.

Se esse é princípio válido para a história de qualquer indivíduo, e narrativas como a de Carlo Ginzburg (1987) para o moleiro Menocchio, por exemplo, são uma demonstração disso, quando tratamos de um personagem cuja atuação ocorre em nome de um Estado, como no caso de Aussaresses, faz-se ainda mais necessário observá-lo. Afinal, um militar, que também é agente secreto, realiza suas missões à luz dos interesses do Estado ao qual está ligado. Assim, por força de sua própria condição, sua história está ligada à história do Estado ao qual pertence. Desta forma, refletindo sobre a condição do Estado francês no pós-guerra, quais seriam as contingências a que esse Estado estava submetido na segunda metade do século XX? O que o teria levado a criar técnicas militares não convencionais de ação que seriam exportadas para os EUA e a América Latina a partir da década de 1950?

Este capítulo procura, portanto, mostrar a ascensão dos EUA como força hegemônica no mundo ocidental na segunda metade do século XX na medida em que a França vê-se cada vez mais diminuída no jogo internacional, sobretudo com a progressiva perda de suas colônias, situação que tem dificuldade de aceitar, assim como ocorre no caso da Grã-Bretanha, que também perderá suas colônias após a Segunda Guerra Mundial, mas que terá menos dificuldade em aceitar suas circunstâncias, sobretudo em função de seu alinhamento automático aos EUA que ocorre desde que este se tornou um de seus principais parceiros na Segunda Guerra.

Ao mesmo tempo em que pretendemos mostrar a hegemonia norte-americana no mundo ocidental, bem como o contexto em que se deram as independências das colônias francesas e britânicas, para que o quadro geral da Guerra Fria – que, no fundo, é o período aqui tratado – fique completo, é importante, também, tratar da ascensão das ditaduras latino-americanas, o que faremos na terceira parte deste capítulo. É de posse

desses elementos que poderemos encontrar respostas para os questionamentos que fizemos acima.

Pelo próprio objetivo a que se destina, portanto, esse é um capítulo descritivo e, nele, Aussaresses é um personagem discreto, como, na verdade, geralmente é a atuação desse tipo de agente. No entanto, a narrativa que se segue, priorizando o contexto em que a França estava inserida, é importante para que compreendamos o seu papel nesse período, tema do segundo capítulo dessa dissertação, e, como enunciado acima, para que possamos identificar o que de sua história pode acrescentar à compreensão da história do período em que viveu.

1. GUERRA FRIA E HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

Em seu ensaio sobre a história do século XX, Eric Hobsbawm comenta que “muito curiosamente, a URSS foi (com os EUA) o único país beligerante a que a guerra não trouxe nenhuma mudança social ou institucional significativa” (2005: 171). Apesar dessa consideração taxativa, deve-se observar que, se do ponto de vista social e institucional EUA e URSS supostamente não passaram por transformações significativas no pós-guerra, o que é discutível, foram esses dois países que saíram, no conjunto, fortalecidos do conflito – ainda que, a princípio, a URSS tenha saído mais fraca – e serão eles que dominarão a história mundial na segunda metade do século. Ou seja, apesar de ter sido Hitler quem deu o pontapé inicial para o início da Segunda Guerra, as transformações que a seguem não são compreendidas sem se considerar o poder que esses dois países adquiriram durante e após o conflito, bem como suas posições políticas e ideológicas opostas.

Aliados durante o conflito – devido à oposição a um inimigo comum – e tendo mantido uma relação, até certo ponto cooperativa logo após a guerra, a expansão do comunismo para o Leste europeu, patrocinada por comunistas alinhados aos soviéticos, alterando a orientação política e econômica em sete estados da região (Polônia, Checoslováquia, Romênia, Bulgária, Hungria, Iugoslávia e Albânia), além da consolidação da República Democrática Alemã dentro do escopo comunista, colocou os EUA em alerta, o que provocou o acirramento da relação entre os dois países e, em 1947, o rompimento das relações entre ambos, dando início a um período de hostilidades mútuas chamado de Guerra Fria.

O debate historiográfico sobre a Guerra Fria, porém, é complexo e carregado ideologicamente, numa demonstração clara de que a escrita da história não é neutra, como preconizavam os historiadores positivistas do final do século XIX e início do XX. Por exemplo, a resposta a perguntas simples como “o que causou a Guerra Fria” ou “quem foi responsável por ela” depende do ponto de vista adotado pelo historiador. O professor Sidnei Munhoz, que pesquisa, dentre outros, questões relativas a defesa e Guerra Fria, em texto de síntese sobre o tema, elenca cinco correntes que considera “algumas das principais matrizes historiográficas” sobre a questão: a *ortodoxia norte-americana* (ou corrente tradicionalista), a *história oficial soviética* (que o autor também denomina como “ortodoxia soviética”), o *revisionismo*, o *pós-revisionismo* e o *corporativismo*.

Segundo Munhoz, a *ortodoxia norte-americana* expressaria a visão da diplomacia dos EUA. Para os representantes desta corrente, o início das hostilidades seria responsabilidade da União Soviética que teria se recusado a sair dos territórios conquistados à força durante a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, o conflito teria se iniciado em virtude do expansionismo soviético e da agressividade “inerente ao regime comunista” (MUNHOZ, 2004: 264).

A *história oficial soviética*, por sua vez, entenderia o conflito de maneira oposta. Segundo essa corrente, teria sido a intransigência ocidental em relação à área de influência soviética no Leste Europeu, visando, “por todas as formas possíveis”, retirar-lhe essa área, o fator responsável pelo início das hostilidades que desembocaram na Guerra Fria. Desse ponto de vista, teriam sido, portanto, os “agentes do imperialismo” e sua “agressividade” os elementos geradores da Guerra Fria. Tais agentes teriam inviabilizado a “coexistência pacífica” entre a URSS e o Ocidente, que, segundo os partidários desta corrente, seria o objetivo da União Soviética após a consolidação de sua área de influência no Leste Europeu.

Na continuação de sua síntese, Munhoz discorre sobre os *revisionistas*. Para os historiadores desta corrente – nascida das análises da *New Left* estadunidense –, não era possível responsabilizar a União Soviética pela Guerra Fria, pois logo após a Segunda Guerra ela não representava perigo real ao Ocidente. Ou seja, arrasados em virtude do conflito, os soviéticos estariam mais preocupados em se reerguer do que em um enfrentamento com o Ocidente. Desta forma, qualquer atitude soviética deveria ser encarada como reação à “postura agressiva” da diplomacia norte-americana.

Um dos principais expoentes dessa linha de pensamento seria William A. Williams, que, em 1959, publicou *The Tragedy of American Diplomacy*, obra de referência para os defensores desta corrente. Nela, o autor teria exposto suas principais teses referentes ao tema, como descrito por Munhoz, a seguir:

Para ele [Williams], a política externa dos Estados Unidos não pode ser pensada sem se considerar o processo de expansão territorial, comercial e cultural do país. Nessa perspectiva, após esgotada a fase da expansão das fronteiras internas, desde a depressão da década de 1890, os Estados Unidos buscaram superar sua crise doméstica, ocasionada por uma capacidade de produção muito superior às possibilidades de consumo interno, através de uma política expansionista. Dessa forma, os Estados Unidos adotaram a política imperialista como saída para a crise do mercado doméstico. Seguindo esse modelo analítico, os conflitos emergidos no pós-guerra seriam decorrências da *Open Door Policy* e do comportamento imperial norte-americano. Em outras palavras, problemas econômicos domésticos e questões ideológicas haveriam levado os Estados Unidos a adotarem uma política externa agressiva, intervindo sobremaneira nos negócios internos de outras nações, objetivando controlar fontes de matérias-primas e mercados consumidores. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a exacerbação dessas políticas, durante os dois governos sucessivos de Harry Truman (1945-1953), haveriam sido em grande parte responsáveis pelas origens da Guerra Fria. (MUNHOZ, 2004: 266)

Após apresentar a teoria revisionista em relação à Guerra Fria, Munhoz passa a descrever o *pós-revisionismo* que, segundo o autor, teria surgido, na década de 1980, “como uma tentativa de dar por superada a fase revisionista”, procedendo, de certa forma, a um retorno à visão ortodoxa. Segundo Munhoz, o principal autor desta corrente, John Lewis Gaddis, “nunca abandonou os pressupostos fundamentais das teses ortodoxas.” Na obra deste autor, que, àquela altura, disputava com os revisionistas a memória da Guerra Fria, “os Estados Unidos apareceriam como os protetores do mundo ocidental, frente ao expansionismo soviético, assumindo uma postura imperial a pedido das nações que se sentiam ameaçadas pela União Soviética.” (2004: 267)

Por fim, Munhoz apresenta a corrente *corporativista*, que se opunha à corrente pós-revisionista. Em síntese, os historiadores dessa corrente defendem que no século XX o capitalismo estadunidense proporcionou a unificação entre os setores privado e público num único projeto de desenvolvimento, formando uma espécie de organismo – corpo – em harmonia. Neste corpo, seria “difícil identificar onde um setor termina e

onde o outro começa”, ou seja, público e privado se imiscuiriam em busca de um objetivo comum, a expansão dos negócios da nação, entendida como corpo único. Essa linha privilegiaria, portanto, a proeminência da economia doméstica e das questões sociais e ideológicas locais nas decisões da política externa norte-americana. Assim, a Guerra Fria teria surgido, e se mantido, mais em função das necessidades do capital estadunidense do que em função da segurança dos seus aliados europeus, ainda que a expansão soviética tenha contribuído para o estopim do conflito. Enfim, para os historiadores desta corrente,

“o Plano Marshall possibilitou os elementos necessários à reconstrução de uma balança de poder na Europa, oferecendo aos seus participantes as condições para conter o bloco soviético. Finalmente, através de novas alianças militares e de programas de assistência, foram criados sistemas de segurança coletiva, liderados pelos Estados Unidos, que garantiam essa nova ordem, contra potenciais agressores. [...] Nessa perspectiva, o Plano Marshall foi muito mais produto das necessidades internas do capitalismo dos Estados Unidos do que dos conflitos da Guerra Fria” (MUNHOZ, 2004: 268).

Diante das diferentes maneiras de compreender e explicar o início da Guerra Fria expostas acima, considero que – ao destacar a importância do desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos e observar o caráter ideológico subjacente à própria cultura norte-americana – as análises da corrente revisionista sejam as que melhor explicam o desenvolvimento da Guerra Fria. Sendo uma nação forjada na expansão de suas fronteiras para o Oeste, não só do ponto de vista territorial mas também de sua cultura (a democracia liberal), qualquer análise que se faça a respeito das ações externas dos estadunidenses deve levar em conta este traço *fundamental* de sua história, como o fazem os revisionistas. Ou seja, ainda que a expansão norte-americana dentro de suas fronteiras tenha sido declarada oficialmente concluída no senso de 1890 – o que motivou um dos primeiros historiadores norte-americanos, Frederick Jackson Turner, a escrever, em 1893, um ensaio seminal sobre o assunto⁴ –, o caráter subjacente a esse processo, ou seja, o ímpeto expansionista dos estadunidenses, não é irrelevante para

⁴ Ver “O significado da fronteira na história americana” (TURNER, 2004).

explicar as ações dos norte-americanos cerca de 60 anos depois.⁵ Já em 1896, na conclusão de seu segundo ensaio sobre o tema, “O problema do Oeste”, Turner, observando as energias latentes à época, faz um balanço sobre o movimento e adverte:

Dizer que essas energias expansionistas não continuam mais operando seria um prognóstico demasiado apressado; e os clamores de uma vigorosa política diplomática, de um canal interoceânico, de reviver nosso poder sobre os mares e em prol da extensão da influência americana a ilhas afastadas e países adjacentes são indicações de que o movimento vai continuar. (2004: 67.)

Assim, observando o desenvolvimento da história norte-americana no século XX, podemos afirmar que Turner tinha razão em seus prognósticos. Só não previu que tal expansão não se limitaria a “ilhas afastadas” ou a “países adjacentes”, pois, ao longo do século XX, a sociedade que ele descreveu com maestria em sua obra desenvolveu de maneira assombrosa seu poder de expansão e seu ideal de “promotora da felicidade” através da democracia liberal. Com isso, os bárbaros deixaram de ser os “indígenas” do “oeste americano” e passaram a ser todos aqueles que não partilham de seus princípios liberais, como os comunistas, ideário de grande poder no embate que se daria com a URSS.

Dada essa constatação, podemos dizer que a fronteira norte-americana se alargara com o fim da Segunda Guerra Mundial e que a missão do “*self-made man*” (para usar os temas de Turner) teria passado a ser muito mais árdua – a defesa da “civilização” ocidental frente ao avanço da “barbárie” comunista –, o que o levaria a patrocinar a construção de um verdadeiro complexo bélico-industrial diante da corrida armamentista que se deu a partir de então, não só com a fabricação da bomba atômica, mas de tanques, aviões, armas de grosso calibre, da bomba de hidrogênio etc., que, não por acaso, contribuía para a manutenção do crescimento econômico norte-americano, pois grande parte desse material se destinava à exportação.

Neste sentido, ainda que Gerson Moura ressalte que os revisionistas, em sua explicação para o início da Guerra Fria, “supervalorizaram a capacidade de atuação norte-americana, deixando pouco espaço explicativo para a própria dinâmica do sistema

⁵ De certa maneira, a corrente corporativista também destaca esse fator e as questões internas em sua argumentação, o que a torna também uma linha de pensamento interessante sobre o tema. Porém, tenho reservas no que se refere à ideia de apresentar o “público” e o “privado” como “um só corpo” atuando com um único objetivo.

internacional dos Estados ou para a ação da outra superpotência” (1989: 74), veremos, a seguir, que, nos primeiros anos após o fim da Segunda Guerra, na verdade, só existia uma potência, os EUA, o que não justificava a criação de um clima acirrado de competição entre eles e a nação que liderava o outro bloco de poder, a URSS – àquela altura uma aspirante a potência –, a não ser que isso lhe fosse útil, como observado por Hobsbawm, defensor da ideia de que “o *tom* apocalíptico da Guerra Fria” originou-se nos EUA não só por razões econômicas, mas também em decorrência de seu sistema político, pois só lá “os presidentes eram eleitos (como John F. Kennedy em 1960) para combater o comunismo” (2005: 234).

Refletindo sobre a conjuntura do pós-guerra e a elevação dos Estados Unidos ao *status* de potência naquele momento, Tony Judt comenta que,

[...] Antes da Segunda Guerra Mundial, as relações entre os EUA e o Reino Unido, de um lado, e a URSS, do outro, sempre tinham sido tensas. A diferença era que nenhum desses países fora responsável por grandes extensões de terras no continente europeu. Além disso, os três países tinham estado separados, entre outras considerações, pela presença da França e da Alemanha. Mas, com a humilhação francesa em 1940 e a derrota alemã cinco anos mais tarde, tudo mudou. [...]

Graças à agressão germânica, os Estados Unidos eram agora, pela primeira vez, uma potência na Europa. Que os EUA tinham uma força irresistível era evidente, na opinião até mesmo dos que se encantavam com as façanhas do Exército Vermelho. O PIB dos EUA havia dobrado ao longo da guerra, e na primavera de 1945, o país produzia a metade da capacidade industrial do planeta, a maior parte das reservas de alimentos e detinha, praticamente, a totalidade das reservas financeiras internacionais. Os EUA haviam destacado 12 milhões de homens armados para a luta contra a Alemanha e seus aliados e, quando o Japão se rendeu, a esquadra norte-americana era maior do que todas as demais somadas. (2008: 118-119)

A citação de Judt informa sobre alguns elementos importantes para compreender não só a posição dos EUA, mas também a conjuntura do pós-guerra, dados relevantes para o tema desta dissertação. O primeiro é a ocupação de territórios na Europa pelos Estados Unidos e pela União Soviética decorrente dos acertos das conferências de Yalta, em fevereiro de 1945, que possibilitou aos soviéticos o controle sobre o Leste

Europeu⁶, e de Potsdam, entre julho e agosto daquele mesmo ano, que deu aos Estados Unidos o controle sobre parte do território alemão.

O segundo elemento é a posição da França e da Alemanha. A primeira, derrotada em 1940, criará, em 1945, a fantasia da vitória em virtude da resistência civil interna e da ação, no exterior, do general Charles De Gaulle e dos exércitos da “França Livre”⁷. A derrota e a suposta vitória – alimentada com a concessão, pelos aliados, da administração de parte da Alemanha aos franceses – criarão, a primeira, uma sensação de decadência, pois a derrota de 1940 tornara evidente a fragilidade francesa, ao mesmo tempo em que o poder norte-americano realçava a perda de seu brilho como potência imperial, e a segunda um sentimento de incompletude, ou mesmo de insatisfação, pois De Gaulle, segundo seu biógrafo, Don Cook, se ressentia de não ter sido convocado para todas as conferências de guerra, não tendo podido, portanto, defender os supostos interesses franceses (e europeus) nessas conferências. Tais sentimentos teriam consequências relevantes no pós-guerra, como veremos. A Alemanha, por sua vez, deixou de existir como Estado autônomo no pós-guerra, pois seu território foi dividido e ocupado, passando a ser administrado pelas potências vencedoras (EUA, URSS, Inglaterra e, como citado, França).

Por fim, dizer que os EUA “produziam a metade da capacidade industrial do planeta, a maior parte das reservas de alimentos e detinham, praticamente, a totalidade das reservas financeiras internacionais” é o mesmo que dizer que, do ponto de vista econômico, o país não possuía rival à altura após o fim do conflito, necessitando, portanto, buscar novos mercados para manter seu crescimento, ao que a Guerra Fria foi-lhe extremamente útil.

No entanto, apesar de sua superioridade econômica e bélica no final da guerra, René Rémond comenta que o “despertar” dos Estados Unidos para seu poder de potência mundial só ocorreria em 1947, como reação ao avanço soviético sobre os países do leste e centro europeu. Despertados, os EUA passam a consolidar seu poder mundo afora e o primeiro mecanismo utilizado para isso foi o Plano Marshall que, visando evitar uma nova “Grande Depressão” por meio da recuperação econômica da

⁶ Os revisionistas argumentarão que a expansão da URSS para o Leste Europeu se dará como uma medida preventiva, já que tal região constituiu-se por duas vezes ao longo do século XX como porta de entrada para a invasão de seu território. Ou seja, antes de ser uma medida que visava a internacionalizar o comunismo, tal medida deveria ser entendida como de segurança.

⁷ A França Livre era uma espécie de governo paralelo baseado no exterior, criado pelo General De Gaulle após a ocupação da França pelos alemães em 1940.

Europa, tinha como pano de fundo a contenção do avanço comunista no continente. Tal projeto foi arquitetado por George Kennan, embaixador norte-americano em Moscou, e deu-se no contexto em que o presidente Harry Truman pôs em desenvolvimento a Doutrina Truman. Segundo Werner e Combat,

Cansado de lidar com a resistência de Stalin em se adequar ao modelo de configuração internacional norte-americano e politicamente fragilizado pela patente inabilidade de Washington em utilizar sua superioridade bélica e econômica para “limpar” a Europa da ameaça vermelha, Truman utilizou as ideias de Kennan não apenas como um plano de contenção do comunismo, mas como o plano-mestre de seu governo e como um ideal para a unificação da comunidade internacional em torno de objetivos compartilhados. (WERNER; COMBAT, 2007: 183)

Segundo os mesmos autores, o objetivo do plano, em suma, seria o investimento na Europa de grandes quantias de capitais oriundos dos EUA visando restaurar seus serviços básicos, permitir a conversibilidade das moedas locais em dólares e, “com o fim da escassez de dólares, estimular os investidores privados a destinar recursos à Europa novamente”. (2007: 184)

É interessante observar que, na visão de seus idealizadores, o Plano Marshall não deveria excluir nenhum país europeu de seu escopo (o que incluía a Europa Oriental e a própria URSS), desde que ele aceitasse as condições impostas para a concessão de recursos. Necessitada, pois era uma das nações mais devastadas pela guerra, a União Soviética chegou a participar da conferência que se deu em Paris, em meados de 1947, e que reuniu os representantes dos países interessados. No entanto, declinou de seu impulso ao longo da conferência por discordar essencialmente de duas das condições impostas pelos EUA:

“um *pooling*⁸ de recursos para bancar a reconstrução europeia (que, na visão de Moscou, pretendia garantir o acesso ocidental aos cobiçados recursos naturais da União Soviética) e uma contabilidade nacional aberta, que permitisse aos Estados Unidos acesso irrestrito às contas dos países envolvidos na recuperação da Europa e total controle sobre a forma como os recursos seriam utilizados.” (WERNER; COMBAT, 2007: 183)

⁸ Fundo de recursos constituído e administrado coletivamente.

Ou seja, além do receio de ver suas matérias primas caírem em poder dos EUA, a ingerência estrangeira em sua economia planificada era elemento não tolerável para os soviéticos, pois desestabilizadora. Daí ter recusado o apoio, bem como ter impedido a Checoslováquia de prosseguir em sua disposição de obter os recursos estadunidenses, como esta tinha anunciado. Para Rémond, o governo soviético estava “temeroso de ver escapar-lhe os países satélites e também de que o contágio da economia liberal desintegre, pouco a pouco, o sistema que a União Soviética tenta edificar na Europa Oriental e Central” (1984: 149).

Analisando as exigências norte-americanas para a assinatura do acordo, vê-se que, de fato, eles não tinham o objetivo de atrair a União Soviética, a não ser que os soviéticos estivessem dispostos a cair numa armadilha, o que não parecia plausível em se tratando de Josef Stálin, que estava mais para caçador do que para presa. Pensando pelo ponto de vista soviético, portanto, tal decisão mostrou-se sensata, pois o Plano Marshall demonstrou ser uma poderosa arma contra a ascensão da esquerda que se dava naquele momento em diversos países europeus e que, do ponto de vista norte-americano, era preocupante. Por exemplo, em meados de 1945 Winston Churchill perdeu as eleições para o Partido Trabalhista e Clement Attlee assumiu a direção do novo governo, realizando uma experiência administrativa que, segundo Rémond, se tornaria modelo para os socialistas do continente. Na França, pouco depois da guerra, uma espécie de coalizão tripartite entre comunistas, socialistas e democratas cristãos teve grande sucesso nas eleições, vindo a participar do governo. Enfim, a situação do pós-guerra era tão favorável à esquerda europeia que uma das principais personalidades do socialismo francês, Léon Blum, teria dito que o socialismo parecia ser “o dono da hora” (Apud. RÉMOND, 1984: 137) naquele momento. Mas Blum não contava com a intervenção norte-americana, por meio do Plano Marshall, que frearia esse avanço da esquerda na Europa Ocidental.

Explicando o sucesso desse plano, os autores Werner e Combat ressaltam que Washington e os governos europeus conseguiram tecer acordos para a estreita colaboração entre Estado, capital e trabalho, fazendo com que a classe trabalhadora também fosse “beneficiada pelo crescimento econômico, experimentando uma elevação da renda *per capita* e uma redução das taxas de desemprego, fatores importantes para tornar as propostas comunistas menos atraentes” (2007: 186). No entanto, além de

beneficiar os trabalhadores europeus, o plano beneficiou também a expansão do capital privado (elemento fundamental no combate ao comunismo).

Por fim, Werner e Combat trazem à tona um debate recente, proposto por alguns autores que afirmam que, em última instância, o Plano Marshall não tinha o objetivo de conter o comunismo, ou talvez não só esse objetivo. Segundo essa corrente de analistas,

A importância do Plano Marshall em meio ao processo de construção de uma nova arquitetura mundial de poder após a Segunda Guerra reside, exatamente, em sua capacidade transformativa do capitalismo mundial. Uma transformação que consolidou o deslocamento do mundo do “velho” modelo econômico e político eurocêntrico, fundado em valores seculares e numa forma de capitalismo tipicamente europeia – marcada pela centralidade da exploração colonial, pela limitação das relações comerciais internacionais, pela preservação de empresas familiares de capital fechado e pela limitação dos desdobramentos dos potenciais “colonizadores” do capital – para o modelo econômico e político norte-americano – baseado na produção e no consumo em massa, na defesa do livre comércio internacional, no modelo democrático norte-americano, nas empresas de capital aberto, na centralidade do capital financeiro e no desdobramento dos potenciais capitalistas em escala mundial (2007: 187).

Apesar de correta em seu diagnóstico referente às mudanças geradas pelo Plano Marshall, essa perspectiva talvez seja um pouco exagerada, ou até mesmo anacrônica, pois se o resultado do plano é o descrito acima, isso não significa que, em sua origem, ele tivesse sido orquestrado necessariamente para este fim. Independente de um possível exagero ou anacronismo, no entanto, é inegável que o Plano Marshall inaugurou uma nova etapa de desenvolvimento na Europa, possibilitando a reconstrução dos países aliados aos EUA – em especial Inglaterra, França e Alemanha Ocidental, países-chave no desenvolvimento da Europa como um todo –, e que, sobretudo, possibilitou o fortalecimento da presença norte-americana na Europa, ainda que sua importância econômica vá decaindo na medida em que os Estados europeus reconstroem suas economias.

De certa forma, era esperado, com o tempo, um recuo do peso econômico dos EUA no continente, importando, de fato, a manutenção da região em sua órbita. Porém, se do ponto de vista econômico há uma progressiva diminuição do peso norte-americano na Europa, não podemos dizer o mesmo no que se refere ao peso militar e, conseqüentemente, político, materializado, em 1949, na construção da OTAN,

organização proposta por britânicos e estadunidenses e assinada, além deles, pelo Canadá e outros nove Estados europeus, dentre eles a França.

O Plano Marshall e a OTAN foram, portanto, instrumentos centrais para a consolidação do poder e da hegemonia dos Estados Unidos na Europa Ocidental. Aos EUA, no entanto, interessava consolidar seu poder e hegemonia também fora da Europa. Assim, seguindo à risca sua “política de contenção” do comunismo, no mesmo período em que estreitam laços com a Europa, voltam-se para a América Latina, visando reforçar seus laços com os países da região, mantendo-os sob seu controle. Neste caso, foram dois os principais mecanismos utilizados para efetivação desta política: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em setembro de 1947 – seis meses após o anúncio da Doutrina Truman –, e a criação, em 1948, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Primeira aliança regional do pós-guerra, o objetivo do TIAR era, segundo Sidnei Munhoz, estabelecer uma política de defesa para o continente americano que restringisse a interferência de potências “não-americanas” na região, ou seja, a União Soviética. Como consequência desse tratado, em 1947 o Brasil e o Chile romperam relações diplomáticas com a União Soviética, a Colômbia fez mesmo em 1948, Venezuela e Cuba em 1952 e a Guatemala em 1954 (MUNHOZ, 2003: 2).

Analisando este contexto, Sérgio Luiz Cruz Aguilar comenta que, para tornar sua política de dominação regional mais orgânica, os EUA criaram estratégias de aproximação das forças armadas dos diferentes países da região por meio de foros de debates direcionados a cada uma de suas forças (marinhas, exércitos e aeronáuticas), tais como a Conferência Naval Interamericana (CNI), criada em 1959, a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), criada em 1960, a Conferência dos Chefes das Forças Aéreas Americanas (CONJEFAMER), criada em 1961, bem como o Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA), criado em 1965, que tinham o objetivo de promover debates para troca de experiências entre os militares dos diferentes países da região.

Para além do objetivo exposto, no entanto, Aguilar comenta que, com a criação de tais foros, o propósito efetivo dos EUA era

[...] fomentar a discussão entre os militares do sistema interamericano sobre as atividades do MCI [Movimento Comunista Internacional] e encontrar formas de enfrentá-lo com efetividade e cooperação de esforços. Textos publicados em revistas militares brasileiras no

período da Guerra Fria especialmente a Defesa Nacional expressaram a posição dos militares em relação aos métodos empregados pelo MCI e o combate à subversão e externavam a doutrina de segurança nacional pregada pelo Colégio Interamericano de Defesa e pela Escola Superior de Guerra. (2010: 143)

Além desses foros de discussão, eram promovidos também intercâmbios e exercícios conjuntos realizados pelos militares dos países membros do sistema. Do ponto de vista da formação de tais militares, a linha de pensamento norte-americano era compartilhada por meio da concessão de bolsas de estudos e financiamento de projetos na área acadêmica. Do ponto de vista militar, por sua vez, eram realizadas

“políticas de auxílio das Forças Armadas e intercâmbio para oficiais, cujo maior exemplo foi a realização de cursos por militares dos países latino-americanos na antiga Escola das Américas [...], estabelecida em 1946 na Zona do Canal do Panamá e transferida para o forte Benning, Geórgia, em 1984, cujo currículo tinha o foco nas operações [de] contra-insurgência”⁹ (AGUILAR, 2010: 150).

Apesar de Aguilar centrar sua análise na Escola das Américas e na “doutrina da segurança nacional” que seria o cerne da estratégia de dominação norte-americana na América Latina, o general Paul Aussaresses, ao relatar sua experiência, comenta que, com a Guerra do Vietnã (1955-1975), os norte-americanos passam a considerar outras formas de pensar e agir, sendo que ele próprio foi destacado pelo governo francês para ir para os EUA em 1961, onde ficaria até 1964 ministrando cursos em duas escolas daquele país. Na escola de infantaria de *Fort Benning* deu aulas para o oficialato estadunidense. Na escola das forças especiais norte-americanas, localizada em *Fort Bragg*, ministrou cursos não só para os norte-americanos, mas também para oficiais provenientes das forças armadas da Bolívia, Argentina, Venezuela, Colômbia, México, Paraguai, Uruguai, Chile e Brasil (AUSSARESSES, 2008: 125). O que ele ensinou em *Fort Benning* não fica claro, já suas lições em *Fort Bragg*, que se referem aos métodos não convencionais de guerra franceses, são esmiuçadas em suas memórias.

Ou seja, a experiência francesa na Guerra da Indochina e na Guerra da Argélia, vivida por Aussaresses, foi requisitada pelos norte-americanos tanto para o combate no Vietnã quanto para o combate aos movimentos de esquerda que estavam se formando

⁹ Apesar de, inicialmente, os cursos e intercâmbios ocorrerem essencialmente nos EUA, com o tempo cursos e intercâmbios regionais vão ganhando força, como os realizados no Cone-Sul, promovidos por Brasil e Argentina, por exemplo, que recebem militares dos diversos países da região.

no continente americano. Essa experiência era a da “guerra revolucionária”, também chamada de “guerra subversiva”, que, realizadas tanto na cidade quanto no campo, envolvia formas não convencionais de combate aos militantes de esquerda, como prisões arbitrárias, tortura e execuções sumárias, como veremos no próximo capítulo.

Percebemos, com isso, que os cursos e intercâmbios de militares no continente americano, promovidos pelos EUA, não estava restrito à Escola das Américas. Além disso, é interessante observar que a presença de um oficial francês, dando aula de tortura e de outras técnicas de combate à guerrilha, numa escola de formação especial norte-americana (*Fort Bragg*), para oficiais latino-americanos, sugere que a globalização que se realizava no início da segunda metade do século XX não era apenas do capital, mas também das técnicas de repressão, que foram fundamentais para o modelo de expansão capitalista desenvolvido naquele período.

Por fim, cabe ressaltar que, dentre as estratégias de construção de sua presença hegemônica no continente latino-americano, os EUA também estabeleceram mecanismos de influência cultural na região, como a USAID (United States Agency for International Development), que estabeleceu parceria com o Ministério da Educação e Cultura Brasileiro “para o desenvolvimento da educação brasileira, pautada, sobretudo, numa concepção tecnicista de educação, como pressuposto para o desenvolvimento econômico” (SILVA, 2012: 34).

Porém, além da parceria no campo educacional, a USAID teria presença marcante em território brasileiro no treinamento e na modernização de suas polícias, numa parceria que vigorou entre 1960 e 1972, sendo o policial norte-americano Daniel A. Mitrione, mais conhecido como Dan Mitrione – reconhecido torturador cuja história viria a ser filmada por Constantin Costa-Gavras em *Estado de sítio* (1972) –, um dos primeiros instrutores a desembarcar no Brasil indo a Minas Gerais “para treinar os policiais mineiros e também atraí-los para o ‘lado certo’ no quadro da Guerra Fria.” (MOTTA, 2010: 244-245).

2. A INSURGÊNCIA GANHA FORÇA: A DESCOLONIZAÇÃO AFRO-ASIÁTICA

Se o período que se inicia logo após a Segunda Guerra Mundial é, para os Estados Unidos, de construção e consolidação de sua hegemonia em diferentes partes do mundo, é, para as antigas potências europeias, de progressiva perda de controle sobre seus territórios coloniais e, logo, de desconstrução de seu poder imperial. Ou seja, se a

Guerra Fria, como já comentamos, importava, essencialmente, aos EUA, a atenção e as energias dos europeus no imediato pós-guerra se voltaram, de fato, para os problemas que os movimentos nacionalistas de suas colônias na Ásia e na África lhes representavam.

Esse problema é importante também pelo que tais colônias representavam no imaginário dos habitantes das metrópoles europeias, que tinham na manutenção de seu império colonial um atenuante para as perdas materiais e para o sofrimento causado pela guerra em que estiveram envolvidos há até pouco tempo em seus próprios territórios.

Isso é válido, sobretudo, pelo fato de os habitantes de países possuidores de colônias terem se acostumado com suas “possessões” no ultramar, naturalizando-as em seu cotidiano, ainda que não refletissem, friamente, sobre o custo de manutenção de tais territórios – que sugavam boa parte do capital disponível na metrópole – e o respectivo retorno material que eles lhes traziam.

O testemunho do historiador britânico Tony Judt, a seguir, ilustra um pouco do universo mental em que estavam imersos os habitantes das metrópoles:

[...] Para qualquer pessoa que cresceu (como o presente autor) na Grã-Bretanha durante o pós-guerra, “Inglaterra”, “Grã-Bretanha” e “Império Britânico” eram termos quase sinônimos. Nas escolas de ensino fundamental, os mapas mostravam um mundo todo pintado de vermelho imperial; livros escolares de História dedicavam grande atenção ao relato das conquistas britânicas, primordialmente na Índia e na África. Tudo fazia lembrar a presença central da Inglaterra no coração histórico e geográfico de um império ultramarino internacional: cinejornais, boletins de notícia transmitidos pelo rádio, jornais, revistas ilustradas, histórias infantis, histórias em quadrinhos, eventos esportivos, latas de biscoito, rótulos de frutas em conserva, vitrines de açougues. Nomes de cidades, rios e figuras políticas das colônias eram tão conhecidas quanto os da própria Grã-Bretanha. (2008: 286-287)

Essa onipresença de referências coloniais no cotidiano dos metropolitanos (logo, em sua mentalidade e corações) não era uma exclusividade britânica, pois, na França, as questões coloniais também entraram na alma dos franceses, ainda que de modo diverso, pois a relação de ambos países com suas colônias possuía particularidades. A Grã-Bretanha possuía um império muito mais antigo, vasto e complexo que o francês, sendo dele muito mais dependente, sobretudo no que se refere à demanda por produtos alimentícios. Comparado ao britânico, o império francês não tinha a mesma antiguidade, dimensão e importância, o que não diminui o apego dos franceses ao que consideravam

“posses” da nação. Além disso, havia territórios que eram até mesmo considerados uma extensão do próprio território francês, como veremos.

Exemplifica o apego dos franceses ao seu império ultramarino, por exemplo, o fato de uma das principais obsessões de De Gaulle ao longo da Segunda Guerra ser a sua manutenção, procurando manter longe dele tanto as potências do Eixo (o que foi impossível no Oriente), quanto os próprios Aliados, sentimento que lhe rendeu momentos de desconfiança e até de confronto com os ingleses.

O próprio Aussaresses, em suas memórias, nos fornece exemplo do apego francês às suas colônias. Lembrando-se do momento em que foi obrigado a abandonar os combates na Indochina, em 1951, em virtude do término do período que podia permanecer em missão fora da França, lamenta: “Eu estava triste por ser obrigado a voltar e por deixar todos os meus companheiros lutando como podiam com os vietcongues. Eu amava aquele país e ficaria bem se permanecesse lá”¹⁰ (2001b: 255).

Mas, independente dos sentimentos metropolitanos por suas colônias, o fato é que, terminada a guerra, os movimentos de libertação ganharam força e eles tiveram de se adaptar à nova realidade, processo que também foi construído de forma diferenciada nas duas metrópoles.

Tentando explicar a ascensão de tais movimentos, René Rémond argumenta que, para além dos fatores locais, foi a própria atividade colonizadora que os causou. Segundo esse autor, foi o colonizador que levou, ainda que de forma inconsciente, a ideia de nacionalidade para os povos colonizados: “Foi em contato com europeus que elites cultas, minorias intelectuais, descobriram o próprio pertencimento a uma realidade também nacional.” (1984: 169).

Ou seja, o argumento de Rémond não diminui a importância da atuação dos próprios colonizados em prol de sua libertação. Pelo contrário, reforça sua sagacidade em tirar do próprio ato opressivo algo de positivo para si, ressignificando-o em seu proveito.

De certa maneira, foi esse contínuo processo de ressignificação um dos pilares dos movimentos de independência. O que dizer, por exemplo, do movimento liderado por Ho Chi Minh, na Indochina?

A Indochina francesa foi constituída de 1887 a 1893. Do ponto de vista administrativo, era composta pela Cochinchina (uma colônia sob administração direta),

¹⁰ “J’étais triste d’être obligé de repartir ET de laisser tous mës copains se débrouiller avec lës Viëts. J’amais ce pays et j’y serais bien reste.”

Tonquim (protetorado) e Anam (protetorado), as três formariam o Vietnã. Além do Vietnã, compunha-a, ainda, o Laos (protetorado) e o Camboja (protetorado). Após a ocupação da França pelos alemães, em 1940, esse território foi invadido e ocupado pelos japoneses, em uma ação que contou com a aquiescência do governo fascista do Marechal Pétain.

Em 1941, o líder de orientação marxista Ho Chi Minh organizou a Liga Revolucionária pela Independência, chamada de Viet-minh, que combateu os novos invasores (os japoneses), derrotando-os. Depois disso, os revolucionários “lançaram a palavra de ordem da insurreição geral, que teve como resultado o estabelecimento do poder revolucionário em todo território e a proclamação, em 18 de agosto de 1945, da independência [...]” (SERRANO; MUNANGA, 1995: 17-18). Esta situação levou o governo francês a estabelecer um acordo com os revolucionários em 6 de março de 1946, reconhecendo a liberdade do Vietnã. Porém, enquanto o governo francês ainda negociava os termos do acordo, o almirante e plenipotenciário francês na Indochina, o gaullista Thierry d’Argenlieu jogou gasolina na brasa da fogueira, proclamando que a Cochinchina (parte sul do país) estava separada do norte, que já estava dominado pelos nacionalistas, o que sabotou os esforços do governo francês para chegar a um acordo com Ho Chi Minh, dando início ao primeiro grande conflito bélico pela independência de uma colônia após a Segunda Guerra Mundial.

Como Ho Chi Minh era filiado ao partido comunista da França, essa guerra foi defendida pelos franceses como uma peça importante da Guerra Fria e não como uma guerra colonial. Com isso, argumentavam que se tratava de uma guerra contra a expansão comunista pelo mundo, ou seja, em defesa do ocidente, retórica reforçada pela vitória de Mao Tsé Tung, na China, em 1949. Os estrategistas franceses pretendiam, com tal argumentação, comprometer financeiramente os EUA no conflito o que, de certa forma, já ocorria indiretamente por meio do Plano Marshall, já que o capital advindo de tal plano liberava os franceses no direcionamento de seus próprios recursos para o conflito contra os vietcongues. Com o tempo, porém, os EUA passaram a empregar diretamente capital e armas no desenvolvimento da guerra.

Apesar da superioridade bélica francesa, a guerra se arrastou por oito anos, com os metropolitanos incapazes de fazer valer sua força, pois, ainda que estivessem na região há mais de meio século, o conhecimento efetivo do território era dos nativos, que fizeram valer tal elemento em seu favor, organizando emboscadas e incursões de ataque,

ou de assalto, por toda parte (especialmente à noite). Além disso, tinham a população a seu favor, o que tornava cada habitante local um guerrilheiro em potencial.

Para termos uma ideia do efeito psicológico dessa conjuntura, um trecho das memórias de Aussaresses, que narra uma situação vivida por ele logo após sua chegada na Indochina, em 1948, é ilustrativo:

Recebi a ordem de partir imediatamente de caminhão com minha companhia para Hai-duong, um posto fortemente defendido situado entre Haiphong e Hanoi. Uma vez ali, o setor devia nos dar uma missão.

O oficial de operações explicou-me que, a partir da noite seguinte, eu devia me encaminhar para uma região vizinha, ameaçada pelas infiltrações vietconques, e dividir minha companhia para proceder às emboscadas. O alvo dos vietcongues era um convento, defendido por posições fixas de artilharia.

Distribui, então, meus homens, determinando-lhes que, uma vez postados, não deviam mais se mexer e só atirar quando o alvo estivesse diante deles.

Eu mesmo estava diante de uma pequena barragem de uma plantação de arroz. A noite estava escura e o tempo seco. O canhão começou a roncar. Donnaint estava comigo e tentava fixamente observar através da escuridão. Bruscamente, uma luz apareceu a poucos metros adiante. Impedi Donnaint de atirar, pois tinha compreendido que era um vagalume. Mas outros apareceram logo em seguida e alguém abriu fogo, o que logo se transformou numa fuzilaria geral contra esses agressores inesperados.¹¹ (2001b: 206-207)

Aussaresses permaneceu na Indochina até 1950 e registra que foi lá que os franceses iniciaram o desenvolvimento de sua técnica de combate a exércitos não convencionais, que tinha como prerrogativa o uso da tortura, entre outros elementos, e

¹¹ “J’ai reçu l’ordre de partir immédiatement en camion avec ma compagnie par la localité d’Hai-duong, un poste fortement défendu situé entre Haiphong et Hanoi. Une fois là-bas, le secteur devait nous donner une mission.

L’officier d’opérations m’expliqua effectivement que, dès la nuit suivante, je devais partir dans une région voisine menacée par les infiltrations Viêt-minh et répartir ma compagnie pour procéder à des embuscades. Les objectifs du Viet-minh, qui comprenaient un couvent, étaient défendus par des positions fixes d’artillerie.

Je mis en place mes sections en leur précisant qu’une fois postées, elles ne devaient plus bouger et ne tirer que devant elles.

J’étais moi-même face à une petite digue qui barrait une rizière. La nuit était obscure et le temps sec. Le canon commença à tonner. Donnaint était avec moi et essayait de percer l’obscurité du regard. Brusquement, une lumière apparut à quelques mètres devant nous. J’empêchait Donnaint de tirer. J’avais compris que c’était une luciole. D’autres apparurent. Quelqu’un ouvrit le feu et bientôt ce fut une fusillade générale contre ces assaillants inattendus.”

que depois seria sistematizada na Escola Superior de Guerra de Paris, recebendo o nome de guerra revolucionária.

De todo modo, ainda que tenham contado com ajuda norte-americana no campo militar, por meio do envio de armas, ou financeiro, por meio do empenho de capitais, e começado a desenvolver os primeiros rudimentos de uma nova técnica de combate, o fato é que a resistência vietcongue se sobrepôs às forças militares francesas, que, após a queda de seu último posto administrativo localizado em Dien Ben Phu, em junho de 1954, foram obrigadas a se retirar do território: era a primeira grande derrota francesa no palco das guerras de independência.

Apenas três meses depois da queda de Dien Ben Phu, e ainda sob o efeito de sua fumaça, os franceses viram-se envolvidos em sua segunda, e última, grande guerra em busca da manutenção de seu legado colonial: a Guerra da Argélia. Apesar de serem guerras distintas, esses dois embates militares estão bastante relacionados. Não só pelo fato de serem “guerras coloniais”, mas porque uma interfere na ação efetivada na outra.

Analisando essa conjuntura, Eric Hobsbawm sintetiza os anos de guerra promovidos pelo governo francês na tentativa de reconquistar e manter o controle sobre a Indochina como uma “desesperada ação” (HOBSEBWM, 2005: 215). Concordemos ou não com essa expressão, a derrota advinda dos anos de combate na Indochina feriu profundamente o ego das forças armadas francesas e essa experiência seria relemburada nos embates que se dariam logo em seguida. Portanto, sobre a Guerra da Argélia – colônia dominada há mais de cem anos e que os franceses consideravam uma extensão da própria França –, pairava a sombra da derrota na Indochina. Desta forma, se o objetivo era obter, na África, um desfecho diferente do de 1954, não se devia repetir os mesmos erros cometidos na Ásia.

Sabemos que, de fato, os mesmos erros não foram cometidos neste novo conflito. Se no Oriente o combate teve o desespero e a surpresa como componentes permanentes, na Argélia o cálculo das ações francesas foi, quase sempre, frio e antecipado. Portanto, se havia margem para algum tipo de erro na Argélia não seria pela surpresa, mas pelo excesso na antecipação.

Tais fatores, somados, levaram ao uso generalizado da tortura na Argélia e, para evitar potenciais ameaças futuras, à sistemática execução sumária (sem julgamento formal) daqueles que caíam nas mãos das forças armadas francesas e que eram

relacionados, ainda que remotamente, aos atos que o governo francês considerava terroristas.

Pela própria violência e determinação dos envolvidos – de ambos os lados – em perseguir seus objetivos, a Guerra da Argélia tornou-se um ícone das guerras de independência, fator reforçado pelos resultados obtidos – a libertação do país – e pelo modo de ação dos nacionalistas, organizados em um partido revolucionário com forte ligação com as camadas populares, modelo de atuação que repercutiria em movimentos de esquerda espalhados pelo mundo, inclusive na América Latina (Ver YAZBEK, 2010: 45). Para descrevê-la, portanto, não é excessivo fazermos um histórico da luta pela independência argelina desde os primeiros movimentos até o fim da guerra, em 1962.

A primeira organização que tinha a independência argelina como meta foi fundada na metrópole, em 1926, por estudantes do Magreb, cujos pais, apesar do colonialismo, tinham conseguido uma condição econômica que os possibilitava enviar seus filhos para as faculdades francesas. Chamada de Estrela Norte-Africana (ENA), objetivava a organização dos trabalhadores em todo o Magreb (região norte da África que engloba, entre outras, a Tunísia, o Marrocos e a Argélia, colônias francesas à época). Dirigida por Messali Hadji, a ENA foi logo massacrada pela repressão metropolitana.

Quase dez anos depois, em 1935, surgiu a União dos Muçulmanos Norte-Africanos (UMNA), também dirigida por Messali Hadji e que foi igualmente reprimida pelo governo francês. Tal fator levou os nacionalistas argelinos, dentre eles Messali, a buscar uma alternativa parlamentar de atuação, criando, em 1937, o Partido do Povo Argelino (PPA)¹², que daria origem à Organização Especial (OS), uma “espécie de entidade paramilitar organizada em células e que teria atuação decisiva no desencadeamento da luta armada [...]” (YAZBEK, 2010: 31) É da OS que surgirá, anos depois, a FLN (Frente de Libertação Nacional).

Em outra frente de atuação, Ferhat Abbas funda, em fins de 1920, a Federação dos Muçulmanos Eleitos (FME), que, apesar da tendência assimilacionista, contribui para o estímulo ao nacionalismo argelino ancorando-o no islamismo, religião professada pela esmagadora maioria da população local. Nesse mesmo sentido atuou a Associação

¹² Em uma suposta tentativa de conciliação entre franceses e argelinos, em 1898 o governo francês instituiu, na Argélia, uma Assembleia eleita que, apesar de ter composição mista, era, em sua esmagadora maioria, ocupada por *pied noirs* (nome dado aos colonos franceses).

dos Ulemás (teólogos) Argelinos, fundada em 1931 pelo xeque Mohammed Ben Badis, que, apesar de não propor a cisão radical com a França, “adotou um lema que ressaltava nitidamente a diferenciação [entre os dois povos], ao dizer que o islã era sua religião; o árabe sua língua; e a Argélia sua pátria” (YAZBEK, 2010: 32). A Associação dos Ulemás, portanto, não era assimilacionista. Da mesma forma, com o tempo, Ferhat Abbas também abandona as propostas de assimilacionismo, radicalizando sua posição nacionalista.

A essas organizações, acresce-se o Partido Comunista Argelino (PCA), fundado no início dos anos 1930, mas de atuação tímida em virtude de sua ligação com o Partido Comunista Francês (PCF). Esse fator tornava o Partido do Povo Argelino (PPA) o principal representante das aspirações nacionalistas, propiciando seu rápido crescimento, o que levou à prisão de um de seus fundadores, Hadji, em agosto de 1937, e ao seu fechamento, pelo governo francês, em 1939, apesar da suposta boa vontade da metrópole em aceitar a participação política de argelinos em suas instituições.

Até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, todas estas organizações atuavam na busca de autonomia pelas vias legais. Durante aquele conflito, inclusive, muitos nacionalistas chegaram a lutar ao lado dos franceses, como Fehat Abbas e Ahmed Ben Bella. Este último chegou a ser condecorado pelos franceses em virtude de sua atuação na guerra.

Aos poucos, porém, os projetos conciliatórios vão dando lugar a um projeto revolucionário e cada vez mais radical. Desta forma, é o próprio Ben Bela que, a partir de 1946, lança um movimento armado pela independência.

Esse movimento resultava da frustração daqueles que acreditavam na autonomia argelina ao término do conflito, que tinha sido prometida pelo comando militar da França Livre durante a guerra.

Neste sentido, apesar de os historiadores destacarem a recorrente obscuridade de De Gaulle em suas falas ao longo de sua vida, para o público africano presente em Brazzaville (capital da África Equatorial Francesa), que ouviu o seu famoso discurso de 30 de janeiro de 1944, suas palavras pareciam inequívocas:

Na África francesa, assim como em qualquer terra onde seres humanos vivem sob nossa bandeira, não pode haver progresso

autêntico a menos que seres humanos possam se beneficiar dele, moral e materialmente, em seu próprio solo, a menos que possam se elevar, aos poucos, a um nível que lhes permita participar da gestão de seus próprios interesses. É dever da França realizar isso. (CHARLES DE GAULLE, Apud JUDT, 2008: 291)

Lendo, hoje, friamente esse trecho do discurso é evidente que não há, nele, nenhuma promessa de autonomia. Afinal, elevar os africanos “a um nível que lhes permita participar da gestão de seus próprios interesses” não significa conceder-lhes completa autonomia. Em outro trecho do mesmo discurso De Gaulle foi até mais explícito em sua promessa de reforma, e não de independência, já que falava em “estabelecer sobre novas bases o exercício da soberania francesa” (Apud FERRO: 370).

Mas um discurso não é composto apenas pelas palavras e frases que o integram, pois a hora e o lugar em que é dito também interferem na interpretação que possamos dar a ele. Portanto, ditas em território africano, diante de africanos ávidos por autonomia e em um contexto de grande euforia, as palavras “gestão de seus próprios interesses” e “estabelecer sobre novas bases” podiam certamente soar como “independência” aos ouvidos africanos, e foi assim que as interpretaram.

Desta forma, a expectativa de autonomia suscitada pela principal liderança da França Livre estimulou os argelinos a irem para as ruas em Sétif, ao final dos conflitos na Europa, em maio 1945, em estrondosa comemoração pela derrota alemã, mas também para cobrar aquilo que eles tinham interpretado como uma promessa. Mas o saldo dessas comemorações foi uma forte repressão levada a cabo não só pelo Exército Francês e pela Legião Estrangeira, mas também pelos colonos, que receberam autorização para abater os nativos nas ruas. Com isso, milhares de argelinos foram assassinados no país, em especial no Departamento de Constantine, no nordeste da Argélia, região onde se localiza Sétif e que faz divisa com a Tunísia.

A constatação da impossibilidade de conquistar a autonomia pela via pacífica arrastou a geração mais jovem de nacionalistas argelinos para a luta armada. Assim, em junho de 1954, diversos líderes da Organização Especial (OS)¹³, descontentes com a política tradicional de conciliação de Messali Hadji, criaram o Comitê Revolucionário

¹³ Chamados de “os nove chefes históricos”, são eles: Ahmed Ben Bella, Ait Ahmed e Mohammed Kaddere, que atuavam fora da Argélia; além desses, havia os que atuavam em território argelino: Mustafa Ben Boulaid, Murad Didouche, Larbi Ben M’Hidi, Mohammed Boudiaf, Rabah Bitat e Belkacem Karim.

de Unidade e Ação (CRUA), na cidade do Cairo (Egito), que pouco depois, em 10 de outubro, daria origem à FLN.

Este organismo político, a FLN, surgia com um braço armado, o Exército de Libertação Nacional, que, como cartão de apresentação do novo órgão de luta pela independência argelina, organizou para o final daquele mês uma sequência espetacular de atos violentos na Argélia, quebrando a suposta calma reinante no país, como descreve o historiador e jornalista Mustafa Yazbek:

Até o outono de 1954, a imprensa argelina – com exceção de *L'Alger Republicain* – apresentava aos leitores, a cada manhã, o retrato de uma Argélia tranquila e pacífica. Porém, em 2 de novembro desse mesmo ano, em vez de cerimônias tradicionais do feriado de Todos os Santos, o que os argelinos leram em primeira mão, estupefatos, no *L'Echo d'Alger*, foi esta manchete: “Uma série de atentados terroristas foi cometida simultaneamente em diversos pontos da Argélia”.

Uma sequência de dezenas de ações armadas marcaria o início da guerra da independência na noite de 31 de outubro para 1º de novembro de 1954. Uma base militar francesa, localizada na região montanhosa de Aurés, foi um dos alvos iniciais mais importantes. A reação foi impiedosa, e os choques e atentados se alastraram. A FLN emitiu um comunicado anunciando que dava por iniciada oficialmente a luta revolucionária pela liquidação total do sistema colonial na Argélia e pela independência do país, a fim de restaurar o Estado argelino. (2010: 53.)

Dois meses depois desses acontecimentos nosso personagem, Paul Aussaresses, chegaria à Argélia. Era janeiro de 1955 e ele não se encaminhou para Argel, centro econômico e principal cidade do país, mas para um vilarejo de 21 mil habitantes, Philippeville, onde se acreditava que a FLN estava melhor instalada, apesar de ainda ser pouco conhecida pelo governo francês. Naquele momento, segundo declara, ele ainda não era um “oficial de informações”, mas era nesta tarefa que devia se concentrar inicialmente para, depois, concentrar-se na eliminação das lideranças da FLN. Tinha início um sistema de repressão que faria escola:

Minha tarefa era simples a princípio, mas complexa em virtude dos meios a serem usados. Tratava-se de obter todas as informações possíveis sobre a rebelião, seja junto aos civis, seja junto aos militares. Ora, há duas maneiras de se obter informações: esperar que elas cheguem até você ou ir atrás delas. Ao cabo de algumas

semanas, a rebelião tomou consistência, o tempo começou a apertar e minha atuação tornou-se mais ofensiva.¹⁴ (AUSSARESSES, 2001: 25)

Como destaca Tony Judt, os jovens oficiais que vivenciaram a guerra da Indochina encararam aquela derrota com um rancor muito maior que os recrutas, os oficiais experientes, ou mesmo os políticos franceses. E Aussaresses, àquela altura, se encaixava perfeitamente no perfil descrito por Judt. Talvez seja por isso que, além de dar início a uma eficiente máquina de obtenção de informações, põe em movimento uma máquina de eliminação sistemática por meio da execução sumária dos guerrilheiros supostamente envolvidos em atos terroristas que caíam em suas mãos.

A Guerra da Argélia estava apenas começando e se tornaria um verdadeiro tormento para os franceses, não apenas militar, mas também político e moral. Dela se ocuparam, na metrópole, seus defensores, mas também seus oponentes. O mundo árabe dela também se ocupou, e a figura do presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser, que abrigava e, secretamente, treinava argelinos, ganhou projeção durante o conflito, sobretudo quando, com o apoio dos EUA e da URSS, sai vitorioso no episódio da nacionalização do Canal de Suez, em 1956, fazendo França e Inglaterra recuarem em sua investida sobre o canal egípcio, uma atitude de grande valor simbólico para todo mundo árabe.

Além disso, também emerge dela a ultradireita francesa, que rompe com De Gaulle a partir do momento em que este, de volta ao poder em 1958 em virtude da questão argelina, compreende que o tempo colonial da “sua” França chegara ao fim, restando-lhe a função de construir esse fim da maneira menos penosa para seu país. Ou seja, diferente de como pensavam aqueles que o trouxeram de volta, ele continuaria a política de descolonização iniciada dois anos antes pelo socialista Guy Mollet, que, em 1956, concedeu a independência à Tunísia e ao Marrocos, evitando, com isso, um conflito sangrento também nessas regiões, e que o próprio Mollet abandonara logo em seguida, dando carta branca ao então coronel paraquedista Jacques Massu para esmagar,

¹⁴ “Ma tâche était simple dans le principe, mais complexe à cause des moyens à mettre en œuvre. Il s’agissait d’obtenir tous les renseignements possibles sur la rébellion, qu’ils émanent de civils ou de militaires. Or il y a deux manières d’obtenir des renseignements: attendre qu’ils vous parviennent ou aller les chercher. Au fil des semaines, la rébellion prenant de la consistance, le temps commençait à compter et mon rôle devint plus offensif.”

a todo custo, os rebeldes da FLN na Batalha de Argel, tarefa que Massu coloca sob a responsabilidade de Aussaresses e Roger Trinquier, seus auxiliares diretos.

As atitudes de Mollet (concessão de liberdade a duas colônias e, pouco depois, aperto da repressão na Argélia) refletem a instabilidade política do momento vivido pelos franceses em virtude da própria guerra argelina, que corroía as instituições republicanas da França fazendo-as perder cada vez mais credibilidade. Isso se refletia, por exemplo, no próprio cargo de primeiro ministro. Em um curto espaço de tempo, entre 1957 e 1958, a França passa por nada menos que quatro governos distintos (Guy Mollet, Maurice Bourgès-Maunoury, Felix Gillard e Pierre Pflimlin). O quinto governo daquele momento de instabilidade e crise marcaria o retorno do General Charles De Gaulle ao comando da França em uma espécie de novo chamado do povo francês.

De volta ao poder em junho de 1958, no entanto, De Gaulle manterá o conflito argelino, mas procurará, mesmo que sob forte oposição da ultradireita, uma maneira honrosa de tirar a França dele. Para isso, uma das primeiras coisas a serem feitas seria restaurar a autoridade do governo e, desta forma, a credibilidade das instituições republicanas de seu país, processo que dará origem a uma nova república, a quinta, que, aprovada por referendo em setembro do mesmo ano, trazia, dentre suas inovações, o fortalecimento do poder executivo, ocupado por De Gaulle, em detrimento do parlamento.

Com o passar do tempo, o custo da guerra para o Estado francês, não só do ponto de vista financeiro, mas também político e moral – como já dissemos –, deixava cada vez mais evidente a impossibilidade da manutenção da Argélia como colônia francesa, ainda que isso ferisse os interesses dos *pied noirs*¹⁵ e de grande parte dos oficiais franceses (habitantes da Argélia ou não).

Para piorar a situação, por essa época o conflito já tinha ganhado projeção internacional e a opinião pública mundial estava cada vez mais favorável à FLN, sobretudo após o rápido processo de descolonização promovido pela Grã-Bretanha a partir de 1956, do qual trataremos mais adiante, pressão que é mais forte ainda a partir de junho de 1960, quando os belgas retiraram-se do Congo.

É em meio a esse fogo cruzado que, em 1959, De Gaulle propõe autodeterminação para a Argélia. Tal proposta, ainda que tenha fracassado, desapontou

¹⁵ Colonos franceses e seus descendentes criados na Argélia.

os franceses que tinham construído suas vidas na Argélia e que, portanto, tinham lá suas propriedades, e enfureceu a extrema-direita militar que se organiza em 1961 na clandestina Organization de L'Armée Secrète (OAS) – Organização do Exército Secreto –, radicalizando suas ações terroristas tanto na Argélia quanto na França (visando o ataque aos “traidores” da pátria), o que faz com que, na Argélia, a FLN também radicalizasse suas ações, o que não interfere na decisão do alto escalão do governo de pôr fim ao conflito.

Desta forma, no início de 1961 são abertas novas negociações de paz em Evian, que duram cerca de um ano. Assim, após oito anos de conflito, o acordo de paz é assinado em 18 de março de 1962, instaurando-se o cessar-fogo para o dia seguinte. Tais acordos davam garantias aos franceses radicados na Argélia, que poderiam optar pela nacionalidade argelina. Mesmo assim, não foi possível evitar a imigração em massa de *pied noirs* para a França: nos meses seguintes, mais de 900 mil *pied noirs* abandonaram a Argélia.

Segundo Yazbek, o saldo do conflito

“chegou a ser calculado em mais de meio milhão de mortos, a esmagadora maioria de argelinos muçulmanos. No entanto, há muitas controvérsias sobre o número correto de argelinos que perderam a vida durante a guerra. O Exército francês perdeu quase vinte mil homens, e entre os colonos, cerca de três mil pessoas morreram” (2010: 72).

Se considerarmos o ano de eclosão da Guerra da Indochina, 1946, fazia 16 anos que a França estava em guerra pela manutenção de suas colônias. Mas se recuarmos um pouco mais e considerarmos a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, fazia 23 anos que a França estava envolvida em algum tipo de conflito bélico, com interstícios de meses entre um e outro.

Antes mesmo do fim do conflito na Argélia, o alto escalão francês já tinha se dado conta de que era hora de mudar o foco das preocupações francesas. Para isso, De Gaulle transformou a “União Francesa” – que, criada em 1946, visava aplacar o nacionalismo nas colônias, transformando-as em “departamentos” e “territórios do ultramar” pertencentes a tal “União” – em uma “Comunidade Francesa” (nascida junto com a Quinta República, no final de 1958), que se espelhava no modelo da

“Comunidade das Nações” britânica, criada em 1931, para que suas ex-colônias fossem mantidas em sua órbita, o que lhe garantiria acesso a mercados consumidores e reservas de mão de obra barata. Esse foi um passo importante para conceder independência às colônias mantendo-as ligadas à antiga metrópole. Após isso, a Guiné se torna independente em 1958 (mas não se filiou à Comunidade Francesa), e, em 1960, praticamente todas as outras colônias francesas da África Negra (Camarões, Togo, Senegal, Madagáscar, Benin, Níger, Burkina Faso, Costa do Marfim, Chade, Congo, Gabão, Mali e Mauritânia) tornaram-se independentes, seja por força dos movimentos nacionalistas, seja por acordos patrocinados pela ONU. Os últimos resquícios do antigo Império Ultramarino Francês na África seriam as três ilhas de Comores, independente em 1975, e o pequeno Djibouti, independente em 1977. Com o fim da Guerra da Argélia, portanto, a França estava livre para alçar novos voos.

Ainda que os britânicos fossem mais apegados e dependentes de seu império, sobretudo no que se refere à produção de gêneros alimentícios, segundo Tony Judt (2008), comparado ao caso francês, com suas duas longas e sangrentas guerras pela manutenção de seu Império Colonial, a dissolução do Império Britânico na África e na Ásia pode ser considerada menos traumática.

Diferente da atitude francesa, a realidade posta ante os olhos dos políticos britânicos após a Segunda Guerra Mundial forçou um processo que se aproxima mais de uma descolonização negociada do que de uma independência forçada. Isso não quer dizer que os britânicos, ao ver o primeiro movimento nacionalista organizado se manifestar dentro uma de suas colônias tenham se batido em retirada imediatamente. Retardaram ao máximo, claro, sua saída dos territórios e, em alguns casos, houve mesmo lutas sangrentas, em especial nas colônias de povoamento, como no Quênia, onde efetivaram uma repressão brutal em 1952 contra o movimento nacionalista chamado Mau-Mau, organizado pelos nativos do povo kikuyo.

Os Mau-Mau seriam derrotados numa sangrenta guerra promovida pelos britânicos, mas tiveram o mérito de colocar na ordem do dia (não só localmente) a questão da descolonização do Império Britânico. Com o tempo, um dos líderes mais proeminentes dos kikuyo, Jomo Kenyatta que, apesar de ter sido aluno da London School of Economics, tinha grande apego pelas tradições de seu povo, lidera um processo de oposição aos britânicos que levaria à independência do Quênia em 1963 (ver HERNANDEZ, 2005: 485-501; KI-ZERBO, 2002: 247-253).

Outro caso importante de descolonização por meio das armas foi o da Rodésia do Sul, onde a separação da metrópole em 1965 ficou a cargo dos próprios colonos, que, sem o reconhecimento do próprio Reino Unido ou da ONU, instalaram um regime racista semelhante ao da África do Sul¹⁶, findado em 1980 após uma guerra de onze anos entre brancos e nativos, quando, enfim, a independência do país, que passou a se chamar Zimbábue, foi reconhecida.

Excetuando-se esses casos, portanto, no restante de seu império colonial a descolonização se deu de forma relativamente pacífica, em virtude de uma mistura de pressão interna dos nativos, pressão externa, e reconhecimento de sua impossibilidade em manter suas colônias, fato que ficou-lhes evidente sobretudo após a Crise de Suez, em 1956, na qual o governo britânico, junto com o francês, tramaram a retomada do Canal de Suez – importante para o transporte de petróleo e de outros produtos advindos de suas colônias – ao Egito, que, sob o governo de Nasser, foi nacionalizado em julho daquele ano. A empreitada contou com a participação de Israel, interessada na ocupação de territórios da região, mas foi reprovada pelas duas potências de então, EUA e URSS, fato que forçou o recuo dos invasores.

Com a Crise de 1956, além da constatação de que o país já “não tinha mais condições de exercer poder e influência em regiões ultramarinas” (JUDT, 2008: 307), veio outra – essa de significado talvez até mais doloroso para a Grã-Bretanha – a de que, “doravante, ela perdera o estatuto de grande potência e não podia mais agir sem o aval dos Estados Unidos”¹⁷ (FERRO, 2006: 365).

Após a Crise de Suez, portanto, tornaram-se independentes a grande maioria das colônias britânicas, seja no Oriente Médio, na África ou na Ásia. Mas isso não foi necessariamente um problema para os britânicos, que, em geral, mantiveram laços privilegiados com suas ex-colônias, por meio da Comunidade das Nações, o que lhes garantia bons negócios. Marc Ferro argumenta, inclusive, que, para os britânicos, as independências de suas colônias foram, de certo modo, vantajosas, pois os

¹⁶A África do Sul também é um caso onde os brancos proclamam a independência (em 1910) em proveito próprio, instaurando um regime de opressão branca em 1948, o *apartheid*, que, publicamente, contaria com a simpatia de poucos apoiadores da comunidade internacional. Em sua longa entrevista com Jean Denieau, Aussaresses comenta que, mesmo quando era consenso internacional o isolamento da África do Sul e de seu *apartheid*, a França continuou negociando armas com o regime racista dos bóeres, tarefa da qual ele fora o responsável.

¹⁷ Judt comenta que, se os britânicos tiram como lição de Suez a necessidade de um alinhamento incondicional aos EUA, pois só assim poderiam influir em suas decisões, os franceses, em especial De Gaulle, chegam à conclusão oposta. (Ver. JUDT, 2008: 307)

metropolitanos mantiveram condições de negócios privilegiadas com elas, ao mesmo tempo em que deixavam de onerar seus cofres com despesas coloniais. Algo semelhante também teria ocorrido com a França com a criação de sua Comunidade Francesa (ver FERRO, 2006: 392-395).

Mas as vantagens encontradas onde inicialmente tudo era perda – de territórios, propriedades, prestígio e poder – não encobrem um fato que se deve ter como saldo do fim dos impérios ultramarinos europeus: sobravam, agora, apenas duas potências hegemônicas no globo, EUA e URSS, e surgia um Terceiro Mundo, que almejava certa autonomia em relação aos dois gigantes e era formado por um grande número de ex-colônias europeias da África e da Ásia, bem como por diversos países pobres do Oriente Médio e da América Latina, cuja direção de sua política e economia seriam disputadas pelas duas superpotências, o que leva, no caso da América Latina, à instalação de uma série de ditaduras militares, bancadas, sobretudo, pelos EUA, mas que contaram com o apoio de outras nações, como a francesa, como veremos.

3. A EXPANSÃO DO CAPITAL INTERNACIONAL E A ASCENSÃO DOS REGIMES DITATORIAIS NA AMÉRICA LATINA A PARTIR DOS ANOS 1960

Como vimos, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, os EUA passam a construir mecanismos que fizessem valer o seu poder em sua zona de influência no Ocidente, visando conter possíveis focos de ascensão da esquerda em tal zona. Para isso, foram diversos os mecanismos criados junto à Europa e à América Latina.

Contudo, apesar do esforço norte-americano em estabelecer sua hegemonia na América Latina por diferentes meios, como o TIAR, a OEA e o USAID, em 1959 uma revolução levou ao poder, em Cuba, um grupo de guerrilheiros que, em maio de 1961, alinharam-se ao campo soviético, o que causou estremecimento na política regional em virtude do receio de que a Revolução Cubana, dirigida, entre outros, por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, estimulasse movimentos semelhantes nos países latino-americanos.

Uma das consequências da vitória comunista em Cuba foi o estabelecimento, em 1961, da Aliança Para o Progresso. Idealizada pelo governo norte-americano durante o mandato de John F. Kennedy, o objetivo desta Aliança era, por meio de auxílios e

investimentos, estimular o desenvolvimento social e econômico da América Latina, com a meta de conter o avanço do comunismo, o que excluía Cuba dela.¹⁸

Pouco depois de selada a Aliança Para o Progresso, com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, ou seja, pouco mais de seis meses após assumir a presidência, João Goulart (Jango), que tinha origem no trabalhismo varguista, assumiria a presidência do Brasil.

A reação dos conservadores brasileiros à renúncia de Jânio (que era o homem de confiança das elites política, econômica e militar, apesar de sua postura contraditória no pouco tempo de mandato que teve, como no episódio da condecoração do então ministro cubano Ernesto Che Guevara, em 20 de agosto de 1961), levou a uma manobra parlamentar que acarretaria na mudança do sistema de governo brasileiro de presidencialismo para parlamentarismo, impedindo que Jango tivesse plenos poderes no cargo. Desta forma, João Goulart só conquistaria o poder executivo, de fato, dois anos depois, em 1963, por meio de um plebiscito que retornou o país ao sistema presidencialista.

Nove anos depois, em 1970, a pressão por mudanças sociais aumentaram ainda mais na região, pois, com a eleição de Salvador Allende para a presidência do Chile, propostas de reformas econômicas e sociais ganhavam força naquele país, sobretudo pela pressão que Allende recebia das ruas. Além disso, no mesmo período movimentos de esquerda se difundiam no interior de diversos países latino-americanos, como os Tupamaros no Uruguai, e diferentes movimentos de oposição aos EUA na Argentina, como os Montoneros, que visavam, pelas armas, forçar mudanças políticas, sociais e econômicas em seus respectivos países.

Ou seja, ainda que, desde o século XIX, no contexto das colonizações da África e da Ásia, os norte-americanos tivessem anunciado que a “América” era “para os Americanos”, ainda que, após a Segunda Guerra, sucessivos governos norte-americanos tivessem buscado impor sua política de contenção à região, tornando-a sua cliente e cada vez mais dependente, o fato é que, na segunda metade do século XX, os países pobres da região passaram a ser locais de disputa de interesses das duas potências de então (EUA e URSS), o que força os EUA a uma jogada mais audaz. Falhados os mecanismos anteriores, ou talvez fazendo uso de toda a estrutura que eles lhes

¹⁸ Em 1969 a Aliança Para o Progresso seria abandonada em virtude de seu fracasso. Ver: *O Globo*. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/kennedy-cria-alianca-para-progresso-10005300>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

propiciaram, era a hora de, para manter sua zona de influência intacta, financiar a deposição dos governos locais eleitos e implantar governos amigos sustentados pela força: é neste contexto que uma série de golpes militares derruba diversos governos latino-americanos de orientação duvidosa do ponto de vista dos EUA, dentre eles o brasileiro em 1964, o peruano em 1968, o chileno e o uruguaio em 1973, e o argentino em 1966 e, novamente e mais brutalmente, em 1976.

Eder Sader, em uma série de ensaios que visam explicar a conjuntura histórica que levou à ascensão desta série de ditaduras militares na região (que não foram as únicas no período)¹⁹, faz interessante reflexão sobre a crise de hegemonia existente na América Latina naquele contexto. Analisando a questão do Estado e de sua militarização no momento mesmo em que ela se dava, o autor comenta que

Gramsci definia o Estado como uma “hegemonia revestida de coerção”, em que a hegemonia se materializa no conjunto de estruturas e instituições capazes de gerar um consenso social em torno da classe dominante. Como essas estruturas, os “aparelhos ideológicos” (escola, igreja, partidos, meios de comunicação, etc.), não podem assegurar sozinhos a dominação, existe sempre o “último recurso” da ordem social, sob a forma dos aparelhos repressivos. À medida que os aparelhos ideológicos se revelam incapazes de gerar o consenso legitimador da ordem (expressão de uma crise de hegemonia), o eixo do poder se desloca em direção aos aparelhos repressivos. Podemos então falar de um “Estado com dominante coercitiva”.

Na América Latina assistimos uma profunda crise de hegemonia: as classes dominantes se revelam incapazes de legitimar-se através dos aparelhos ideológicos, que perdem sua importância ou são absorvidos em benefício dos aparelhos repressivos, em particular das Forças Armadas” (1982: 33).

Apesar de as análises sociológicas serem, com frequência, vistas com reserva pelos historiadores, em virtude da tendência à construção, por sociólogos e cientistas políticos, de modelos generalizantes para explicar os fenômenos em análise, não acredito que devamos prescindir do apoio de tais trabalhos, como é o caso da análise de Eder Sader que, além de recorrer a Gramsci e ao seu conceito de “hegemonia” para

¹⁹ Não podemos deixar de destacar que se na América do Sul a destituição de governos eleitos, patrocinada pelos EUA, ganha força nos anos 1960, o primeiro governo democraticamente eleito cuja destituição esteve diretamente ligada à ação dos EUA, por meio da Central Intelligence Agency – CIA, foi o de Jacobo Arbenz Guzman, na Guatemala, em 1954, cujas diretrizes progressistas, como a proposta de uma reforma agrária, o colocaram em rota de colisão com a política e economicamente poderosa empresa norte-americana, United Fruit Company. (Ver: ANGEL, 2009: 499-506; ROWLANDS, David T. “Guatemala: o golpe que radicalizou Che Guevara”. In: *Revista Fórum*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/05/guatemala-o-golpe-que-radicalizou-che-guevara/>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

explicar a fissura que tinha se estabelecido no domínio norte-americano (e do capital internacional) no pré-golpe em diferentes países latino-americanos – em virtude do avanço da esquerda, tanto na forma de partidos quanto de movimentos sociais que pressionavam por reformas (como as Reformas de Base que entraram em pauta no governo de João Goulart) –, recorre, também, para complementar sua explicação – o que acredito ser elemento crucial para se compreender a ascensão de todos os regimes ditatoriais da América Latina da segunda metade do século XX –, à análise do interesse do capital internacional nos países do então Terceiro Mundo a partir da Segunda Guerra Mundial, e dos entraves locais que este capital enfrentava para expandir-se. Refletindo sobre isso, Sader comenta que

Os capitais imperialistas que buscavam essas áreas de inversão fazem suas opções em função de algumas vantagens comparativas (menor custo da mão-de-obra, controle dos sindicatos, estabilidade política, certo nível da infra-estrutura de transportes, comércio, bens intermediários, racionalização do setor estatal, liberdade de movimentos para esses capitais e, também, certa dimensão dos mercados locais). No curso desses anos se defrontam de novo projetos “nacionalistas” e “integracionistas”. Estes, propondo a continuidade da industrialização sobre a base da associação mais estreita com os capitais estrangeiros, implicavam uma política de compressão salarial. (1982: 57).

Ou seja, o modelo de desenvolvimento e industrialização a ser praticado na América Latina pressupunha a preparação do território para o desembarque do capital proveniente das economias desenvolvidas (em especial a norte-americana, mas não exclusivamente), o que implicava, além da garantia de um ambiente tranquilo para esse investimento, a máxima compressão salarial. A aplicação desse modelo, no caso brasileiro, por exemplo, vinha ocorrendo com problemas desde o último governo de Getúlio Vargas (1951-1954), daí, entre outros fatores, o suicídio que interrompeu seu mandato. Juscelino Kubitschek (1956-1961) também teve problemas para aplicá-lo, já que teve de combinar a ampla abertura ao capital internacional com o trabalhismo varguista que se manteve forte durante seu governo. Com João Goulart (1961-1964), a difícil acomodação de tais interesses com propostas de mudanças sociais consideráveis teria levado à sua deposição, o que abriu espaço para uma acomodação sem entraves entre os interesses da burguesia local e internacional. Assim, “com o golpe de 64 a deterioração dos salários se imporá.” (SADER, 1982: 57) Concluindo sua análise, Sader

comenta que processo semelhante estaria ocorrendo nos países da região já citados, que também têm seus governos derrubados por golpes militares a partir de 1964.²⁰

Assim, do nosso ponto de vista, acreditamos ser possível afirmar que, muito além da tão propalada “política de contenção” do comunismo, as ditaduras militares latino-americanas decorrentes desse processo tinham a clara intenção de se tornarem, de fato, uma “política de acumulação” do capital pelas economias desenvolvidas por meio de suas grandes empresas que, àquela altura, tornavam-se transnacionais.²¹

No entanto, ainda que a intenção das ditaduras fosse criar, através do uso da força, o ambiente propício à exploração capitalista nos países do então chamado “Terceiro Mundo”, a dinâmica interna de tais nações – com alguns setores da esquerda no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile e no Peru, por exemplo, decidindo partir para um enfrentamento direto com as Forças Armadas – tornará a tarefa dos militares mais conturbada do que acreditaram inicialmente, o que força, no caso brasileiro, a um progressivo aumento da repressão, especialmente a partir do final de 1968.²²

Desta forma, podemos entender que o intercâmbio da doutrina francesa²³ (desenvolvida na repressão aos movimentos de independência da Indochina e da Argélia) entre agentes do governo francês (como Aussaresses) e militares brasileiros e latino-americanos, explicita o que Gramsci, por meio de Sader, chama de “Estado com

²⁰ Para reforçar seu argumento, Sader apresenta dados interessantes: “Assim, o salário mínimo real em São Paulo, em 1977, correspondia a 40% do que tinha sido em 1958. O salário real na Argentina, em 1977, correspondia a 50% do que fora em 1960. No Chile os salários haviam perdido 60% de seu poder aquisitivo em outubro de 1975 em relação a janeiro de 1973!” (1982: 62)

²¹ Para uma reflexão sobre o conceito de “empresa transnacional” ver “Os Anos Dourados” (HOBBSAWM, 2005: 253- 281). Para uma interessante análise sobre a função das multinacionais nas antigas colônias europeias na África e na Ásia (onde elas substituiriam a administração colonial como forma de extrair riquezas da região) e na América Latina (onde se instalam em situações extremamente vantajosas e contando, muitas vezes, com o apoio de governos ditatoriais), ver “A descolonização atropelada” (FERRO, 2006: 389-406).

²² O debate historiográfico acerca do golpe e do desenvolvimento da ditadura e de suas polêmicas no Brasil é tema de grandes controvérsias. Para uma visão geral referente a estas controvérsias sugerimos a leitura de *Além do Golpe*, do historiador brasileiro Carlos Fico (2012). De todo modo, ainda que não venhamos a entrar nos pormenores deste debate, cabe, aqui, um posicionamento: doravante, sempre que nos referirmos ao regime instaurado no Brasil a partir de 1964, utilizaremos o conceito de “ditadura civil-militar” no intuito de evidenciar que o que se deu no país não foi um regime de exceção patrocinado apenas pelos militares (ou seja, uma “ditadura militar”). Se foram eles os responsáveis pelo golpe de março/abril de 1964, sua preparação, bem como o desenvolvimento do regime, contou com o apoio de setores civis expressivos, sobretudo dos empresários, como destacado por René Armand Dreifuss (2006), o que caracterizaria o regime como uma “ditadura civil-militar”.

²³ A tecnologia militar francesa a que nos referimos é a “doutrina da guerra revolucionária” que pressupõe uma série de elementos referentes à forma de influenciar a população, prisões arbitrárias, técnicas de obtenção de informação (torturas) visando desarticular uma rede e, até mesmo, a eliminação arbitrária – ou seja, sem julgamento – de indivíduos capturados pelas forças de repressão. Tais elementos serão mais aprofundados nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

dominante coercitiva” a serviço de um fim específico: a manutenção da hegemonia de um determinado grupo social sobre o restante da sociedade. Neste caso, porém, há uma orquestração de interesses que não se liga, apenas, aos grupos de domínio locais, mas também aos que estão no estrangeiro. Isto nos leva a concluir que não podemos dissociar o processo de globalização econômica ocorrido naquele período do processo de globalização do uso da violência, com diferentes Estados atuando nele, contribuindo com o que possuem de melhor para que o jogo se desenvolvesse sem percalços, para, desta forma, poderem tirar dele o melhor proveito para si.

Neste jogo, portanto, não atuavam apenas o governo e o capital norte-americano em conluio com o capital local (seja brasileiro, argentino, peruano, chileno ou uruguaio, para citar apenas alguns dos peões do xadrez), mas também outras nações que tinham seus próprios interesses, como a França, que, após o fim do seu Império Colonial e o grande desenvolvimento de sua economia entre os anos 1946-1975, também verá na região um local de onde podem auferir lucros, tema ao qual voltaremos no terceiro capítulo.

No caso francês, no entanto, seu interesse pela América Latina, sobretudo pelo Brasil, era mobilizado, também, por sua ânsia de autonomia em relação aos EUA, às vezes mesmo de afronta, já que os sucessivos governos franceses do pós-Segunda Guerra, seguindo o exemplo do General De Gaulle, nunca aceitaram passivamente a hegemonia norte-americana, ainda que eles fossem parceiros. No caso brasileiro, essa ânsia por autonomia francesa terá grande acolhida sobretudo com a ascensão dos governos da linha dura, como os de Costa e Silva (1967-1969) e, sobretudo, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que, visando um distanciamento dos norte-americanos, propõe uma diplomacia mais voltada para o interesse nacional, o que aproxima Brasil e França neste período.

A história de Aussaresses, nesse contexto, é uma micro-história da própria França ao longo desses anos. Como veremos no próximo capítulo, com a derrota francesa para a Alemanha em 1940, inicia-se uma longa jornada dos franceses em busca da retomada de seu poder e prestígio que tinham sido perdidos, e Aussaresses, como membro da Resistência francesa durante a Segunda Guerra, e, após ela, membro das forças regulares, agente secreto e agente especial, representa uma peça dos planos do governo francês na luta por um desenvolvimento autônomo. Mais que autonomia, no entanto, a luta será, sempre, pela recuperação de seu prestígio e poder do pré-guerra. Como anunciamos no início deste capítulo, por meio da história do indivíduo,

poderemos acompanhar uma série de implicações relativas à história de uma coletividade. No próximo capítulo, portanto, nos entregaremos a compreender a história desse agente secreto francês, que nos apresentará detalhes pouco conhecidos da história da França.

II. PAUL AUSSARESSES COMO AGENTE DA POLÍTICA FRANCESA NO PÓS-GUERRA

No primeiro capítulo desta dissertação, vimos o contexto histórico em que se desenvolveu a atuação de Paul Aussaresses enquanto paraquedista das forças armadas de seu país e membro do Serviço de Ação²⁴ do *Serviço de Documentação Exterior e de Contra-Espionagem* (SDECE), o serviço secreto francês, que tinha como atribuição realizar operações fora da França.²⁵

Enquanto o contexto apresentado anteriormente ajuda a compreender a construção de um personagem como Aussaresses, suas entrevistas e memórias – que, no fundo, constituem, de forma fragmentária, sua autobiografia – ajudam a compor o perfil do agente secreto, pois, como veremos, a violência extrema (explícita ou oculta), e a atuação de agentes especiais, tomam grandes proporções na segunda metade do século XX.

Como indivíduo, Aussaresses é um personagem complexo. Carrega em si uma face heroica de sua vida (os anos da resistência pela França Livre), mas carrega, sobretudo, uma face sombria de terror e morte em prol de objetivos que são determinados acima dele, mas que cumpre com diligência, defendendo-os até o fim de sua vida. Falando de si, além de ajudar a compreender como foram realizadas diversas ações naquele período, Aussaresses expõe a face oculta do poder, na linha do que explica Norberto Bobbio em seu *Futuro da Democracia* (2000: 97-120).

Antes de adentrar nos textos que expõem os papéis que desenvolveu ao longo da vida a serviço da França, no entanto, é importante comentar que Aussaresses não está sozinho em sua jornada. Ele atua como um elemento da máquina estatal francesa, tanto oficial, por meio do seu exército regular, como secreta, por meio dos seus Serviços Especiais. Apesar de possuir formação excepcional, não é mais nem menos importante

²⁴ Segundo o historiador Rodrigo Nabuco de Araújo “as operações de ‘ação’ compreendem a sabotagem, a infiltração, o repatriamento ou fuga de um agente secreto ao término de sua missão, a execução de um inimigo, a organização dos resistentes etc. [...]” No original: “*Les opérations “d’action” comprennent les sabotages, l’infiltration, l’exfiltration, l’exécution, l’organisation des maquis, etc. [...]*” (ARAÚJO, 2012: 100). Apesar de Araújo descrever a atuação do SDECE associando-as a atividades ligadas à atuação no exterior, o autor usa o exemplo do SNI (Sistema Nacional de Informação) como uma referência para que, no Brasil, se ilustre o tipo de trabalho desenvolvido pelo serviço secreto francês. Ou seja, o SDECE seria o equivalente ao SNI brasileiro, com pequenas nuances entre um serviço e outro.

²⁵ Em abril de 1982, a sigla SDECE foi alterada para DGSE, acrônimo de “Direção Geral da Segurança Exterior”. Apesar da denominação um pouco mais branda, as atribuições do órgão não sofreram alteração.

que outros. Iguais a ele havia, e há, muitos. No fundo, Aussaresses se destaca nesse meio, essencialmente, porque decidiu “falar”.

Se é verdade o que Maurice Halbwachs defende em seu *A Memória Coletiva*, e tendemos a concordar com ele, o indivíduo guarda a memória de um grupo (ou dos grupos pelos quais passa ao longo da vida). É, de certa forma, a memória desse grupo, o dos militares franceses, mas, sobretudo, o dos agentes especiais, que Aussaresses revela. E foi este quesito, inclusive, que lhe rendeu os maiores dissabores. Ao revelar a memória de seu grupo, ele rompeu com os códigos implícitos que determinam a participação naquelas comunidades. A partir do momento em que decidiu falar abertamente sobre sua posição e atuação na Batalha de Argel – em uma entrevista concedida em novembro de 2000 a Florence Beaugé, jornalista do *Le Monde* – ele deixa de fazer parte daquele grupo e, quanto mais é isolado por seus pares, mais sentiu-se forçado a falar.

Ainda neste quesito, sua vida é contraditória. Se não se arrepende de seus atos (sobretudo de sua atuação como torturador e as execuções sumárias que praticara e ordenara na Argélia), revela, no entanto, cada vez mais segredos, como se quisesse passar para o outro lado, o grupo daqueles que clamam pela verdade,²⁶ doa a quem doer.²⁷ Mas não deixa de ser intrigante que tenha vindo a público revelar detalhes de ações que não eram admitidas oficialmente até então e que, após suas revelações, ganharam cada vez mais projeção, a ponto de a posição oficial tanto do exército quanto do governo francês – que negavam inúmeras ações e práticas reveladas por Aussaresses – ficar cada vez mais enfraquecida.

Após suas primeiras revelações em 2000 e 2001, outros militares acabaram falando, ou sendo forçados a falar sobre suas próprias ações. Com isso, a atuação francesa na Argélia passou a ser exposta cada vez com mais detalhes. Em 2002, por exemplo, o canal francês de televisão *France 3*, colocou no ar o documentário *L'Ennemi intime* (O inimigo íntimo), de Patrick Rotman (documentarista com doutorado em

²⁶ Além dos três livros de memórias que são usados como base para o presente capítulo, em janeiro de 2014, ou seja, um mês após a morte de Aussaresses, o mesmo jornalista que, em 2008, publicara as declarações do velho general em *Je n'ai pas tout dit*, publica mais um livro de entrevistas com o general, que teria lhe dado mais esclarecimentos sobre um dos pontos que ficaram nebulosos em 2008 e que Aussaresses tinha se negado a falar até então, a morte do jovem professor de matemática e membro do Partido Comunista Francês, Maurice Audin. Ver Jean-Charles Deniau: *La Vérité sur la mort de Maurice Audin*. Paris: Equateurs, 2014.

²⁷ Não cabe, aqui, uma interpretação psicológica sobre as motivações que o levaram a revelar os segredos que guardava, algo que intriga qualquer um que entre em contato com suas revelações.

história), que, debatendo o caso da tortura na Argélia e as responsabilidades do poder político na ocasião, trouxe uma série de depoimentos de ex-combatentes argelinos. Dividido em episódios, o terceiro, intitulado *Estados armados* – que, no Brasil, saiu como extra do filme do cineasta italiano Gillo Pontecorvo, *A Batalha de Argel* (1966) – tem Paul Aussaresses como um de seus personagens centrais, além de outros importantes atores da Guerra na Argélia, tanto representantes do governo civil quanto do poder militar.

Além disso, em pouco tempo viria à tona a atuação francesa em outras regiões do mundo, em especial a América Latina, para onde exportara técnicas de repressão desenvolvidas e sistematizadas em suas guerras coloniais – a chamada “doutrina francesa” ou, como os próprios franceses a denominaram, “doutrina da guerra revolucionária”.²⁸ Acredita-se que ajudaram a fundamentar uma das ações mais mortíferas das ditaduras instaladas na região nos anos 1960-1970, a *Operação Condor*, tema do documentário *Escadrons de la mort: l'école française* (Esquadrões da morte: a escola francesa), da jornalista francesa Marie-Monique Robin, que veio a público em 2003.²⁹ Como já comentamos, o próprio Aussaresses fora adido militar no Brasil entre 1973 e 1975, onde deu aulas de técnicas de repressão e de obtenção de informação não só para militares brasileiros, mas também de outros países latino-americanos, sendo, desse modo, personagem importante no documentário de Marie-Monique Robin.

Mas não nos iludamos com Aussaresses. Se no final da vida³⁰ sua disposição em optar pela verdade dos fatos é notória, isso não significa que ele tenha mudado de lado em relação a suas opções políticas. Pelo contrário: Aussaresses morre³¹ reafirmando suas posições. Por exemplo, em uma de suas últimas entrevistas, concedida em abril de 2008 à jornalista brasileira Leneide Duarte-Plon, que reside na França, Aussaresses foi categórico: “Sou um homem de direita, pró-americano e decididamente anticomunista.

²⁸ Apesar da nomenclatura adotada pelos franceses para identificar sua doutrina, o mais apropriado seria chamá-la de “doutrina da guerra antissubversiva” ou “doutrina da guerra contrarrevolucionária”. Neste trabalho, no entanto, adotaremos a nomenclatura original.

²⁹ Há uma versão deste documentário com legenda em espanhol disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6-Sz1A2_80A>. Acesso em: 13 abr. 2014.

³⁰ Em 2000, quando deu seus primeiros depoimentos, contava 82 anos.

³¹ Faleceu, aos 95 anos, em 03 de dezembro de 2013, mas sua morte só veio a público no dia 04. No dia seguinte morreria, também aos 95 anos, Nelson Mandela. Ainda assim, a morte de Aussaresses ganhou espaço na imprensa tanto da França, quanto de alguns países latino-americanos, como do Uruguai. No Brasil, o primeiro jornal a noticiar sua morte foi *O Estado de S. Paulo* em 04 de dezembro de 2013.

Não lhe peço para concordar comigo. Tanto faz.”³² Ainda nessa frase, Aussaresses parece contraditório. Toda sua carreira – como ele fez questão de ressaltar no título de uma de suas memórias, “Pour la France” – indica ferrenho nacionalismo em sua história de vida, daí, em um primeiro momento, surpreender sua declaração de um suposto “pró-americanismo”. Essa surpresa inicial, no entanto, se desfaz quando vemos Aussaresses como um homem do seu tempo, o tempo da globalização.

Não é possível compreender a figura de pessoas como Aussaresses apenas por meio dos conceitos tradicionais de “nacionalismo” ou de “pró-americanismo”, armadilha em que o próprio personagem cai. Sua trajetória é *transnacional* e, consciente ou inconscientemente, ele age em nome do capital (daí ter usado a ideia de “pró-americanismo”) contra as forças de esquerda, entendidas genericamente por ele como “comunistas”.

Esse personagem transnacional, o que não quer dizer que não seja nacionalista, e só aparentemente contraditório, o que não quer dizer que não seja enigmático, deixou, na defesa de sua trajetória, transcorrida entre a luz e a escuridão, um conjunto de depoimentos riquíssimo para a compreensão de sua personalidade e da história de seu tempo.

O conjunto de textos onde estão registradas suas memórias não foram publicados contando de maneira progressiva o desenrolar de sua vida, pois, ao que parece, não era sua intenção fazer necessariamente uma autobiografia, mas apenas narrar o momento vivido por ele na Argélia a serviço da França.

Não fosse o processo a que fora submetido por apologia a crimes de guerra em virtude do conteúdo de seu primeiro livro de memórias, publicado no início de maio de 2001, *Services Spéciaux: Algérie 1955-1957* – onde narra as prisões, torturas e execuções sumárias praticadas ou ordenadas por ele, bem como por seus superiores, como o General Massu ou os coronéis Marcel Bigeard e Roger Trinquier, entre outros, durante a Guerra da Argélia –, e a perda da Légion d’Honneur – uma condecoração honorífica francesa –, teriam ficado no silêncio o período anterior e o posterior de sua existência.

³² Ver: “Mestre em tortura”. *Carta Capital*, 15 jan. 2014. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/revista/780/mestre-em-tortura-8238.html>. Acesso em: 10 fev. 2014.

A primeira parte de sua vida profissional é narrada por ele em *Pour la France: Services spéciaux 1942-1954*, publicado em novembro de 2001, pouco antes do início de seu julgamento, como uma tentativa de dialogar com a opinião pública francesa.³³ Nele tenta mostrar a fase de sua vida que – em comparação com a que veio depois – podemos chamar de “iluminada”, passando por seu engajamento militar na França Livre e sua diligência a serviço das forças armadas sempre que chamado a realizar trabalhos-chave, como a reestruturação das forças especiais francesas. De todos, este é o livro que, com mais propriedade, podemos chamar de autobiográfico. Escrito em sua defesa e autopromoção, é nele que, em uma primeira leitura, encontramos um conteúdo que nos parece mais subjetivo, o que quase nos leva a qualificá-lo como irrelevante. No entanto, na tentativa de se fazer importante para a França ou, pelo menos, de se mostrar um militar comum que sempre atuou próximo dos “grandes homens” (como De Gaulle), Aussaresses, além de expor a si como indivíduo, puxa a cortina e, como ator e espectador privilegiado, nos mostra sua perspectiva de como as coisas teriam se passado nos bastidores em diversos momentos vividos pela França desde a invasão alemã, em 1940, até pouco antes de seu envio para a Argélia, em 1955. Por isso mesmo, esse que, num primeiro momento, seria o seu livro menos importante, é, para nós, uma das fontes mais relevantes para nosso propósito, que é conhecê-lo e conhecer os trabalhos que fizera para, no momento oportuno, saber avaliar o impacto de sua atuação no Brasil ou, como talvez seja mais apropriado, avaliar o impacto do sistema que ele revela para a compreensão de alguns elementos das relações entre o Brasil e a França na segunda metade do século XX.

Já o período posterior à Guerra da Argélia não é narrado em forma de autobiografia, mas de entrevistas, concedidas ao jornalista Jean-Charles Deniau. Intitulado *Je n'ai pas tout dit: ultimes révélations au service de la France*, tal livro, publicado em 2008, tem o objetivo de trazer revelações adicionais relacionadas aos fatos já tratados nas publicações anteriores, e de narrar o período que não fora abordado

³³ O julgamento, que se deu nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2001, teve como resultado a condenação de Aussaresses e de seus respectivos editores – Olivier Orban, presidente da editora Plon, e Xavier de Bartillat, diretor da Editions Perrin, casas pertencentes ao mesmo grupo editorial, Plon-Perrin – ao pagamento de indenizações no valor de sete mil e quinhentos euros, o primeiro, e de quinze mil euros cada um dos editores. Os acusados recorreram e o processo se arrastou até que, em 25 de dezembro de 2004, foram confirmadas, em última instância, a condenação dos réus. Ver: “La condamnation du général Aussaresses pour apologie de la torture est maintenant définitive”. *Ligue des droits de l’homme*, 11 dez. 2004. Disponível em: <<http://ldh-toulon.net/la-condamnation-du-general.html>>. Acesso em: 20 abr. 2014. Para acesso ao acórdão final, ver:

<<http://www.legifrance.gouv.fr/affichJuriJudi.do?idTexte=JURITEXT000007070089&dateTexte=>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

nelas. Amargurado, em virtude de sua condenação definitiva em 2004, o Aussaresses que emerge das respostas dadas a Deniau é novamente um Aussaresses sombrio, muito mais condizente com aquele que usara “de todos os meios” para vencer a Batalha de Argel. De *Je n’ai pas tout dit* emerge o professor de repressão e tortura nos EUA e no Brasil, e, sobretudo, o vendedor de armas, que chegou a negociar “pela França” inclusive com o regime racista da África do Sul, desrespeitando o embargo à venda de armas imposto pela ONU àquele país em 1977. Mas, mais do que isso, emerge um homem, de fato, próximo do poder, ainda que não diretamente no poder, mas seu emissário e executor.

Tais depoimentos nos relembram que as ações de um Estado se realizam por meio dos atos dos indivíduos. Além disso, mostra-nos que, quando esses indivíduos decidem falar, eles têm grande poder para envolver nesses atos aqueles que se escondem por trás dos carimbos de “confidencial” e/ou “secreto”, comuns nos arquivos públicos, contribuindo para transformar em história de uma grande coletividade aquilo que, fora dos arquivos impressos, era a memória de um restrito grupo.

Esse processo de transformação da memória em história já estava em curso quando da publicação dos primeiros livros de Aussaresses em 2001, do qual os documentários citados são um reflexo, mas ganha ares mais amplos em 2008, quando o general envolve, em detalhes, não só a França em suas revelações, mas outros países, como os EUA e o Brasil.

Esse conjunto documental – também chamado de “escrita de si” entre os estudiosos de “autobiografias” e “memórias” – formado por esses três livros é, portanto, a base utilizada para a construção deste capítulo.

Temos claro, porém, que a utilização desse tipo de fonte requer cuidados que dizem respeito às suas características singulares. Pierre Bourdieu (2006: 183-191), por exemplo, alerta para o perigo de nos deixarmos enganar pela “ilusão biográfica”, que seria cair na armadilha de, em virtude de alguns elementos permanentes, como o nome do indivíduo, considerar que estamos lidando com uma trajetória coerente, linear e estável, seja na diacronia, seja na sincronia, pois, malgrado o nome, os indivíduos mudam ao longo do tempo e são – mesmo em momentos que parecem homogêneos –, contraditórios, fatores que, muitas vezes, são apagados quando o biógrafo (de si ou dos outros) redige o seu texto, que tem o objetivo de apresentar a história do indivíduo por meio de uma sucessão de acontecimentos inteligíveis ao leitor. Em suma, a ilusão

biográfica pode nos dar a impressão de que o indivíduo possui uma identidade permanente ao longo da vida, o que não é verdade para nenhum ser humano.

Por sua vez, Ângela de Castro Gomes, na introdução a uma instigante coletânea de artigos de diferentes autores que usam esse tipo de fonte em sua produção, intitulada *Escrita de si, escrita da História*, alerta para o perigo do efeito que podem produzir sobre aqueles que entram em contato com elas, “pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo [...]” (GOMES, 2002: 15). Esse “efeito de verdade” seria reforçado por outros dois elementos, o primeiro é a homogeneidade identitária do indivíduo forjada pelo texto e pela permanência do nome, que criam a “ilusão biográfica” comentada por Bourdieu. O segundo é a crença na verdade do indivíduo em virtude da *sinceridade* de seus depoimentos. A esse respeito Gomes alerta o pesquisador que entra em contato com esse tipo de fonte que apegar-se à sinceridade do depoimento como prova da verdade “o faria acreditar no que diz a fonte como se ela fosse uma expressão do que ‘verdadeiramente aconteceu’, como se fosse a verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum tipo de documento” (Idem, ibidem).

Essa questão da sinceridade, porém, não invalida tais fontes se tivermos em conta a possibilidade da existência de dois sentidos de verdade, “a verdade dos fatos e a da sinceridade do indivíduo” (Idem: 14). Refletindo sobre isso, Gomes faz uma análise sobre a transição das sociedades tradicionais do século XIX, onde a coletividade se impunha ao indivíduo, para a sociedade moderna, onde impera o individualismo.

Na cultura desse [novo] tipo de sociedade é que a noção de verdade passa a ter um forte vínculo com as ideias de foro íntimo e de experiência de vida dos indivíduos, ambas marcantes para as definições de conhecimento e ética próprias ao individualismo. A verdade nesse contexto sociocultural, não mais se esgota em uma “verdade factual”, objetiva, una e submetida à prova (científica e/ou jurídica), que continua a ter vigência e credibilidade e que também tece conexões com o individualismo moderno. A verdade passa a incorporar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade e ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos. A verdade, não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida (GOMES: 13-14).

Todas essas observações são válidas para o trato com as memórias de Aussaresses. Homem culto e de memória impressionante (que talvez tenha sido mais aguçada ainda em virtude de seu ofício de agente de informação, cuja regra é anotar o mínimo, ou se possível nada, guardar na memória o dado e só relatá-lo no momento devido), seus textos e depoimentos são extremamente minuciosos. Às vezes reproduz diálogos com tal riqueza de detalhes que pensamos estar diante de uma reprodução fidedigna das falas de seu interlocutor. Às vezes apresenta datas e descreve cenários com tal precisão (inclusive nas entrevistas) que parecemos estar diante de um *software* de busca.

No que se refere à sinceridade, na medida em que o tempo passa, temos a impressão de que ela se torna cada vez mais total: não nos esqueçamos que suas primeiras revelações vieram a público quando ele tinha 82 anos e as últimas, publicadas postumamente, foram dadas quando já contava cerca de 95 anos. (A esse respeito, abriremos o único parêntese dentro desse trabalho destinado a mencionar elementos de sua vida pessoal. Mas, como todos se referem ao período posterior a suas primeiras revelações, os consideramos relevantes. Enfim, logo após a publicação do primeiro livro, suas filhas o renegaram – uma delas, inclusive, mudou o sobrenome – e sua primeira esposa, Odile Charton, que também fora da resistência, caiu de cama, falecendo poucos meses depois. Além disso, Aussaresses foi ameaçado por outros generais reformados, que receavam ter segredos que os implicavam revelados. Algumas dessas ameaças se concretizaram em atentados, três, ao todo: dois por carta-bomba, enviadas para sua casa em Paris e que foram desativadas, e o terceiro por um tiro desferido contra ele na praça da Bastilha – seu amigo, e guarda-costas na ocasião, acabou tendo sua coxa como destino da bala. Para além desses reveses, em 2002 Aussaresses se casa com Elvire, uma antiga resistente de 79 anos que, segundo a jornalista Florence Beaugé, o enxergava apenas como herói da Resistência, e ambos se mudam para o nordeste da França, na região de Strasbourg. Em relação a esse matrimônio, Beaugé acrescenta que o “temperamento provocador” de ambos teria aproximado o casal e deixa entender que as entrevistas concedidas pelo General em *Je n’ais pas tout dit* tiveram o incentivo de Elvire.)³⁴

³⁴ Ver: *Le Monde*, 04 dez. 2013. “Mort du général Aussaresses, tortionnaire en Algérie”. Disponível em: <http://abonnes.lemonde.fr/disparitions/article/2013/12/04/mort-du-general-aussaresses-figure-de-la-guerre-d-algerie_3524928_3382.html>. Acesso em: 25 abr. 2014.

Enfim, talvez até mesmo influenciado pelas circunstâncias a que se vira submetido após seu primeiro livro, como dissemos, com o tempo sua sinceridade parece ser cada vez mais absoluta. Essa sensação é reforçada, inclusive, nos momentos em que é pego tergiversando. Nesse quesito, o caso de Maurice Audin – professor de matemática e membro do partido comunista preso pelas forças armadas francesas durante a Batalha de Argel – é exemplar. Na entrevista de 2000, concedida a Florence Beaugé, ao questionamento sobre o matemático desaparecido, responde que não sabia de nada.³⁵ Em 2008, interpelado sobre o caso por Deniau, reproduz a versão oficial das forças armadas para o desaparecimento do matemático, que, numa transferência de prisão, teria aberto a porta traseira do veículo que o transportava, se desvencilhado dos paraquedistas que o escoltavam e fugido para o mato sem que eles conseguissem capturá-lo novamente. No entanto, confrontado com uma nova versão dada por seu entrevistador, logicamente sustentável em virtude de uma série de elementos que tinham vindo à tona depois da publicação de seu livro de 2001, Aussaresses não assume a nova versão, mas responde, depois de muito refletir: “Faz sentido. Nada do que você acabou de dizer é falso”³⁶ (2008: 93-94). Por fim, em janeiro de 2014, um mês depois de sua morte, Deniau publica um livro específico sobre o “caso Audin” com as revelações de Aussaresses fornecidas a ele depois de 2008: Audin não teria fugido e desaparecido. Aussaresses teria recebido a ordem de eliminá-lo para que servisse de exemplo aos comunistas franceses.³⁷ Ou seja, sua sinceridade progressiva nos inclina a dar cada vez mais crédito às suas declarações, o que, por tudo o que Gomes comenta acima, não é necessariamente o caso. A esse respeito, devemos ter em mente que, ao fim e ao cabo, suas declarações são “a versão de Aussaresses”, ou seja, a “sua” verdade.

Essa precaução, porém, é demasiada se não nos apegarmos ao pé da letra ao que Aussaresses diz. Talvez se não nos ativermos só ao que sua fala expõe, mas também ao que não está explícito, podemos progredir no que nos interessa, que é o conhecimento histórico. Ou seja, verdade factual ou não, o fato é que suas falas apontam caminhos.

Para o caso brasileiro, por exemplo, não se trata de descobrir se o que ele falou é verdade efetiva ou não. Se seus diálogos correspondem à realidade ou não. Se suas datas

³⁵ “Je ne sais rien pour ce qui est de Maurice Audin. Vraiment rien.”

³⁶ “Ça se tient. Rien n’est faux dans ce que vous venez de dire.”

³⁷ Ver: BEAUGE, Florence. “Maurice Audin, mort ‘pour l’exemple’?” *Le Monde*, 06 abr. 2014. Disponível em: <http://abonnes.lemonde.fr/a-la-une/article/2014/02/06/maurice-audin-mort-pour-l-exemple_4361536_3208.html?xtmc=aussaresses&xtcr=3>. Acesso em: 11 mai. 2014.

correspondem às efetivas ou não. Se ele se refere a “Orlando Geisel” quando queria se referir a “Ernesto Geisel” (AUSSARESSES, 2008: 145), isso pouco importa.³⁸ Disso podemos concluir que, muito possivelmente, ele estabeleceu contato com ambos, que estavam bem vivos em sua memória. A força de Ernesto Geisel – que se tornaria presidente da República em março de 1974, seis meses após o desembarque de Aussaresses no Brasil – em sua memória, no entanto, é mais compreensível que a de Orlando Geisel (Ministro do Exército de 1969 a 1974, ou seja, durante a presidência de Médici), mas essa é uma conexão que só poderia (ou poderá) ser estabelecida com o tempo, na medida em que avançarmos em nosso conhecimento sobre a ditadura civil-militar brasileira e as relações entre o Brasil e a França nesse período.

Este capítulo versa sobre a formação militar de Paul Aussaresses que, além de receber os ensinamentos tradicionais dados aos oficiais do exército francês, é treinado, desde meados da Segunda Guerra, para a execução de serviços especiais “pela França”. Acreditamos que esta formação explique, em parte, a importância que Aussaresses ganhou ao longo de sua carreira e que o levou a ocupar postos estratégicos tanto dentro quanto fora da França³⁹. Neste sentido, um aspecto importante a ser antecipado é que, apesar de francês, ele foi treinado na Inglaterra, por militares britânicos e estadunidenses, no contexto da Segunda Guerra Mundial. A esse respeito, é importante lembrar que, desde junho de 1940, parte da França encontrava-se ocupada pelos nazistas e a parte não ocupada diretamente possuía um governo semi-autônomo, chefiado por Henri Philippe Pétain, o “Marechal Pétain”, que colaborava com os alemães. Desta forma, uma porção considerável da resistência francesa à ocupação fugiu para o Reino Unido, onde se encontrava o general Charles de Gaulle, principal líder da França Livre.

Após compreendermos a formação inicial de Aussaresses, trataremos das missões executadas por ele entre 1944 e 1975. Esse período compreende o de sua atuação em episódios da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), da Guerra da Indochina (1946-1954) e da Guerra da Argélia (1954-1962), bem como sua transição de aluno a

³⁸ Em uma passagem em que explicita a questão da sinceridade como “um tipo de verdade”, Carlos Fico comenta: “[...] durante uma entrevista que fazia com um militar, eu o flagrei quando ele dizia que o AI-5, decretado em 1968, veio depois do sequestro do embaixador norte-americano, ocorrido em 1969; mas ele não estava mentindo: para o conforto do seu espírito, a memória do velho general construiu essa cronologia adequada. [...] [Neste caso] a ‘falsa’ memória do general forneceu-me uma percepção compreensiva da constituição de sua trajetória.” (FICO, 2012: 48)

³⁹ Aussaresses nunca ocupou um posto do alto escalão da política francesa. Em relação a sua carreira militar, só é promovido a general quando de sua reforma, ou seja, no final de sua carreira na ativa. Apesar disso, nos referimos a alguns dos postos que ocupou como “estratégicos” por serem posições sensíveis dentro do tipo de trabalho que ele desenvolvia, sobretudo no que se refere aos Serviços Especiais.

professor, quando da formação do “11º Batalhão de Choque” entre 1947 e 1948, o braço armado do SDECE. Serão as experiências acumuladas nessas missões que o levarão como professor de combate não convencional para os Estados Unidos entre 1961 e 1964, momento em que esse país estava imerso na Guerra do Vietnã (1955-1975), e para o Brasil entre 1973 e 1975 (final do governo do presidente-militar Emílio Garrastazu Médici e início do governo Geisel).

Este, no entanto, não é um texto biográfico. A exemplo do historiador britânico, Ian Kershaw (1993) que, por meio da história de Hitler, busca traçar “um perfil do poder”, ou da historiadora brasileira Emília Viotti da Costa (1998) que, para compreender a rebelião dos escravos de Demerara, em 1823, busca na história do religioso John Smith elementos que teriam contribuído para a eclosão daquele conflito, este capítulo procura, por meio do recorte da *história profissional* de Paul Aussaresses, compreender uma das estratégias dos estados para impor sua vontade às sociedades, que é por meio de agentes especialmente treinados para isso.

1. FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE UM AGENTE ESPECIAL

Nascido em Saint-Paul-Cap-de-Joux, sul da França, em 7 de novembro de 1918, Paul Aussaresses teve uma infância comum e, segundo conta, nada indicava seu futuro nas forças armadas:

[...] Minha família burguesa de província, minha adolescência estudiosa, minhas convicções religiosas e os princípios democráticos aos quais era apegado, prepararam-me para me transformar em qualquer outra coisa, menos em agente secreto ou um tonton⁴⁰ assassino.⁴¹ (AUSSARESSES, 2001b: 7)

Teria sido a Segunda Guerra Mundial o fator responsável por sua mudança de percurso. No momento em que essa guerra eclodiu, ele estava no Senegal, gozando de um prêmio do governo francês (conhecer o “Império da França”) concedido a “estudantes meritórios” e vencido em virtude de um trabalho de latim. Engaja-se, então,

⁴⁰ Referência à *Milice de Volontaires de la Sécurité Nationale* (MVSN), também conhecida como “Tonton macoute”, um grupo de extermínio criado em 1959 pelo ex-ditador haitiano, François Duvalier, também conhecido como “Papa Doc”.

⁴¹ “[...] Ma famille bourgeoise de province, mon adolescence studieuse, mes convictions religieuses, les principes démocratiques auxquels j’étais attaché m’avaient préparé à devenir tout autre chose qu’une barbouze ou un tonton flingueur.”

no exército, mas não teve tempo de lutar na metrópole antes da derrota, fato que, ao que parece, faz com que ele passe a ter certo sentimento de dívida para com o povo francês pelo resto da vida.

Após o armistício de 22 de junho de 1940 e a ocupação de parte da França pelos alemães, decide, então, “não depor as armas” alistando-se como voluntário em uma equipe de atiradores na Argélia – na época, colônia francesa. Pouco depois, em outubro de 1941, entra para a rígida escola de oficiais de Saint-Maixent, instalada na região francesa governada pelo “Marechal Pétain”, a chamada “zona livre”, que existiu no sul da França até novembro de 1942, quando os alemães decidem também ocupá-la, dividindo sua administração com os italianos.

Se a eclosão da Segunda Guerra transformou o “adolescente estudioso” em combatente, foi a ocupação definitiva do território francês naquele novembro de 1942 (o último de Aussaresses na escola de oficiais) que selou seu destino como homem dos serviços especiais.

Em 27 de novembro daquele ano, ou seja, pouco depois de realizada a ocupação da “zona livre” pelos alemães, Aussaresses e seu colega André Rieffel foram chamados por Lumlay, o padre da igreja local, para uma conversa. Tal padre era, na verdade, um agente secreto que atuava na resistência e, dentre as funções que desempenhava ali, estava a de recrutar alunos da Saint-Maixent para os serviços especiais. Dadas as circunstâncias, porém, o recrutamento dos dois jovens fora feito com uma ligeira diferença dos realizados anteriormente, já que Aussaresses e Rieffel deveriam se juntar à resistência em Londres, e não no território francês. A reconstituição do diálogo com o suposto padre, feita por Aussaresses em suas memórias, mostra o orgulho que tal convocação provocara no jovem militar. Segundo Aussaresses, Lumlay teria lhe dito: “[...] seus predecessores conhecem a Resistência pela base, enquanto vocês a conhecerão pelo topo, juntando-se a ela em Londres”⁴² (2001b: 34). Ou seja, em retrospectiva, Aussaresses nos diz que, desde o início de seu recrutamento para os serviços secretos, fora-lhe reservado um papel de destaque, papel este que ele nunca se recusaria a assumir “pela França”.

⁴² “[...] vos “anciens” connaissaient la Résistance par la base alors que vous, vous allez la connaître par le sommet en rejoignant Londres.”

Portanto, ainda sem a preparação que viria a ter, Aussaresses recebeu de Lumley sua primeira missão: integrar-se a uma pequena célula da resistência no interior da França, próximo da fronteira espanhola, e ajudá-la na libertação do general Cochet, especialista em aviação. Após a fuga do cárcere, o general deveria ser levado à Espanha, de onde seria enviado, pelo comando da Resistência, à Inglaterra, para juntar-se ao séquito de De Gaulle.

Apesar do êxito da missão, Aussaresses ficou preso em Pamplona, na Espanha, governada por Franco, neutro na Guerra mas simpatizante de Hitler.

Em 1943, após oito meses de cárcere, foi libertado por intervenção da Cruz Vermelha e enviado para Madri, onde, enfim, é posto em contato com o pessoal dos serviços especiais da França Livre, o chamado *Bureau central de renseignements et d'action* (BCRA), cuja base ficava em Londres. Com o pessoal do BCRA, Aussaresses passa por uma bateria de provas, que visavam testar sua memória e personalidade por meio de perguntas como os nomes de antigos superiores, nomes de antigos colegas de quarto, as posições exatas que ocupavam em relação à sua cama, o contato que tivera com agentes alemães na prisão etc. Aprovado, ainda não foi efetivada sua integração aos serviços especiais, que, naquele momento, estava organizado em conjunto com ingleses, estadunidenses e outros aliados. Assim, continuando a sequência de testes, é-lhe oferecido ingresso ao corpo de paraquedistas da Legião Estrangeira⁴³, objetivando a execução de missões especiais.

Apesar de seu aceite, ao invés de ser enviado para a Inglaterra, onde deveria ser treinado, enviam-no para a Argélia, onde permanece à frente de um pequeno destacamento, até que, finalmente, o levam para Londres (centro da resistência), onde, junto com outros seis franceses, passa por uma derradeira bateria de testes para, novamente, verificarem sua aptidão para os serviços especiais dos aliados.

Nós fomos conduzidos a uma casa cercada por um grande parque. Ali nos ofereceram primeiramente alguns copos de *scotch* – sob o pretexto de nos descontraírmos –, e nossos anfitriões (que eram, na verdade, os examinadores) começaram a nos fazer perguntas mais ou menos insidiosas para avaliar nossa inteligência, nossa

⁴³ Unidade militar francesa criada no século XIX com o objetivo de atuar nas colônias pertencentes ao “Império Francês” e que tiveram importante papel na resistência, em virtude de estarem localizadas fora do território ocupado.

memória, nossos conhecimentos, nosso controle emocional, nosso estilo de vida, nosso *savoir-faire* e, claro, nossa resistência ao álcool.

A este preâmbulo, sucederam-se testes com armas, testes de reflexos, bem como numerosos e inesperados exercícios físicos, às vezes surreais: rastejar a toda velocidade em um túnel estreito de arame farpado, correr sobre troncos de árvores em parque equilíbrio, transpor, fazendo uso do que fosse possível, um tanque supostamente cheio de ácido, passar, sem a ajuda das mãos, através de um pneu suspenso por uma corda etc.⁴⁴ (2001b: 91)

Ao final dessa etapa, que durou três dias, foram cinco os franceses aprovados e, então, incorporados a um grupo maior de voluntários de diferentes países, sobretudo ingleses, estadunidenses e outros franceses (que também tinham passado por testes semelhantes).

Começaria, enfim, o treinamento efetivo para as missões no conflito: corrida, luta corporal e manejo de explosivos e armas usadas por exércitos de diferentes países, bem como provas de esgotamento físico e resistência psicológica. Segundo Aussaresses, o objetivo desta fase de treinamento, que durou 15 dias, era que todos os voluntários conhecessem seus limites para poder ultrapassá-los. Após isso, vieram as aulas de paraquedismo, que duraram cerca de trinta dias, compreendendo, entre outros exercícios, saltos diurnos e noturnos.

Essas duas sessões de treinamentos teriam se passado entre o final de 1943 e o início de 1944. Os instrutores anglo-americanos (em parceria com franceses, belgas e outros provenientes dos Países Baixos) tinham, na verdade, dado início à preparação da *Operação Jedburg*⁴⁵, que daria apoio ao desembarque da Normandia, em 6 de junho de 1944, e aos combates subsequentes. O objetivo era preparar uma força de elite, excepcionalmente capacitada, cujos membros saltariam de paraquedas atrás das forças alemãs que estivessem em combate direto com os aliados para realizar missões de roubo, sabotagem, coleta e transmissão de informações, entre outras.

⁴⁴ “Nous fûmes emmenés dans une maison entourée d’un grand parc. Là, on nous proposa d’abord quelques verres de scotch – sous le prétexte de nous détendre – et nos hôtes (qui étaient en fait des examinateurs) commencèrent à nous poser des questions plus ou moins insidieuses pour évaluer notre intelligence, notre mémoire, nos connaissances, notre émotivité, notre savoir-vivre, notre savoir-faire et, bien sûr, notre résistance à l’alcool.

À ce préambule succèdent des tests d’armement, de réflexes et de nombreux exercices physiques inattendus, quelquefois même surréalistes : ramper à toute vitesse dans un tunnel étroit de barbelés, courir sur des rondins de bois en équilibre, franchir, avec les moyens du bord, un bassin supposé rempli d’acide, passer, sans s’aider des mains, à travers un pneu suspendu à une corde etc. ”

⁴⁵ Conjunto de operações clandestinas de grupos avançados de sabotadores dos serviços secretos da Inglaterra, França e aliados, que visavam minar o poder de fogo dos alemães.

Tratava-se de constituir 100 equipes de três homens (dois oficiais e um sub-oficial) que saltariam de paraquedas na França, uma equipe análoga que saltaria na Bélgica e seis equipes que saltariam nos Países-Baixos. Em cada equipe, era preciso, obrigatoriamente, ter um oficial do referido país [...]. O segundo oficial podia ser inglês ou americano (a rigor um canadense). Quanto ao sub-oficial, ele ocuparia o posto de operador de rádio altamente qualificado e podia ser indiferentemente francês, inglês ou americano.⁴⁶ (2001b: 108)

Enfim, apesar de a constituição destas equipes parecer o final do processo de treinamento, isso significou, na verdade, o início do trabalho efetivamente árduo, que se daria a partir de fevereiro de 1944 em um castelo-escola chamado Milton Hall, situado em Peterborough, distante cerca de 100 quilômetros de Londres.

Em suas memórias Aussaresses aponta o período de treinamento dessas equipes como o mais importante de sua formação como agente secreto. Desta forma, é esse treinamento que, anos depois, ele tem como referência na criação e formação do “11º Batalhão de Choque”, que se tornaria o braço armado do SDECE, as forças especiais francesas.

Descrevendo o treinamento das equipes de *jedburgs*, Aussaresses comenta:

[...] Para formar os combatentes, era preciso conhecer perfeitamente as armas que poderiam lhes ser fornecidas pelos paraquedistas ou que pudessem ser tomadas do inimigo. O estudo dessas armas bem como de suas munições era importante no programa. A formação prática devia permitir-nos identificar qualquer peça proveniente de qualquer arma as quais era necessário, claro, que soubéssemos desmontar e remontar o mais rápido possível. [...]

Para preparar os resistentes para as ações de sabotagem, nos ensinaram todos os segredos do manejo com plástico e explosivos. [...]

O mais impressionante era o combate direto (ou combate desarmado), que nos foi ensinado pelo major Sykes. [...] O boxe era proibido, pois era muito arriscado no caso de trombarmos com um adversário exímio nessa arte. Mais valia olhar o inimigo nos olhos e lhe bater na cara o mais violentamente possível. Pouco importava

⁴⁶ “Il s’agissait de constituer 100 équipes de trois hommes (deux officiers et un sous-officier) qui seraient parachutées en France, une équipe analogue qui serait parachutée en Belgique et six équipes qui seraient parachutées aux Pays-Bas. Dans chaque équipe, il fallait obligatoirement un officier du pays concerné [...]. Le second officier pouvait être anglais ou américain (à la rigueur canadien). Quant au sous-officier, il tenait le poste d’opérateur radio hautement qualifié et il pouvait être indifféremment français, anglais ou américain.”

onde o golpe acertasse. Sykes explicava que, para sobreviver a um corpo-a-corpo, o segredo era estar mentalmente disposto a utilizar não importa qual objeto à nossa disposição para transformá-lo em arma mortífera. Valia de tudo: ferramenta, brinquedo, pedra, terra, galho, ferro-velho etc. A questão era atingir o inimigo primeiro, o mais forte possível, abstraindo-se de qualquer princípio moral, e nunca buscar ser leal, mas, simplesmente, eficaz e decidido a salvar sua própria vida, independente do meio que se usasse para isso. Enfim, a regra era que todos os golpes eram permitidos e que todas as trapaças eram úteis. [...] ⁴⁷ (2001b: 109-113)

É interessante observar que os detalhes escolhidos por Aussaresses para descrever esta fase de seu treinamento evidenciam parte de seus traços psicológicos que viriam à tona depois. Como sabemos, ele se destaca, no futuro, como um dos principais agentes da contra-insurgência na Argélia, onde coloca em prática um sistema de tortura e de execuções sumárias que visava, em teoria, salvar a vida dos civis franceses “por não importa qual meio”. Essas aulas de “combate direto”, portanto, prepararam-no não apenas fisicamente, mas também psicologicamente.

Além disso, considerando que seu treinamento fora dado, em grande medida, por instrutores da Grã-Bretanha – cujo serviço secreto é qualificado por Hobsbawm como tendo sido um dos mais competentes da Guerra Fria, “compensando assim o declínio de seu país no mundo do poder real” (HOBSBAWM, 2005: 226) –, compreendê-lo talvez seja uma das chaves para adentrar no universo mental de Aussaresses, que, pela própria forma em que narra sua vida, parece acreditar que a cada obstáculo ultrapassado está se transformando em um agente excepcional *destinado* a cumprir tarefas excepcionais em nome de seu país, ou, mais do que isso, em nome de uma causa. Morrer ou viver era um detalhe diante do compromisso com as missões recebidas. Mesmo assim, claro, o

⁴⁷ “[...] Pour former les maquisards, il fallait parfaitement connaître les armes susceptibles de leur être fournies grâce aux parachutages ou qu’ils pourraient prendre à l’ennemi. L’étude de ces armes disparates et de leurs munitions prenait une place importante dans le programme. La formation pratique devait nous permettre d’identifier n’importe quelle pièce provenant de n’importe quelle arme qu’il fallait bien entendu savoir démonter et remonter le plus rapidement possible. [...]”

Pour préparer les résistants aux actions de sabotage, on nous enseigna tous les secrets du maniement du plastic e des explosifs. [...]

Le plus impressionnant était le close-combat (ou unarmed combat) que nous enseignait le major Sykes. [...] La boxe était interdite car trop risquée au cas où l’on tombait sur un adversaire rompu à cet art. Mieux valait encore regarder l’ennemi dans les yeux et le frapper au visage le plus violemment possible. Peu importait où les coups arrivaient. Sykes expliquait que pour survivre à un corps à corps, le secret était d’être mentalement disposé à utiliser n’importe quel objet à notre portée pour le transformer en arme meurtrière. Tout était bon: outil, bibelot, pierre, terre, branche d’arbre, ferraille, etc. Le problème était de frapper le premier, le plus fort possible, de s’affranchir de tout élan moral, de ne jamais chercher à être loyal mais d’être simplement efficace et décidé à sauver sa vie par n’importe quel moyen. La règle était que tous les coups étaient permis et que toutes les trahisons étaient utiles. [...]”

objetivo era desenvolver a melhor destreza possível para sair das situações limites (levando também “os outros” às suas próprias situações limites), como as que se apresentaram, em abril de 1944, na África do Norte, onde houve a última etapa de preparação de alguns dos grupos de *jedburgs* – dentre eles o de Aussaresses – antes de iniciarem a realização de suas missões. Àquela altura,

Os exercícios mais perigosos eram cada vez mais realistas. A cada dia um camarada apontava sua arma para minha cabeça e apertava levemente o gatilho sem se preocupar com o que se passaria. Em uma fração de segundos eu desviava seu braço e o tiro partia no ar. Em seguida trocávamos de papel e era eu quem atirava.⁴⁸ (2001b: 119)

Segundo Aussaresses, a previsão do comando de guerra aliado era de que, de um total de 279 *jedburgs*, cerca de dois terços morreriam em suas missões, consideradas de extremo risco. No entanto, o total de *jedburgs* mortos em decorrência destas missões teria sido de 37, o que considera êxito total. Tal sucesso ele credita ao estafante, mas preciso e completo, treinamento realizado.

Por fim – para reforçar a ideia de que naquele grupo de combatentes a excepcionalidade era a regra –, além de ressaltar a eficácia dos *jedburgs* na guerra, cumprindo suas missões e saindo vivos do combate, Aussaresses acrescenta que, entre os sobreviventes, muitos tiveram carreiras marcantes. Por exemplo, dentre os estadunidenses, William Colby tornou-se diretor da CIA (Central Intelligence Agency) e, dentre os ingleses, Neil Marten tornou-se ministro de Estado de Margaret Thatcher, dentre outros casos de importância equivalente:

[...] Quanto aos franceses, dos quais o mais jovem era um príncipe – Michael de Bourbon Perme – que se engajou aos dezesseis anos falsificando seus documentos, sete tornaram-se generais [...] e dois embaixadores da França. Uma vintena de *jedburgs* franceses

⁴⁸ “Les exercices les plus dangereux étaient de plus en plus réalistes. Chaque jour, un camarade pointait son colt armé face à ma tête et appuyait doucement sur la détente sans s’occuper de ce que se passerait. En une fraction de seconde, je détournais son bras et le coup partait en l’air. Ensuite nous échangeons nos rôles et c’était moi qui tirais.”

mantiveram-se como membros dos serviços especiais.⁴⁹ (2001b: 107, nota 1.)

Ainda que tais reflexões sejam fruto de uma rememoração muito posterior, é evidente que já na Segunda Guerra Aussaresses acreditava estar desempenhando um papel de relevo dentro da sociedade, tendo a função de servir de instrumento de sua transformação (como no caso da expulsão dos alemães de sua pátria) ou de sua conservação (como no caso da atuação em todos os episódios de sua vida após a Segunda Guerra Mundial).

Desta forma, ainda que, naquele momento, essa crença não estivesse tão auto-evidente quanto acreditamos, os eventos posteriores construirão nele a consciência de que sua grande missão era ser instrumento de um grupo em prol do qual deveria agir.

Enquanto a França se debate para não perder suas colônias, Aussaresses atua de forma apaixonada nos principais conflitos que eclodem (Indochina e Argélia). Posteriormente, quando o caso não é mais a defesa do império colonial francês, Aussaresses se engaja, sempre como emissário do governo francês, no apoio a distintos regimes de direita. A França era sua grande paixão, mas, na defesa do interesse francês, ele acaba se colocando, ainda que indiretamente, como uma espécie de agente da burguesia internacional, a quem interessava a repressão aos movimentos de esquerda.

Aussaresses, além de um *jedburg* tinha se transformando em um representante daquilo que Norberto Bobbio, fazendo uso da expressão cunhada por Tácito, chama de “*arcana imperii*” cujo “objetivo é duplo: conservar o Estado enquanto tal e conservar a forma de governo existente (ou melhor, impedir que uma monarquia degenera numa aristocracia, uma aristocracia numa democracia, e assim por diante [...])” (BOBBIO, 2004: 106). Na realização de seus objetivos, valeria, para os estadistas, a ocultação de suas ações por meio de decisões e ações secretas realizadas por um grupo muito reduzido que está próximo do centro de poder.

Problematizando esta questão, Bobbio comenta que os *arcana imperii* (“mistérios do governo”⁵⁰) são, na verdade, característicos dos governos não

⁴⁹ “[...] Quant aux Français, dont le benjamin était un jeune prince – Michael de Bourbon Parme – engagé à seize ans en falsifiant ses papiers, sept devinrent généraux [...] et deux, ambassadeurs de la France [...]. Une vingtaine de jedburghs français restèrent membres des services spéciaux.”

⁵⁰ Segundo a tradução do mesmo termo que consta na versão em português de *A condição humana*, de Hanna Arendt. (Apud MATHIAS; ANDRADE, 2012: 538)

democráticos, pois “um dos lugares-comuns de todos os velhos discursos sobre a democracia consiste em afirmar que ela é o governo do ‘poder visível’.” (Idem: 98). Tal reflexão nos faz questionar se as democracias ocidentais da segunda metade do século XX, que tinham no cerne de suas ações o recurso a poderes ocultos como os representados (e revelados) por Aussaresses, eram (e são, pois nenhuma delas passou por transformações consideráveis nos últimos anos) efetivamente democracias.⁵¹

Se Aussaresses tem o demérito de, preparado pelo treinamento que obtivera em sua fase de *jedburg*, ter se transformado, no futuro, em uma máquina mortífera absolutamente indiferente à dor dos outros, tem o mérito de, em suas memórias, nos fornecer elementos para desnudar o modelo de ação das supostas democracias ocidentais. Desta forma, independente de seus próprios objetivos presentes em suas memórias, é evidente que seu perfil ganha projeção dentro daquilo que não se explicita (seguindo o raciocínio de Bobbio quanto à importância do poder que se oculta) e que o Estado francês procura reproduzir dentro de suas próprias forças especiais após a expulsão dos alemães – o modelo de formação que Aussaresses obtivera durante a Guerra – com a criação de um braço armado do SDECE, o 11º Batalhão de Choque, que terá em Aussaresses aquele que lhe daria corpo e direção.

2. DE ALUNO A PROFESSOR: A CRIAÇÃO DO 11º BATALHÃO DE CHOQUE

Com o fim da guerra na Europa, os efeitos da ocupação e da resistência exigiam a reorganização das forças armadas francesas, sobretudo de seus serviços especiais: era necessário desfazer redes de serviço e de informação que já não tinham razão de existir, bem como avaliar o quadro de voluntários que atuaram durante a guerra, com o intuito de passar alguns para a reserva e aproveitar outros para montar novas equipes de defesa e de informação.

Dentro desse contexto, Aussaresses, que não fora enviado com o Serviço de Ação para o extremo-orient logo após o conflito, foi destacado para a execução de

⁵¹ No prefácio ao seu *Futuro da Democracia*, Bobbio argumenta que há promessas da teoria que não foram cumpridas na prática democrática: “a sobrevivência do poder invisível, a permanência das oligarquias, a supressão dos corpos intermediários, a revanche da representação dos interesses, a participação interrompida, [e] o cidadão não-educado (ou mal educado) [...]” (BOBBIO, 2004: 20). No entanto, segundo Bobbio, essas promessas não-cumpridas não necessariamente degeneram ou corrompem a democracia, com exceção de uma: “a sobrevivência (e a robusta consistência) de um poder invisível ao lado ou sob (ou mesmo sobre) o poder visível [...]. Pode-se definir a democracia das maneiras as mais diversas, mas não existe definição que possa deixar de incluir em seus conotativos a visibilidade ou transparência do poder. [...]” (BOBBIO, 2004: 20-21)

trabalhos burocráticos na França que se mostrariam de importância estratégica. Primeiro recebeu do tenente-coronel Jacques Foccard (que lidava com sociedades de importação e exportação durante a guerra) a missão de desmobilizar sua rede de armas anti-tanque, composta, segundo os dados que apresenta, por 4 000 membros. Iniciada entre julho e agosto daquele ano, a execução das tarefas de “encontrar os nomes de todos que participaram dessa rede, averiguar suas folhas de serviço, verificar as responsabilidades que tinham, [e] preparar dossiês de reserva ou de pensão por invalidez”⁵² (2001b: 160-161), teria lhe ocupado até outubro.

Por sua vez, do coronel Éon, chefe do destacamento dos voluntários especiais da força aérea⁵³, recebe missão semelhante, mas ultrassecreta e com finalidade distinta: entrevistar os voluntários da resistência para identificar os que poderiam fazer parte das forças especiais francesas, formando um arquivo com esses dados. Na passagem em que descreve a nova missão, além das informações referentes a ela, é interessante o modo como, desde muito cedo, ele se enxerga próximo do poder.

[...] (Éon) era agora o encarregado de examinar a situação dos dois mil combatentes dos serviços especiais e de determinar quem ficaria na ativa e quem iria para a reserva.

Éon era próximo do general De Gaulle e tinha refletido sobre a utilização futura dos paraquedistas tirando da experiência de guerra todas as lições que se impunham. Em todas as unidades dos serviços especiais, os paraquedistas tinham, de fato, representado um papel ao mesmo tempo determinante e espetacular [...]. Logo após a guerra foi criada uma 25ª divisão aérea, calcada sobre o modelo da divisão da força aérea americana. No entanto, em virtude da pobreza das forças aéreas francesas, seria difícil colocar esta divisão regular em combate.

O general De Gaulle, aconselhado pelo coronel Éon, pensou na criação de uma divisão paralela, a 24ª. Tratava-se de aproveitar a desmobilização dos voluntários de guerra para, discretamente, extrair, dentre eles, os quadros desta 24ª divisão, que seria o embrião de nossas forças especiais. Fui o escolhido por Éon para cumprir esta tarefa ultrassecreta e apliquei-me nisso desde o mês de novembro de 1945.

[...]

⁵² “[...] retrouver les noms de tous ceux qui avaient participé à ce réseau, établir leur états de service, vérifier les responsabilités qu’ils avaient, préparer les dossiers de pension de retraite ou d’invalité.”

⁵³ O “détachement des volontaires spéciaux aéroportés” foi criado logo após a guerra. Esse órgão tinha como atribuição reagrupar os indivíduos que tinham participado de missões secretas durante a resistência (Ver AUSSARESSES, 2001b: 162).

Já que de meu arquivo sairia o enquadramento da 24ª divisão e os reservistas do Serviço de Ação, isso me permitiu conhecer todo mundo e ter acesso a todos os dossiês. Era um posto muito sensível.⁵⁴ (2001b: 163-165)

Ou seja, distante de uma missão de combate, Aussaresses viu-se no centro do processo de reestruturação das forças especiais francesas. De certa forma, este fator, somado ao seu treinamento na Inglaterra, foram decisivos em sua carreira.

Enfim, a elaboração do tal arquivo teria sido iniciada em novembro de 1945 e ocupado cerca de dois meses de trabalho, período em que Aussaresses começa a mobilizar os conhecimentos adquiridos quando de sua formação como *jedburg*, já que, para definir os indivíduos que iriam para a ativa ou para a reserva, utilizava um método de entrevista semelhante ao que lhe fora imposto na Inglaterra.

Concluído o trabalho, no entanto, a conjuntura política teria impedido a criação da 24ª divisão, o que parecia ter tornado nulo o esforço de seleção de pessoal.

Em março de 1946, no entanto, chegou do oriente o chefe do Serviço de Ação, comandante Jacques Morlanne que, segundo Aussaresses, “retornou da Indochina com uns trinta sobreviventes do Serviço de Ação” (2001b: 166), o que, na prática, significava que tal serviço tinha deixado de existir.

Esta realidade teria feito com que Morlanne, ao saber do arquivo de Aussaresses, o procurasse com a proposta de usar sua triagem para criar um novo Serviço de Ação, que passaria a contar com um braço armado, o 11º Batalhão de Choque, com essas duas unidades passando a constituir os serviços especiais franceses a partir de então.

⁵⁴ “[...] Il était maintenant chargé d’examiner la situation des deux mille combattants des services spéciaux et de déterminer qui pourrait rester dans l’armée active et qui serait réserviste.

Éon était proche du général de Gaulle. Il avait réfléchi à la utilisation future des parachutistes en tirant de l’expérience de la guerre toutes les leçons qui s’imposaient. Dans toutes unités des services spéciaux, les parachutistes avaient, en effet, joué un rôle à la fois déterminant et spectaculaire [...] Juste après la guerre avait été créée une 25^e division aéroportée, calquée sur le modèle de la division aéroportée américaine mais, compte tenu de la pauvreté des forces aériennes françaises, il aurait été bien difficile d’engager cette division régulière au combat.

Le général de Gaulle, conseillé par le colonel Éon, avait songé à la création d’une division parallèle, la 24^e. Il s’agissait de profiter de la démobilisation des volontaires de la guerre pour récupérer discrètement parmi eux l’encadrement de cette 24^e division qui serait l’embryon de nos forces spéciales. J’avais été choisi par Éon pour accomplir cette tâche ultrasecrète et je m’y appliquai dès le mois de novembre 1945.

[...]

Puisque de mon fichier devaient sortir l’encadrement de la 24^e division et les réservistes du service Action, cela me permit de connaître tout le monde et d’avoir accès à tous les dossiers. C’était un poste extrêmement sensible.”

Apesar da existência de divergências entre Morlanne e o então chefe de Aussaresses, Éon⁵⁵ – que era quem, de fato, tinha o controle sobre o arquivo –, a impossibilidade de criar a 24ª divisão e o risco de aquele trabalho se perder no vazio fizeram com que Éon autorizasse Aussaresses a encaminhar seu arquivo ao chefe do Serviço de Ação, possibilitando a reabilitação deste serviço.

A intermediação entre Morlanne e Éon valeu a Aussaresses sua promoção à patente de capitão, passando, em seguida, a trabalhar no “3º Escritório” do Estado Maior. Mais uma vez, sua fala denota um homem orgulhoso do caminho trilhado e sentindo-se cada vez mais próximo do poder:

Meu escritório era no ministério [...]. Fui encarregado de explorar todos os documentos anglo-saxões concernentes aos paraquedistas, de modo que o Estado Maior pudesse tirar as melhores lições possíveis e estudar os problemas de organização e de instrução das tropas aéreas. Meu trabalho no 3º Escritório colocou-me em contato permanente com o Serviço de Ação – ao qual eu pertencia de fato – e com a inspeção das tropas aéreas que acabavam de ser criadas e que eram dirigidas pelo general Demetz.⁵⁶ (2001b: 173-174)

Enquanto Aussaresses está a trabalho no “3º Escritório”, Morlanne restabelece o Serviço de Ação e põe em movimento a criação do 11º Batalhão de Choque. No entanto, segundo Aussaresses, teriam sido diversos os entraves para sua criação. O primeiro era que, para dirigi-lo, era preciso alguém com a patente de comandante⁵⁷ e que tivesse ligação com os serviços especiais e o único comandante capacitado para isso estava na Indochina, sem previsão de retorno. O segundo entrave era que o arquivo

⁵⁵ Segundo Aussaresses, Éon era “gaulista puro e duro” e considerava Morlanne um “colaboracionista”, por este não ter se aliado de imediato a De Gaulle quando da ocupação da França pelos alemães.

⁵⁶ “Mon bureau était au ministère [...]. Je fus chargé d’exploiter tous les documents anglo-saxons concernant les parachutistes, de sorte que l’état-maior puisse en tirer les meilleures leçons possible et j’étudiais les problèmes d’organisation et d’instruction des troupes aéroportées. Mon travail au 3º Bureau me mettait en contact permanent avec le service Action – auquel j’appartenais de fait – et l’inspection des troupes aéroportées qui venait d’être créée et que dirigeait le général Demetz.”

⁵⁷ Diferente do que ocorre nas Forças Armadas brasileira, onde o termo “comandante” é usado em qualquer uma das forças apenas para nomear o militar de qualquer patente que está no exercício de um comando, no exército francês ele também é usado para designar um grau (patente) da hierarquia militar. Naquele exército, o Comandante ocupa o primeiro grau na hierarquia dos oficiais superiores e ele comanda um batalhão. Equivale, no Exército e na Força Aérea do Brasil, à patente de Major e, na Marinha, à de Capitão de Corveta. Para informação sobre a hierarquia militar do exército francês, ver: “Les grades”. In: *Ministério da Defesa*. Disponível em: <<http://www.defense.gouv.fr/terre/bloc-les-essentiels/les-grades>>. Para informação sobre a hierarquia das Forças Armadas Brasileiras, ver: “Postos e Graduações”. *Ministério da Defesa*. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>>. Acessos em: 25 ago. 2014.

criado por Aussaresses suprima o Serviço de Ação de oficiais e de sub-oficiais, mas não era suficiente para compor um Batalhão inteiro. Portanto, era necessário atrair soldados capacitados de outros setores, sem explicitar o caráter efetivo daquele batalhão. Morlane teria decidido, então, entregar o *comando provisório* do 11º Batalhão de Choque a “indivíduos capacitados” ligados aos serviços especiais, mas com patente inferior.

Do ponto de vista oficial, tal batalhão fora criado em primeiro de setembro de 1946⁵⁸, mas, segundo Aussaresses, não saiu do papel durante meses até que, em maio de 1947, ele assumiu seu comando em caráter definitivo, após dois outros capitães⁵⁹ terem falhado na tarefa de torná-lo operacional.

O 11º Batalhão ficava em Montlouis, uma cidadela do interior da França, para onde Aussaresses se mudou, pondo em prática seu plano: primeiro buscar voluntários e, depois, dar-lhes formação visando estruturar um corpo de elite com treinamento semelhante ao que recebera.

Eu queria que, a partir do material de que dispúnhamos, fossem criadas salas de treinamento em armamentos, explosivos e transmissão de rádio. Eu era insistente na utilização intensiva dos materiais. Todo nosso treinamento se fazia a tiro real [como na Inglaterra]. Queria transmitir aos meus homens a formação excepcional que tinha recebido. A ideia era selecionar os melhores elementos para fazer deles os reservistas sobre os quais o Serviço de Ação se apoiaria, principalmente para as missões mais delicadas.⁶⁰ (2001b: 183)

Segundo nos informa o então capitão, em pouco tempo seu batalhão crescera de um efetivo de 200 homens para 850, sendo sua destreza demonstrada em manobras militares (testes de defesa) apresentadas aos seus superiores. Mas foi na repressão às greves dos trabalhadores nas minas de carvão do norte da França, em outubro de 1947,

⁵⁸ Ver: “Le ‘11e choc’”. *Le Monde*, 04 out. 1985. Disponível em: <http://abonnes.lemonde.fr/acces-restrict/archives/article/1985/10/04/6b6c659d646971c594696467629a71_2737149_1819218.html>. Acesso em: 27 abr. 2014.

⁵⁹ Segundo o verbete referente ao “11º Batalhão de Choque” da Wikipédia francesa, tais comandantes teriam sido os capitães Mautaint (1946-1947) e Rivière (1947). Disponível em: <http://fr.wikipedia.org/wiki/11e_r%C3%A9giment_parachutiste_de_choc#Chefs_de_corps.5B13.5D>. Acesso em: 27 abr. 2014.

⁶⁰ “Je voulais qu’à partir du matériel dont nous disposions des salles d’instructions soient créées: armement, explosifs, radio. J’insistais sur l’utilisation intensive des matériels. Tout notre enseignement se ferait à tir réel. Je voulais transmettre à mes hommes la formation exceptionnelle que j’avais reçue. L’idée était de sélectionner les meilleurs éléments pour en faire des réservistes sur lesquels le service Action s’appuierait principalement pour les missions les plus délicates.”

que sua capacidade real de atuação teria ficado evidente: era a primeira batalha vencida diretamente por Aussaresses e seus subordinados. Não deixa de ser curioso que sua primeira batalha pessoal tenha sido vencida sobre um movimento organizado de trabalhadores.

Apesar de ter ganho a “Legião de Honra” em virtude da criação do 11º Batalhão de Choque e da repressão às greves dos trabalhadores das minas de carvão daquele ano, Aussaresses perdeu o comando do batalhão para um militar de patente superior, o comandante Yves Godard, decidindo, então, engajar-se na Guerra da Indochina.

É curiosa a forma como Aussaresses narra sua saída, em 1948, do comando do batalhão que criara dois anos antes. Morlane teria tentado convencê-lo de que a importância que “seu” batalhão ganhara àquela altura exigia que ele fosse comandado por um militar de patente superior. Porém, esse novo comando seria apenas protocolar, pois, na prática, ele continuaria à sua frente. Godard, que o substituiria, também teria tentado convencê-lo a não solicitar seu desligamento do batalhão, pois, aceitando ser “segundo” naquele momento, sua promoção não demoraria. A isso, Aussaresses teria respondido: “Lamento, mas não podemos ser vigário⁶¹ onde já fomos pároco. [...]”⁶² (AUSSARESSES, 2001b: 199). Tinha, a essa altura, 29 anos.

Desse processo de desligamento, acredito, podemos tirar dois dados importantes sobre o personagem em questão. O primeiro refere-se ao orgulho que tinha de sua criação, o que o futuro reforçaria. O 11º Batalhão de Choque entrará para a história dos serviços especiais franceses como uma de suas forças mais eficientes. Desempenhará papel de relevo nas guerras da Indochina e da Argélia e se constituirá, de fato, em um dos esteios do serviço de inteligência francês no mundo. Dissolvido em dezembro de 1963, foi recriado em 1985, sendo novamente dissolvido em 1995, dissolução que não fica muito clara se fora, de fato, efetivada, ou se o batalhão entrara “oficialmente” na clandestinidade (como sempre agira), pois na seção “Quem Somos” da “Association 'Bagheera' 11º Choc Region 4”⁶⁴, eles se definem (no presente) da seguinte forma:

⁶¹ Cargo eclesiástico de substituto de pároco.

⁶² “Désolé, mais on ne peut être pas vicaire dans la paroisse où l’on a été curé [...]”

⁶³ Bagheera (referência à pantera negra presente no *Livro da Selva* do autor britânico Joseph Rudyard Kipling [1865-1936]) é o símbolo que representava o 11º Batalhão de Choque.

⁶⁴ Verificamos que há mais de uma associação do 11º Batalhão de Choque. Além da “Association 'Bagheera' 11º Choc Region 4”, citada no texto, há pelo menos mais uma, a “Bagheera Poitou-Charentes

[Nós somos] soldados paraquedistas, selecionados entre os melhores da elite, instruídos e treinados em todas as técnicas convencionais e não convencionais, a serviço da França e às ordens de seus dirigentes, tendo por missão a proteção de seu povo, seus bens e de seus interesses no mundo. Somos especialistas em operações clandestinas, agindo na sombra e no silêncio. Somos a única unidade oculta do exército francês, na qual as missões são tanto secretas quanto misteriosas e perigosas.⁶⁵

Talvez por que visse no batalhão ecos de sua atuação, sempre que possível Aussaresses o cita orgulhoso ao longo de sua obra. É como se ele nunca o tivesse deixado ou, visto de outra maneira, ele sempre o tivesse levado consigo.

O outro elemento que achamos importante ressaltar do seu processo de saída do 11º Batalhão é a forma como lida com a ascensão em sua carreira. Acreditamos que Aussaresses ambicionava sua promoção a comandante já naquela época, já que era a própria importância que seu batalhão adquirira sob suas ordens que lhe impunha sua saída. Ou seja, sua disposição em dizer “não” para uma promoção que pudesse ser antecipada se ficasse na sombra pode ser entendida como uma forma de dizer que queria ver seu trabalho reconhecido *imediatamente* pelo seu desempenho, e não que outro colhesse os louros de sua obra.

A questão da ascensão na carreira é tema recorrente em suas memórias. Quando narra seu período como professor de tortura na escola das forças especiais dos EUA, treze anos depois, comenta que “ninguém no exército francês queria ir para *Fort Bragg*, pois acreditava-se que uma estada por lá bloqueava o avanço da carreira na França” (2008: 121). Mas esse desprendimento é aparente porque, para se tornar instrutor em *Fort Bragg*, era preciso ser, ao menos, tenente-coronel, coisa que ele ainda não era na França e que os norte-americanos resolveram dando-lhe de forma fictícia, à revelia da

R11” cujas informações podem ser acessadas por meio do link <<http://bagheera-r11.asso-web.com/>>. Além dessas, há também uma associação mais ampla, que se refere aos paraquedistas como um todo, chamada “Qui Ose Gagne”, cujas informações podem ser acessadas em: <<http://www.quiosegagne.asso.fr/>>. Optamos pelos dados da associação citada, pois foi a que deu uma noção mais objetiva e clara de quem seriam os paraquedistas do 11º Batalhão de Choque.

⁶⁵ “Des soldats parachutistes, sélectionnés parmi les meilleurs de l’élite, instruits et entraînés à toutes les techniques conventionnelles et non-conventionnelles, au service de la France et aux ordres de ses dirigeants, pour mission la protection de ses personnes, de ses biens et de ses intérêts, dans le monde entier. Spécialisés dans les opérations clandestines, agissant dans l’ombre et le silence. La seule unité furtive de l’armée française, dont les missions sont aussi mystérieuses et périlleuses que secrètes.” Disponível em: <<http://www.bagheera-r4.fr/qui-sommes-nous/>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

estrutura francesa, o que possibilitou que atuasse, nos EUA, como tendo uma patente mais alta do que a que possuía na França.⁶⁶

Em suma, Aussaresses age na sombra, mas quer, oficialmente, ser reconhecido por seu trabalho.

3. A GUERRA DA INDOCHINA: SURGE UM NOVO PARADIGMA DE COMBATE

Na conclusão de seu livro de entrevistas com o velho general Aussaresses, Jean-Charles Deniau tece interessante comentário sobre a atuação de seu entrevistado (e companheiros) no passado:

A Segunda Guerra mundial mal tinha acabado e já se ensaiavam as premissas da Guerra Fria. A bela e grande epopeia que Paul Aussaresses e seus pares viveram na Resistência tinha o gosto de sua juventude, seus ideais de uma França livre e vitoriosa. Não nos esqueçamos: eles foram heróis. Encontraram, em 1945, o povo em júbilo, as bandeiras, os buquês de flores e as jovens que lhes sorriam. A vitória, quando suamos para conquistá-la e temos clareza dos motivos de nossa luta, é uma droga forte. Eles eram militares, e assim queriam continuar. Para tal, inventaram um novo combate: a luta contra o comunismo, roendo a Europa e armando os povos que queriam se separar da França.⁶⁷ (DENIAU. In: AUSSARESSES, 2008: 293)

A metáfora usada por Deniau para descrever o efeito da vitória nos jovens membros da resistência – e acrescentamos, como ressalta Tony Judt, que isto era especialmente forte nos jovens oficiais – como “uma droga forte” pode parecer chocante, mas a atuação desses jovens oficiais logo após o término da Segunda Guerra em suas lutas contra a descolonização e o comunismo parece corroborá-la. A Indochina

⁶⁶ “Ce n’était pas très courant, à l’époque, qu’un officier étranger reçoive le titre d’instructeur à Fort Bragg. Il y avait un petit problème tout de même : le poste ne pouvait être occupé que par un lieutenant-colonel. Qu’à cela ne tienne. J’ai été nommé lieutenant-colonel à titre fictif par les Américains. En réalité, je dois dire, personne dans l’armée française ne voulait aller à Fort Bragg, parce qu’on considérait qu’un séjour là-bas bloquait l’avancement.” (2008: 121)

⁶⁷ “La Seconde Guerre mondiale n’était pas encore tout à fait terminée que déjà s’amorçaient les prémisses de la guerre froide. La belle et grande épopée, que Paul Aussaresses et ses pairs ont vécue dans la Résistance avait le goût de leur jeunesse, de leur idéal de la France libre et de la victoire. Ne l’oublions pas : ils ont été héros. Ils ont connu en 1945 le peuple en liesse, les drapeaux, les bouquets, les filles qui leur souriaient. Ils étaient des militaires, ils ont voulu continuer. Ils se sont inventé un nouveau combat : la lutte contre le communisme, grignotant l’Europe et armant les peuples qui voulaient se débarrasser de la France.”

será o grande palco onde o desejo de vitória e a paixão anticomunista serão testadas e as memórias do velho general nos dão uma poderosa mostra de como esses jovens oficiais lidaram com essa situação.

A Guerra da Indochina é o momento em que aqueles resistentes que estavam ébrios com a vitória encontrarão uma derrota acachapante. Derrota esta que reforçará, neles, seu anticomunismo (pois entendiam que não estavam apenas perdendo uma colônia, mas perdendo-a para os comunistas) e também destravarão, neles, estratégias de ação que se mostrarão nefastas, como as largamente empregadas na Argélia e que, por meio de relações ocultas, disseminarão pelo mundo. Enfim, por meio das memórias de Aussaresses, podemos acompanhar essa virada no seio do exército francês, mais especificamente entre seus jovens oficiais paraquedistas, para quem, como escreve Aussaresses, “havia uma continuidade entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Indochina.”⁶⁸ (2001b: 208.)

Com esse pensamento, Aussaresses chega a Saigon, na Indochina, em outubro de 1948. Àquela altura o conflito já durava dois anos. Em reforço às tropas francesas, vinha à testa de um batalhão composto por 750 homens que treinara durante três meses na Argélia, após sua saída do 11º Batalhão de Choque. Alguns dos graduados que compunham seu novo batalhão, inclusive, tinham se desligado do 11º para acompanhá-lo em sua nova missão. Apesar do desembarque em Saigon, seu destino era Hanói, onde estava o Comando das Tropas Francesas da Indochina do Norte (CTFIN).

Ao chegar ao CTFIN toma consciência do quão complicada era a posição francesa no conflito:

Constatei que o fronte estava às portas de Hanói, onde tínhamos cinco mil homens, e que o delta estava praticamente controlado pelo Viet-minh. No conjunto, a situação era desfavorável à França. [...] A tática do Viet-minh era aquela dos “piratas” que desde sempre tinha colocado o país em apuros: atacar apenas quando se está seguro de ter vantagem sobre o inimigo e retirar-se para os lugares mais impenetráveis.⁶⁹ (Idem: 207-208)

⁶⁸ “Pour moi, comme pour beaucoup de mes camarades, il y avait une continuité entre le second conflit mondial et la guerre d’Indochine.”

⁶⁹ “Je constatai que le front était aux portes d’Hanoi où nos avions 5 000 hommes, que le delta était pratiquement contrôlé par le Viêt-minh et que, dans l’ensemble, la situation était défavorable à France. [...] La tactique du Viêt-minh était celle des “pirates” qui depuis toujours avaient mis le pays en coupe réglée: n’attaquer que lorsque’on est sûr d’avoir l’avantage, se replier dans des lieux impénétrables.”

Permaneço cerca de um mês em Hanói. A partir de novembro daquele ano, imerge na frente de batalha, tendo cada vez mais clareza de que o modelo de combate que ali se travava era muito diferente do que conhecera até então. Ou seja, se durante a Segunda Guerra suas missões, apesar de perigosas, foram relativamente tranquilas, ali a realidade era distinta, como podemos observar em seu depoimento:

O dia do meu aniversário de 30 anos, 7 de novembro de 1948, foi memorável: no escopo da Operação Ondine, saltamos de paraquedas em Viet Tri, na confluência dos rios Vermelho, Negro e Claro. Éramos dois batalhões e saltei à frente de minha companhia. Era preciso limpar esta confluência para que a divisão de assalto (Dinaso) pudesse subir o rio Vermelho e abastecer os postos estabelecidos ao longo destes rios. O combate foi pavorosamente violento. Mal chegávamos ao solo, era preciso às vezes se bater no corpo-a-corpo com os homens do Viet-minh que nos esperavam com seus sabres. Quando tínhamos esvaziado nossas munições, nos defendíamos à faca.⁷⁰ (2001b: 212-213)

Alguns dias depois dessa luta, deu-se um novo combate, em uma trilha a caminho de um posto militar, onde ele e sete de seus comandados deveriam fazer a escolta de um comboio de apoio logístico. No percurso, porém, foram surpreendidos.

Escondidos no mato, os viet-minhs acionaram uma bomba à distância, pulverizando, de uma só vez, os quatro últimos franceses que iam pela trilha. Os que restaram agiram de forma instintiva e quase cega:

Eu me dirigi instintivamente para o bosque, seguido do tenente e dos homens que me acompanhavam. Uma companhia de viets estava escondida. Tomados de medo, eles abriram fogo muito cedo, revelando sua posição.

Balançando minha pistola, eu gritei sem pensar:

- Atacar, atacar!

Logo o tenente e os outros se colocaram ao meu redor e, sem pensar em mais nada, como se já estivéssemos mortos, corremos gritando e atirando adiante toda a munição que tínhamos. Eu

⁷⁰ “Le jour de mes trente ans, le 7 novembre 1948, fut assez mémorable: dans la cadre de l’opération Ondine, nous avons été parachutés à Viet Tri, au confluent du fleuve Rouge, du fleuve Noir et de la rivière Claire. Nous étions deux bataillons. J’ai sauté à tête de ma compagnie. Il fallait nettoyer ce confluent par que la division d’assaut (Dinaso) puisse remonter le fleuve Rouge et ravitailler les postes établis sur ses rives. Le combat a été affroyablement violent. À peine arrivés au sol, il a fallu parfois se battre au corps à corps contre les hommes du Viêt-Minh qui nous attendaient avec des sabres. Quand nous avions vidé nos chargeurs, nous nous défendions au couteau.”

discernia silhuetas, clarões, fumaça e mirava calmamente, enquanto isso se dava. Era tudo muito abstrato, apesar dos gritos dos homens que caíam ao nosso redor no bosque e da fuga dos outros. De todo modo, atirávamos sempre. Desta forma, os viet-minhs se retiraram deixando uma quinzena de mortos.⁷¹ (2001b: 218-219)

Apesar de supostamente ter posto para correr esse pequeno grupo de viet-minhs, ainda que de forma treloucada, e do sucesso da *Operação Ondine* que, apesar das perdas, teria assegurado a navegação para o reabastecimento dos postos do interior, a situação não se tornara necessariamente favorável aos franceses: durante o ano de 1949 três novas operações foram postas em andamento e as perdas francesas foram gigantescas. Segundo Aussaresses, chegou-se ao ponto de um comandante de batalhão abandonar seu posto em pleno combate. O caos tinha se instalado e a situação se tornara aguda, sobretudo após a operação *Bastilha*, que se deu em julho de 1949.

[...] Esta última missão [a Bastilha] foi tão dura que provocou a dissolução do batalhão, que já tinha sofrido terríveis perdas ao longo de todo o ano de 1949, tanto em combate, quanto por doenças. Estas perdas foram proporcionalmente mais elevadas entre os oficiais do que entre os suboficiais ou os homens da base. Todos os chefes de seção do meu batalhão foram mortos ou gravemente feridos e, em minha companhia, em menos de um ano, meus três chefes de seção foram mortos e substituídos por três outros oficiais, dos quais apenas um sobreviveu.⁷² (2001b: 225-226)

É neste contexto que os franceses mudam de estratégia, iniciando uma tentativa de operar com suas forças especiais na região. Como, por princípio, o Serviço de Ação devia agir apenas fora do território francês, ele não podia atuar na Indochina

⁷¹ “Je me suis dirigé d’instinct vers les buissons, suivi du lieutenant et des hommes qui m’accompagnaient. Une compagnie de Viêts y était en embuscade. Pris de peur, ils ont ouvert le feu trop tôt, révélant ainsi leur position.

Brandissant mon pistolet, j’ai crié machinalement :

- En avant, en avant!

Aussitôt, le lieutenant et les autres se sont mis autour de moi et, sans plus réfléchir, comme déjà morts, nous avons couru en hurlant et en tirant devant nous toutes les munitions que nous avions. J’ai aperçu des silhouettes, des éclairs, de la fumée. Je visais calmement, tout en courant. C’était assez abstrait, malgré les cris des hommes qui tombaient autour de nous dans les buissons. D’autres fuyaient. Nous tirions toujours. Le Viêt-minh s’est replié en laissant une quinzaine de morts.”

⁷² “[...] Cette dernière mission [Bastille] fut si dure qu’elle provoqua la dissolution du bataillon qui avait déjà subi de terribles pertes tout au long de l’année 1949, tant au combat que par les maladies. Ces pertes furent proportionnellement plus élevées chez les officiers que chez les sous-officiers et les hommes du rang. Tous les chefs de section de mon bataillon furent tués ou grièvement blessés et, dans ma compagnie, en moins d’un an, mes trois chefs de section furent tués et remplacés par trois officiers dont un seul survécut.”

(considerada território francês pelos franceses). Visando driblar essa interdição, constitui-se um novo serviço, cujas missões não teriam existência oficial e para as quais Aussaresses recebe, do comandante Pierre Chateau-Jobert (que é chamado de “Conan”), a orientação de utilizar “*todos os meios*” em sua realização. Segundo Aussaresses, Conan ter-lhe-ia dito: “*considere que trabalhamos para uma organização chamada SEF (Serviço de Eficácia)*.”⁷³. (2001b: 229)

A ideia era, portanto, utilizar-se de “*todos os meios*” disponíveis para retomar o terreno perdido para os viet-minhs, utilizando-se, sobretudo, das habilidades dos paraquedistas, que eram, naquele lugar, os mais aptos a realizar os trabalhos que poderiam ser enquadrados como “*serviços especiais*”.

No entanto, apesar de ter-se aberto margem para a realização de atividades *extraoficiais* por meio do suposto “Serviço de Eficácia”, a dimensão que o novo projeto ganharia na conjuntura da guerra exigia uma roupagem oficial.

O primeiro organismo oficial responsável pela coordenação de tais atividades foi oficialmente chamado de EMO (Estado Maior Operacional). Criado a partir do efetivo das tropas aéreas, ele começou a funcionar em setembro de 1949. Se não era uma emanção direta dos serviços especiais oficiais, era ao menos uma estrutura fortemente inspirada por seu espírito e que utilizava suas técnicas.⁷⁴ (2001b: 229-230)

Esta nova estratégia, porém, trazia exigências também novas: não se tinha o conhecimento preciso do lugar, de modo a garantir o sucesso do uso dos paraquedistas. Neste momento, portanto, tornam-se novamente úteis os conhecimentos obtidos por Aussaresses quando de seu treinamento na Inglaterra – já que também tinha estudado cartografia naquele período –, bem como sua experiência burocrática quando do preparo dos arquivos que levaram à formação do 11º Batalhão de Choque, o que o coloca novamente em posição de relevo.

⁷³ “considérez que nous travaillerons pour une organisation qui s’appelle SEF (service efficacité) ”

⁷⁴ “Le premier organisme officiel coordonnant de telles activités fut officiellement appelé ÉMO (état-major opérationnel). Créé dans le cadre des troupes aéroportées, il commença à fonctionner en septembre 1949. C’était, sinon une émanation directe des services spéciaux officiels, du moins une structure fortement inspirée par leur esprit et utilisant leurs techniques.”

Enfim, após ter seu batalhão dissolvido em combate, Aussaresses volta novamente para dentro de um escritório onde, entre voos de reconhecimento e o trabalho no escritório, elabora um dossiê sobre alguns lugares estratégicos na região.

Em suas palavras, esse dossiê “[...] compreendia uma ficha sobre a situação militar na região e fotos de sua zona de salto.” Além disso, para garantir o sigilo⁷⁵ destas informações, evitando que elas chegassem aos viet-minhs, “[...] estes documentos, colados sobre um pedaço de lona, eram distribuídos [apenas] aos aviadores e aos oficiais, até o nível dos chefes de sessão.”⁷⁶ (2001b: 235)

Realizado esse trabalho, Aussaresses voltou para o *front*, onde os embates continuavam.

No dia 26 de maio de 1950, Dong Khé, um dos postos centrais da rota utilizada pelos franceses para transporte de provisões, é tomado pelos viet-minhs. Era, segundo Aussaresses, o momento de testar a eficácia do sistema arquitetado no EMO. Assim,

[...] O comando decidiu que um batalhão marroquino partiria de Lang Son para ocupar Dong Khé quando os paraquedistas tivessem saltado.

A zona de salto ladeava o posto ocupado pelos viet-minhs, mas era evidente que uma parte dos paraquedistas aterrissariam no posto mesmo. Passamos a noite tirando cópias do dossiê e saltamos em 27 de maio de 1950. A acolhida foi memorável. Todos os aviões que nos conduziam – os JU 52 e dois Dakota [...] – foram atingidos pelas metralhadoras viet-minhs. O caça que nos escoltava não pôde fazer nada contra o dilúvio de fogo que caía sobre nós de ambos os lados. [...] Estávamos, portanto, à mercê dos atiradores que podiam facilmente nos mirar e abrir fogo com todas as armas que dispunham. Dessa forma, eles não se privavam de atirar. Felizmente, os viets, para não complicar sua tarefa, miravam os paraquedas ao invés dos paraquedistas. Eram alvos tão grandes que não podiam errar. No entanto, isso se mostrou um cálculo equivocado, pois os paraquedas se mantiveram intactos. Mesmo assim, vários homens foram mortos antes de tocar o solo.

No solo nós nos reagrupamos, iniciamos a ofensiva e, sem ficar pensando em nossas perdas, o posto foi retomado. [...]

⁷⁵ Esse cuidado se dava em virtude da constatação de que o inimigo estava em todo lugar, e não só na frente de batalha. Essa ideia constituirá o cerne da doutrina francesa a ser aplicada na Argélia.

⁷⁶ “Le dossier comprenait une fiche sur la situation militaire dans la région et les photos de la zone de saut. Ces documents, collés sur un morceau de toile de tente réformée, étaient distribués aux aviateurs et aux officiers jusqu’au niveau des chefs de section. ”

Os marroquinos de Lang Son chegaram pouco depois. Este sucesso consagrou a eficácia do sistema do EMO.⁷⁷ (2001b: 242-243)

Quatro meses depois, porém, os viet-minhs retomam Dong Khé, protegendo-o, segundo Aussaresses, com muito mais poder de fogo que da primeira vez, o que impossibilitava sua retomada seguindo o modelo anterior.

No entanto, o problema, que já era sério, teria se agravado quando os franceses decidiram evacuar Cao Bang, manobra que exigia passagem pelo posto de Dong Khé.

Numa operação ordenada pelo alto comando, chamada de “suicida” por Aussaresses, as tropas francesas que se ocuparam dessa tentativa de retomada foram praticamente dizimadas. No total, dos mais de 400 homens que participaram do ataque a Dong Khé, sobreviveram 30. Aussaresses não deixa claro se ele participou desta operação, mas ela marcou sua memória daquele ano de 1950, contribuindo para sua reflexão sobre aquela guerra, que exigia métodos cada vez mais drásticos de ação.

Segundo Aussaresses, a situação só se tornou menos calamitosa quando o general Jean de Lattre de Tassigny, desembarcou na Indochina para assumir o comando das tropas na região.

Em suas memórias, são poucos os momentos em que Aussaresses enaltece de forma significativa seus superiores, ainda que evidencie sua admiração por alguns⁷⁸. Porém – talvez em virtude da situação em que as tropas francesas se encontravam

⁷⁷ “[...] Le commandement décida qu’un tabor [bataillon] marocain partirait de Lang Son pour aller occuper Dong Khé quand les parachutistes auraient sauté. [...]”

La zone de saut longeait le poste occupé par le Viet-minh mais il était évident qu’une partie d’entre nous atterrirait dans le poste même. Nous avons passé la nuit à tirer des copies du dossier et nous avons sauté le 27 mai 1950. L’accueil fut mémorable. Tous les avions qui nous emmenaient – des JU 52 e deux Dakota [...] – furent touchés par la mitraille viet-minh. La chasse, qui nous escortait, ne put rien faire contre le déluge de feu qui s’abattait sur nous des deux côtés. [...] Nous étions donc à la merci des tireurs qui pouvaient facilement nous ajuster en ouvrant le feu devant eux avec toutes les armes dont ils disposaient. Ils ne s’en privèrent pas. Heureusement, les Viêts, pour ne pas se compliquer la tâche, visaient les parachutes plutôt que les parachutistes. C’était des cibles tellement énormes qu’on ne pouvait pas les manquer. Ce fut un mauvais calcul car les parachutes tinrent bon. Plusieurs hommes, pourtant, furent tués avant de toucher le sol.

Nous nous sommes regroupés, avons donné l’assaut sans nous poser de questions et le poste fut repris. [...]

Les Marocains de Lang Son arrivèrent peu après. Ce succès consacra l’efficacité du système de L’EMO.”

⁷⁸ Como De Gaulle, Massu ou o general Jacques Pâris de Bollardiére. Ainda que este último tenha se tornado um dos críticos do uso da tortura na Argélia, Aussaresses deixa entender que teria sido ele um dos incentivadores do “Serviço de Eficácia” que “pressagiava o estado de espírito – senão os métodos – da Batalha de Argel” (2001b: 254).

quando da chegada de De Lattre na Indochina ou de sua própria situação naquele momento, pois estava internado em virtude de uma doença contraída no *front*, chegando a perder temporariamente o movimento das pernas –, é nas passagens que relata a personalidade de De Lattre que Aussaresses tece os comentários mais elogiosos a respeito de um superior (como se falasse de si mesmo, de sua própria personalidade).

Enfim, Ho Chi Minh tinha ameaçado tomar Hanói, centro do comando das tropas francesas na Indochina, em 19 de dezembro de 1950, data simbólica para os vietmins, por já terem se apossado dela no mesmo dia em 1946. Segundo Aussaresses, no entanto, após sua designação, De Lattre fez uma proclamação solene: “Ho Chi Minh teria que lidar com ele se quisesse estar em Hanói em 19 de dezembro”, o que teria contribuído para a elevação da moral de todos naquela cidade. Assim,

A chegada do general De Lattre foi saudada por uma monumental parada militar [...]. Vinte mil homens desfilaram impecavelmente em todas as ruas de Hanói. Todo mundo compreendeu que De Lattre não estava a passeio. Quando ele inspecionava um posto, fazia perguntas simples ao responsável. Se a resposta não lhe convinha, a fórmula que ele utilizava era tão simples quanto suas questões:

- Ao navio!

Aquilo significava que o interessado estava destituído de seu comando, e que ele podia voltar para a França, pois sua carreira estava terminada.

O método do generalíssimo se mostrou eficaz e melhorou consideravelmente a performance do corpo expedicionário francês na Indochina.⁷⁹ (Idem: 250)

Além de cobrar de cada indivíduo o cumprimento de suas responsabilidades na Indochina, De Lattre cobra do governo francês a presença efetiva de seus serviços especiais na Indochina, e não mais do camuflado “Serviço de Eficácia”. Essa é, segundo Aussaresses, a principal obra desse general na região.

⁷⁹ “L’arrivée du général de Lattre fut saluée par une prise d’armes monumentale [...]. Vingt mille hommes défilèrent impeccablement dans les rues d’Hanoï. Tout le monde avait compris que de Lattre ne plaisantait pas. Quand il inspectait un poste, il ne posait que des questions simples au responsable. Lorsque la réponse ne convenait pas à de Lattre, la formule qu’il utilisait était tout aussi simple que ses questions :

- Le bateau!

Ce signifiait que l’intéressé était relevé de son commandement, qu’il pouvait repartir en France, que sa carrière était finie.

La méthode du généralissime s’asseyait efficace et améliorait considérablement les performances du corps expéditionnaire français en Indochine.”

No final de 1951 Aussaresses teria que deixar a Indochina, já que, regimentalmente, ele não poderia mais prorrogar sua permanência no lugar. Antes de partir, no entanto, trabalhou com Morlanne, chefe do Serviço de Ação, na organização desse serviço na Indochina, a pedido de De Lattre. Com isso, alguns dos quadros que considerava mais desenvolvidos do 11º Batalhão de Choque foram enviados para a região o que, segundo acredita, teria garantido um tempo a mais de permanência francesa no local. Era o início de um processo de proeminência dos métodos de ação não convencionais – especialidade do 11º Batalhão de Choque – sobre os métodos convencionais que teria, entre os franceses, seu ápice Batalha de Argel.

Ainda demoraria pouco mais de três anos até que Aussaresses desembarcasse na Argélia. Esse foi um período em que o Serviço de Ação procurava evitar que o movimento argelino, que ainda não tinha tomado a forma de rebelião armada, se fortalecesse. Desta forma,

[...] a guerra secreta continuava. Aqueles que forneciam armas para a FLN eram objeto de uma perseguição impiedosa. Era a União Soviética o ponto capital do sistema de abastecimento dos argelinos, mas Moscou só operava por meio de seus satélites, na maior parte das vezes por meio dos tchecos. Desta forma, algumas missões levaram-me à Suíça, onde uma dezena de ações “homo”⁸⁰ foram levadas a cabo contra traficantes de armas de todas as nacionalidades que, por ganância, eram subcontratados por Moscou para abastecer a rebelião de armas.⁸¹ (2001b: 260).

Nesses três anos, além dessas operações “homo” e de outra em 1952 – quando entrou com explosivos no Egito, por meio de um passaporte diplomático (o que garantia que ele não fosse revistado), e, junto com dois nadadores, explodiu um navio supostamente carregado de armas que seriam entregues à FLN –, Aussaresses, sob as ordens de Morlanne, ocupou-se de dar treinamento para os reservistas do Serviço de Ação, bem como, na qualidade de instrutor, para os homens do 11º Batalhão de Choque. Como sabemos, a guerra secreta travada em território estrangeiro contra a FLN não

⁸⁰ Ações/operações “homo” eram as operações destinadas a eliminar inimigos específicos. Seriam “operações homicidas”.

⁸¹ “[...] la guerre secrète continuait. Ceux qui fournissaient des armes au FLN étaient l’objet d’une taque impitoyable. C’était l’union soviétique qui était la clé de voûte de ce système d’approvisionnement, mais Moscou n’opérait que par satellites interposés, la plupart du temps des Tchèques. Des missions m’amènèrent en Suisse Une douzaine d’actions ‘homo’ y furent menées contre des trafiquants d’armes de diverses nationalités [Tchèques, Belges et Néerlandais] qui, par appât du gain, sous-traitaient pour Moscou afin d’approvisionner la rébellion.”

surtiria o efeito desejado pelos franceses e, na noite de 31 de outubro para 1º de novembro de 1954, a guerra de independência eclodiria na Argélia.

4. AUSSARESSES NA GUERRA DA ARGÉLIA: TORTURA E EXECUÇÕES SUMÁRIAS COMO MÉTODO

*Estava estendida e nua, sempre nua. Eles podiam vir uma, duas, três vezes por dia. A partir do momento em que ouvia o barulho de suas botas no corredor, começava a tremer. Em seguida, o tempo tornava-se interminável. Os minutos pareciam-me horas, as horas dias. O mais duro foi suportar os primeiros dias, habituar-se à dor. Depois, nos deslocamos mentalmente, um pouco como se o corpo se colocasse a flutuar.*⁸²

Foi com as palavras acima que a ex-militante da FLN, Louisette Ighilahriz, descreveu – em seu depoimento à jornalista Florence Beaugé, publicado no jornal *Le Monde* em 20 de junho de 2000 – parte de sua experiência vivida durante os três meses em que ficara presa na Argélia em poder das Forças Armadas francesas, a partir de 28 de setembro de 1957.

Mal sabiam – jornalista e depoente – que aquela matéria e aquele depoimento marcariam o ressurgimento de um assunto praticamente morto na França: a tortura praticada pelos militares franceses durante a Guerra da Argélia. Dois dias depois veio a público, no mesmo jornal, um dos personagens centrais daquela guerra, o General Jacques Émile Massu que, aos 92 anos, inquirido se a tortura era indispensável em tempos de guerra, declarou, arrependido: “*Quando penso na Argélia fico desolado, pois poderíamos ter feito as coisas de um modo diferente*”.⁸³ Não se lembrava da história de Louisette Ighilahriz, que o citou na entrevista concedida a Beaugé, mas confirmara, como vinha fazendo desde 1971, o uso da tortura na Guerra da Argélia. Postura diferente teve o General Marcel Bigeard – coronel à época –, em reação ao depoimento

⁸² “J’étais allongée nue, toujours nue. Ils pouvaient venir une, deux ou trois fois par jour. Dès que j’entendais le bruit de leurs bottes dans le couloir, je me mettais à trembler. Ensuite, le temps devenait interminable. Les minutes me paraissaient des heures, et les heures des jours. Le plus dur, c’est de tenir les premiers jours, de s’habituer à la douleur. Après, on se détache mentalement, un peu comme si le corps se mettait à flotter.” In: “Torturée par l’armée française en Algérie, “Lila” recherche l’homme qui l’a sauvée”. *Le Monde*, 20 junho de 2000. Disponível em:

<http://abonnes.lemonde.fr/archives/article/2000/06/20/torturee-par-l-armee-francaise-en-algerie-lila-recherche-l-homme-qui-l-asauvee_3612185_1819218.html?xtmc=louisette_ighilahriz&xtcr=66>.

Acesso em: 11 abr. 2014.

⁸³ “Quand je repense à l’Algérie, cela me désole, on aurait pu faire les choses différemment.”. In: “Le général Massu exprime ses regrets pour la torture en Algérie.” Disponível em:

<http://abonnes.lemonde.fr/archives/article/2000/06/22/le-general-massu-exprime-ses-regrets-pour-la-torture-en-algerie_3709222_1819218.html?xtmc=torture_alger&xtcr=45>. Acesso em : 11 abr. 2014.

de Ighilahriz. Para Bigeard, que continuava negando o uso da tortura na Argélia, aquele depoimento era um “emaranhado de mentiras” (“tissu de mensonges”) que tinha o objetivo de “destruir tudo o que há de justo na França”⁸⁴. Pressionado pela reação nacional que se deu nos dias seguintes, Bigeard voltou atrás no início de julho, duas semanas depois de ter acusado Ighilahriz de falsária, e declarou que a tortura naquela guerra teria sido “um mal necessário” e que “aquilo tinha de ser feito, pois tratava-se de uma missão dada pelo poder político”.⁸⁵

A “caixa de pandora” tinha sido forçada, mas ainda não tinha sido aberta, já que nenhum dos dois generais (homens centrais na Guerra da Argélia) reconheceram ter, eles próprios, torturado indivíduos na Argélia, ou deram os nomes de quais seriam os representantes desse “poder político” que teriam ordenado o uso de tal prática na ocasião.

Em 7 de Janeiro de 1957, o General Massu, à frente da 10ª Divisão Paraquedista, recebera do então ministro residente, Robert Lacoste, poderes de polícia para debelar a rebelião argelina na capital, Argel. Marcel Bigeard estava, na Batalha de Argel, à frente do 3º Regimento de Paraquedistas Coloniais (RPC), um dos quatro regimentos responsáveis pela Grande Argel e pertencentes à 10ª Divisão.

Como é possível verificar por meio das diversas matérias sobre o tema publicadas no *Le Monde* nos meses seguintes ao depoimento de Ighilahriz, e pelo debate que se instaurara no jornal, faltavam dois nomes fundamentais envolvidos na questão, que não aparecem em nenhum dos textos publicados, os nomes do coronel Roger Trinquier e do então comandante Paul Aussaresses, auxiliares diretos do General Massu durante a Batalha de Argel. Tais nomes só viriam à tona no final daquele ano, em 23 de novembro de 2000, quando a mesma Florence Beaugé publicou uma extensa entrevista com Paul Aussaresses.⁸⁶

Na entrevista daquele 23 de novembro, o velho general relembra o período em que trabalhara como agente de ação de Massu. Era ele o responsável por trabalhar em

⁸⁴ “démolir tout ce qu'il y a de propre en France”. Idem.

⁸⁵ “Il fallait que cela se fasse. Il s'agissait d'une mission donnée par le pouvoir politique.” Ver: “GUERRE D'ALGÉRIE: le général Bigeard et la pratique de la torture” Disponível em: <http://abonnes.lemonde.fr/archives/article/2000/07/04/guerre-d-algerie-le-general-bigeard-et-la-pratique-de-la-torture_3610038_1819218.html?xtmc=general_massu&xtr=10>. Acesso em : 11 abr. 2014.

⁸⁶ Ver: “Je me suis résolu à la torture... J'ai moi-même procédé à des exécutions sommaires...”. Disponível em: <http://abonnes.lemonde.fr/archives/article/2000/11/23/je-me-suis-resolu-a-la-torture-j-ai-moi-meme-procede-a-des-executions-sommaires_3713334_1819218.html?xtmc=aussaresses&xtr=231>. Acesso em: 10 abr. 2014.

nome das forças armadas com a polícia local, que estava sob o comando de Paul Teitgen, que, do lado francês, fora o primeiro a denunciar as práticas dos paraquedistas na Argélia: percebendo que nem todos os que eram aprisionados mantinham-se sob sua tutela dentro das prisões, Teitgen teria mandado fazer um comparativo entre as prisões assinadas por ele e os presos que se encontravam efetivamente nas prisões. Batendo os números, percebe a falta de 3.024 pessoas que deveriam estar sob seu controle e que tinham sumido. Estudando o caso, Teitgen concluiu que os paraquedistas estavam praticando o mesmo tipo de tortura que ele presenciara e sofrera nas mãos dos nazistas, além de estarem eliminando essas pessoas, o que o levou à renúncia do cargo de chefe de polícia da região de Argel em 12 de setembro de 1957.⁸⁷

Já no início da entrevista, Aussaresses confirma os números de Teitgen como sendo “próximos da realidade”, o que era negado pelo exército francês até então, e acrescenta, ao longo da entrevista, ter ele próprio eliminado sumariamente 24 desses argelinos. Mas, dentre as diversas revelações feitas por Aussaresses na entrevista, talvez a mais importante refira-se ao envolvimento da administração civil nas ações praticadas na Batalha de Argel, citando nomes: Max Lejeune, Secretário de Estado, e Robert Lacoste, Ministro-residente da Argélia, estavam “perfeitamente informados de tudo. Eles liam todos os dias nossa prestação de contas registradas em um caderno carbonado.”⁸⁸ Desde a publicação do depoimento de Ighilahriz, em junho de 2000, até a entrevista de Aussaresses, em novembro, a pressão da imprensa era para que os responsáveis civis fossem nomeados. Enfim, a caixa de pandora se abria.

No entanto, para além da confirmação dos números de Teitgen e da nomeação de alguns dos políticos responsáveis pelas orientações que recebera, o que alimentaria as polêmicas nos dias seguintes era a determinação de Aussaresses em não se arrepender do que fizera. Mais que isso: se o Estado francês viesse a público mostrar-se arrependido de suas ações na Argélia ele “seria contra”, arrematando, ao final: “De minha parte, não me arrependo de nada” (“Pour ma part, je ne me repens pas.”).

A ferida tinha sido reaberta, agora não mais com os militares na defensiva, já que Aussaresses assumiu uma posição firme em defesa de seus atos, e do exército

⁸⁷ Os documentários *Inimigo íntimo* (ver referências acima) e *Escadrons de la mort: l'école française* (ver referências acima) reproduzem a mesma entrevista em que Teitgen explica em detalhes como os paraquedistas davam sumiço em muitos dos argelinos presos: “O rio e o mar levaram todos. Eles eram chamados de ‘camarão de Bigeard’. Os pés eram colocados em um balde de cimento. Quando o cimento secava, eles eram jogados de helicóptero ao mar.”

⁸⁸ “était parfaitement au courant. Il lisait tous les jours les comptes rendus du cahier manifold.”

francês, naquela guerra colonial. Nos meses seguintes, o assunto continuou em pauta, com o tema da tortura no centro das discussões, o que motivou até mesmo pesquisas de opinião para saber o que pensavam os franceses sobre a perda da Argélia, que apontava que 59% dos franceses inquiridos (por telefone) consideravam que, no final das contas, a independência da Argélia tinha sido positiva para a França, contra 23% que pensavam o oposto.⁸⁹

Paralelo ao debate sobre a ação das forças armadas francesas na Argélia, exigia-se, do Estado francês, um posicionamento firme contra os atos praticados na Argélia, e dos velhos generais, além de seu arrependimento, a verdade sobre fatos ainda nebulosos, como o esclarecimento sobre as condições de morte de antigos combatentes da FLN ou mesmo de franceses, como o já citado professor de matemática comunista, Maurice Audin.

Foi em meio ao contexto criado pela publicação das entrevistas de Ighilahriz e, sobretudo, de Aussaresses, respectivamente em junho e novembro de 2000, que o relato a seguir veio à tona. A essência do livro *Services Spéciaux* é o detalhamento de seu trabalho na Argélia entre 1955 e 1957, objetivando esclarecer para a sociedade francesa como teria se passado a Guerra da Argélia desde seu começo (já que ele chega no território cerca de um mês após o início do conflito) até a vitória parcial das forças francesas em outubro de 1957, no episódio conhecido como Batalha de Argel. Em essência, visa justificar a suposta necessidade do uso da tortura, dadas as condições do conflito. Foi em função deste livro que Aussaresses foi julgado e condenado por “apologia de crimes de guerra”. Em relação a essa obra, nos ateremos ao essencial para compreender a atuação de Aussaresses e o funcionamento da “doutrina francesa”.

Enfim, Aussaresses chegou na Argélia em janeiro de 1955. Àquela altura, a FLN ainda era pouco conhecida do público, mas não necessariamente do serviço de informação francês, que, como vimos, já atuava no exterior combatendo, indiretamente, o movimento que se estruturava. De todo modo, pouco se sabia sobre ela no interior da colônia, e era essa a tarefa inicial de Aussaresses em Philippeville⁹⁰, sua primeira parada na Argélia, cidade situada há cerca de 470 km a oeste de Argel.

⁸⁹ Ver : “L’opinion est prête à un débat lucide sur l’usage de la torture”. Disponível em: <http://abonnes.lemonde.fr/archives/article/2000/11/29/l-opinion-est-prete-a-un-debat-lucide-sur-l-usage-de-la-torture_3714481_1819218.html?xtmc=aussaresses&xtcr=225>. Acesso em: 11 abr. 2014.

⁹⁰ Todos os nomes de cidades citadas no texto estão como no original de Aussaresses, com exceção de Alger. Neste caso, optou-se pelo nome de uso corrente em português, Argel.

Para montar sua rede de informantes nesta cidade, Aussaresses – que é assessorado por Kemal Issolah, um sargento fluente em diferentes dialetos árabes e berberes, e por Pierre Misiry, um paraquedista fluente no árabe da África do Norte – inicia, pacientemente, uma série de visitas “a todos aqueles que pareciam ser de alguma utilidade [...]”⁹¹ (AUSSARESSES, 2001a: 27). A primeira teria sido a um antigo paraquedista, o capitão Bastouil, que era responsável pelos cerimoniais militares na cidade e que teria “informações gerais” sobre o lugar. A segunda fora à polícia local, onde os diálogos teriam começado pelo alto comando e ido até a guarda (gendarmerie), onde teria, de fato, entrado em contato com a realidade do lugar.

Uma vez estabelecida a confiança, os policiais explicaram-me, sem rodeios, a natureza crítica da situação e as ameaças de atentados que pairavam sobre a cidade. Eles não fizeram mistério sobre como eram obrigados a trabalhar em virtude das frágeis estruturas que possuíam.

Fizeram-me logo compreender que a melhor forma de fazer um terrorista falar sobre aquilo que ele se negava, mas sabia, era torturá-lo. [...]”⁹² (2001a: 28)

Supostamente reticente quando de sua chegada, logo teria sido convencido de que tal prática justificaria o fim para o qual a utilizavam: salvar a vida de inocentes. Um suposto diálogo estabelecido com um dos policiais de Philippeville explicita seu raciocínio:

[Policial] – Imagine por um instante que você se oponha por princípio à tortura e que você prenda uma pessoa que esteja sabidamente envolvida na preparação de um atentado. O suspeito se recusa a falar e você não insiste. Então o atentado ocorre e é particularmente mortífero. O que você diria aos parentes das vítimas, aos parentes de uma criança, por exemplo, estraçalhada pela bomba, para justificar que você não tenha utilizado todos os meios para obrigar o suspeito a falar?

⁹¹ “[...] à tous les gens qui semblaient pouvoir être de quelque utilité [...]”.

⁹² “Une fois mis en confiance, les policiers m’expliquèrent sans détour le caractère critique de la situation et les menaces d’attentats qui planaient sur la ville. Ils ne firent pas mystère de la manière dont ils étaient obligés de travailler, avec les moyens dérisoires dont ils disposaient.

Ils me firent vite comprendre que la meilleure façon de faire parler un terroriste qui refusait de dire ce qu’il savait était de le torturer. [...]”

Jusqu’à mon arrivée à Philippeville, j’avais interrogé des prisonniers mais je n’avais jamais torturé. J’avais entendu dire que des procédés semblables avaient déjà été utilisés en Indochine, mais de manière exceptionnelle.”

[Aussaresses] – Eu não gostaria de me encontrar nesta situação.

[Policia] – Certo, mas caminhe sempre como se você fosse se encontrar nela e então você entenderá nosso dilema cotidiano: torturar um presumível terrorista ou explicar aos parentes das vítimas que era melhor deixar que ele matasse dezenas de inocentes do que fazer um culpado sofrer.⁹³ (AUSSARESSES, 2001: 31)

Substancialmente sedutora, a defesa da sociedade contra “terroristas malvados” é o argumento clássico utilizado por Estados e torturadores em diferentes épocas e lugares para justificar suas práticas. Porém, como salienta Elio Gaspari na introdução de seu ensaio *A Ditadura Escancarada*,

É falsa a suposição segundo a qual a tortura é praticada em defesa da sociedade. Ela é instrumento do Estado, não da lei. Pertence ao episódio fugaz do poder dos governantes e da noção que eles têm do mundo, e sobretudo de seus povos. Oficiais-generais, ministros e presidentes recorrem à tortura como medida de defesa do Estado enquanto podem se confundir com ele. Valem-se dela, em determinados momentos, contra determinadas ameaças, para atingir objetivos específicos. (GASPARI, 2002b: 25)

Ou seja, a tortura é instrumento de imposição e manutenção da vontade de um pequeno grupo que, controlando o Estado, controlam a própria sociedade. Era esse, portanto, o caso da Argélia naquele momento, e não o contrário. Aussaresses estava lá na defesa dos interesses do Estado francês em detrimento dos interesses da sociedade argelina ou mesmo de parte da sociedade francesa da metrópole, que, ao tomar conhecimento das práticas aplicadas pelos seus militares na Argélia, passa a criticá-los, com é o caso de Jean Paul Sartre e dos escritores da revista que dirige, *Les temps modernes* (YAZBEK, 47-50).

Enfim, superadas as supostas crises morais relativas à tortura, Aussaresses continua sua atuação no local, tecendo os fios de sua rede por meio de contatos com comerciantes, industriais, homens de negócio, advogados, jornalistas, padres e com

⁹³ “[Policia] – Imagine un instant que tu sois opposé par principe á la torture et que tu arrêtes quelqu’un qui soit manifestement impliqué dans la préparation d’un attentat. Le suspect refuse de parler. Tu m’insistes pas. Alors l’attentat se produit et il est particulièrement meurtrier. Que dirais-tu aux parents des victimes, aux parents d’un enfant, par exemple, déchiquete par la bombe, pour justifier le fait que tu n’aies pas utilisé tous les moyens pour fair parler le suspect?”

[Aussaresses] – Je n’aimerais pas me trouver dans cette situation.

[Policia] – Ouis, mais conduis-toi toujours comme si tu devais t’y trouver et alors tu verras bien ce qui est le plus dur: torturer un terroriste présumé ou expliquer aux parents des victimes qu’il vaut mieux laisser tuer des dizaines d’inocents plutôt que de faire souffrir un seus coupable.”

gerentes de casas noturnas e bordéis da cidade, entre outros. Em pouco tempo, tinha o quadro completo dos habitantes de Philippeville, obtendo os nomes dos “suspeitos indiscutivelmente implicados nos crimes mais sangrentos”, que, supostamente, entrega à polícia, que teria se encarregado de torturá-los para obter novas informações.

Aos poucos, portanto, a máquina de obtenção de informação elaborada pelos paraquedistas vai tomando forma e, com ela, a máquina de tortura e execuções sumárias. Respondendo ao coronel Cockborne, que o questiona sobre o destino dos suspeitos, responde: “Se eles possuem alguma ligação com atos terroristas, eu os abato.”⁹⁴ (2001a: 35)

A prática das execuções sumárias e o uso sistemático da tortura na Argélia é, em geral, atribuída ao General Massu, cujos poderes excepcionais foram dados a ele e à sua 10ª Divisão Paraquedista pelo governo francês em 7 de janeiro de 1957. No entanto, considerando a narrativa de Aussaresses, cerca de um ano e meio antes ele já estava ambientado a tais práticas, que teriam começado em decorrência de um ataque surpresa da FLN:

Em 18 de junho de 1955, uma série de incidentes terroristas se produziram em Philippeville e eu senti essa súbita onda de atentados como uma ofensa pessoal e uma provocação. [...]

Em diversos endereços da cidade sete bombas explodiram na mesma hora. Grupos isolados atacaram os transeuntes europeus com armas de fogo, brancas ou a pauladas. Além disso, os carros foram incendiados, assim como as fachadas das lojas.⁹⁵ (2001a: 43-44)

Apesar de ter sido pego de surpresa, ter-se-ia conseguido prender um dos envolvidos nos atentados e o sentimento de desonra teria levado Aussaresses a sua suposta primeira sessão de tortura, mas sem sucesso, pois a dose de violência que ele usou matara o prisioneiro antes que ele pudesse ter falado algo.

Após esses atentados, Aussaresses afirma ter aprofundado o contato com sua rede de informantes. Com isso fica sabendo que nas montanhas, no entorno da cidade,

⁹⁴ “S’ils ont un lien avec le crimes terroristes, je les abats.”

⁹⁵ “Le 18 juin 1955, une série d’incidents terroristes se produisirent à Philippeville. J’ai ressenti cette vague inopinée d’attentats comme une offense personnelle et une provocation. [...]

À divers endroits de la ville, sept bombes avaient explosé à la même heure. Des groupes isolés s’en étaient pris aux passants européens, à coups de feu, à l’arme blanche ou au bâton. Des voitures avaient été incendiées ainsi que des devantures.”

haveria entre 3 e 5 mil homens da FLN preparando-se para um ataque massivo à cidade, provavelmente no dia 20 de agosto, data simbólica para os nacionalistas em virtude do ato de rebeldia do sultão do Marrocos, Mohamed V, que, em 20 de agosto de 1953, levantara-se contra o domínio francês, sendo destituído logo em seguida.

Aussaresses, então, teria informado sobre o possível ataque aos seus superiores, que, apesar de duvidarem de suas informações, permitem que ele prepare suas forças de defesa. Da mesma maneira outras cidades teriam sido avisadas da possibilidade de ataques semelhantes, mas a dúvida de seus superiores teria feito com que não se preparassem para a defesa. Assim, explodido o conflito no dia referido, em Philippeville os confrontos teriam levado apenas 2 combatentes franceses à morte, enquanto do lado argelino os mortos teriam sido cerca de 134. Por outro lado, próximo a Philippeville, no distrito progressista de El-Halia, onde “dois mil muçulmanos conviviam com cento e trinta europeus [pagando os mesmos preços e beneficiando-se das mesmas vantagens sociais]”⁹⁶ (2001a: 61), a situação teria sido bem diferente: os nativos teriam assassinado, “com toda crueldade possível” (2001a: 60), todos os franceses que encontraram pela frente.

Mas não teria sido apenas em El-Halia que a ação fora violenta, pois logo soube que ataques semelhantes teriam ocorrido em “El-Arouchi, Oued Zenatti, Catinat e Jammapes” (2001a: 69). Como reação ao que chamou de “carnificina”, organizou uma repressão brutal aos militantes da FLN na região.

Se nossa fonte fora fiel na descrição de sua história, podemos dizer que é neste momento que, efetivamente, aquelas aulas de “combate direto” dadas pelo major Sykes aos *jedburgs* em 1944, ganham grande projeção. Lembremos a orientação do major, rememorada por Aussaresses: “para sobreviver a um corpo-a-corpo, o segredo era estar mentalmente disposto a utilizar não importa qual objeto à nossa disposição para transformá-lo em arma mortífera.” É possível argumentar que esses princípios já tivessem se manifestado em Aussaresses na Indochina, como naquela emboscada da trilha em que ele e seus subordinados saem gritando e atirando feito loucos atrás dos seus inimigos, que estão escondidos entre os arbustos. No caso em pauta, no entanto, o contexto é um pouco diferente, o que lhe dá uma dimensão diferenciada também. Nele, Aussaresses está no controle da máquina de repressão, e as aulas do major Sykes,

⁹⁶ “[...] deux mille musulmans cohabitaient avec cent trente Européens. Les uns et les autres étaient payés au même tarif et bénéficiaient des mêmes avantages sociaux.”

ressoando numa mente vingativa e com grande poder nas mãos, transformam sua cegueira em carnificina, que se iniciou ainda no dia 18 de junho, logo após sua chegada em El-Halia.

Ao descrever o interrogatório de um prisioneiro acusado de ter participado do ataque àquele distrito temos o primeiro relato frio de uma ordem de execução sumária:

[Aussaresses] – Mas porque você os matou? Eles não lhe fizeram nada, cacete! Como você pôde matar bebês?

[Prisioneiro] – Tinham nos dito que não havia risco algum!

[Auss.] – Não havia risco? Como assim?

[Pris.] – Ontem estive aqui um representante da FLN e nos disse que os egípcios e os americanos desembarcariam hoje para nos ajudar. Ele disse que era preciso matar todos os franceses e que nós não corríamos risco de nada! Então, eu matei todos os que encontrei.

Eu lhe respondi, em árabe:

– Não sei o que Alá pensa do que você fez, mas agora você vai se ver com ele! Já que você matou inocentes, você também deve morrer! Esta é a regra dos paraquedistas.

Então chamei Issolah:

– Leve-o! É preciso executá-lo imediatamente!⁹⁷ (2001a: 65-66)

Após isso, manda chamar um motorista de caminhão para transportar os outros presos para serem, todos, executados em outro lugar. Iniciava-se, desta forma, uma série de execuções. Em cerca de dois dias, são três os assassinatos em massa ocorridos na região de Philippeville ordenados por Aussaresses, que, no final, nos apresenta suas

⁹⁷ “Mais pourquoi tu les as tués, bordel de Dieu, ils ne t’avaient rien fait! Comment tu as pu tuer des bébés ?

– On m’avait dit que je ne risquais rien.

– Tu ne risquais rien? Comment ça?

– Hier, Il y a un représentant du FLN qui est venu nous trouver. Il nous a dit que les Égyptiens et les Américains débarquaient aujourd’hui pour nos aider. Il a dit qu’il fallait tuer tous les Français, qu’on ne risquait rien. Alors j’ai tué ceux que j’ai trouvés.

Je lui ai répondu en arabe :

– Je ne sais pas ce qu’Allah pense de ce que tu as fait mais maintenant tu vas aller t’expliquer avec lui. Puisque tu as tué des innocents, toi aussi tu dois mourir. C’est la règle des parachutistes.

J’ai appelé Issolah :

– Emmène-le, Il faut l’exécuter immédiatement!”

contas: “[...] cerca de quinhentos mortos do lado da FLN, contando aqueles que nos atacaram em Philippeville e foram recebidos por nossas metralhadoras”⁹⁸ (2001a: 69).

Além de constatarmos sua frieza na decisão unilateral sobre a pena a ser dada ao argelino supostamente confesso dos assassinatos de franceses em El-Halia, o trecho citado também é interessante por mostrar como Aussaresses apresentada a FLN ao seu leitor. Além de sanguinária, ela seria manipuladora, ao insuflar com mentiras a população nativa – o que não exime de culpa aqueles que teriam sido enganados, afinal eles aceitaram o apelo dela por sangue francês. Ou seja, Aussaresses justifica sua ação responsabilizando a FLN por seus atos, o que se tornará regra entre os paraquedistas ao longo da Guerra da Argélia.

Como estamos acompanhando a evolução de sua formação profissional e, de certa forma, psicológica, o ponto de vista que Aussaresses apresenta é, até certo ponto, previsível. O que estranha é sua liberdade de ação. Lembremos que os poderes totais entregues aos paraquedistas, na pessoa do General Massu, só se daria cerca um ano e meio depois, em janeiro de 1957. Logo, a reação de Aussaresses nesse agosto de 1955, tomada à luz do dia, deveria, em um estado de garantias legais mínimas, incorrer em uma corte marcial, já que ele mandara matar civis que estavam em poder do Estado, presos e desarmados.⁹⁹

Sua certeza de impunidade – que lhe dava essa liberdade de ação – não é explicada em *Services Spéciaux*, onde ele ainda não vai ao fundo de suas revelações. Nele, apesar de implicar parte do poder político da época envolvido em todo processo ocorrido na Guerra da Argélia, ele ainda os preserva de parte de suas responsabilidades. É na conclusão de seu segundo livro de memórias publicado em novembro de 2001 – já à sombra do início de seu julgamento por apologia de crimes de guerra – que sua liberdade de ação demonstrada antes de estar sob as ordens de Massu fica esclarecida. No último capítulo de *Pour la France*, intitulado “François”, ele relata um suposto diálogo que teria tido em 1954 com François Mitterrand, Ministro do Interior francês – logo, responsável pela Argélia – quando fora notificado por este do trabalho que deveria desenvolver na Argélia. O diálogo é entrecortado, mas elucidativo:

⁹⁸ “Au total, Il y a peu près cinq cents morts du côté du FLN, en comptant ceux qui avaient attaqué les forts défendant Philippeville et s’étaient fait recevoir à la mitrailleuse.”

⁹⁹ Ele mesmo descreve que as mortes levadas a cabo na região de Philippeville chegara ao conhecimento público em virtude de uma repórter local ter conseguido fotografar, sem autorização, os corpos dos 134 mortos em Philippeville que tinham sido empilhados no estádio municipal, e vendido as fotos à revista norte-americana *Life*. (2001a: 69)

[Mitterrand] – Você compreendeu o sentido exato do que acabei de dizer?

[Aussaresses] – Creio que sim! O ministro...

[Mitt.] – Você quer dizer: o governo da República francesa.

[Auss.] – Se você prefere assim. O governo da República francesa solicita que os serviços especiais...

[Mitt.] – Não *os* serviços especiais, mas *um* membro dos serviços especiais conhecido por sua eficácia.

[Auss.] – Bom, que um membro isolado dos serviços especiais parta para a Argélia com a garantia total de impunidade se a FLN vier a utilizar sistematicamente o terror contra as populações civis europeias. Nesta hipótese, a missão seria neutralizar impiedosamente todos os agentes da FLN ligados ao terrorismo. Se compreendi bem, será legítimo e mesmo aconselhável recorrer a todos os meios apropriados para obter informações suscetíveis de facilitar minha missão.

[Mitt.] – Você entende o que o governo entende por “todos os meios possíveis”?

[Auss.] – Eu imagino. Li os jornais, inclusive os jornais comunistas. [...] ¹⁰⁰ (2001b: 265-266)

É-nos impossível chancelar esse diálogo como verdadeiro, já que não temos a réplica de Mitterrand, falecido em 1996. Ademais, as memórias de Aussaresses deixam claro que ele não tinha um olhar muito amigável para com Mitterrand, a quem acusa, ainda, de ter sido agente duplo quando da ocupação alemã, pois um emissário da França Livre teria sido preso pela Gestapo pouco depois de ter se encontrado secretamente com ele, em Paris, em 1943. No entanto, a liberdade de ação de Aussaresses em Philippeville nos dias seguintes àquele 20 de agosto de 1955 apontam para uma indubitável certeza de impunidade, ou mesmo para a expectativa de um avanço na carreira, pois demonstra-se decepcionado ao saber, pouco depois dos ocorridos em Philippeville, que nenhum

¹⁰⁰ “– As-tu compris le sens exact de CE que je viens de dire?

– Je le crois. Le ministre...

– Tu veux dire: le gouvernement de la République française.

– Si tu préfères. Le gouvernement de la République française de mande que les services spéciaux...

– Pas *les* services spéciaux mais *un* membre des services spéciaux, connu par son efficacité.

– Bon qu’un membre isole des services spéciaux parte en Algérie, avec la garantie d’une totale impunité si le FLN en venait à utiliser systématiquement la terreur contre les populations civiles européennes. Dans cette hypothèse, la mission serait de neutraliser impitoyablement tous les agents du FLN liés au terrorisme. Si j’ai bien compris, il serait légitime et même conseillé d’avoir recours à tous les moyens appropriés pour obtenir des renseignements susceptibles de faciliter la mission.

– Tu comprends CE que le gouvernement entend par “tous les moyens appropriés”?

– J’imagine. Je lis les journaux, même les journaux communistes. [...]”

militar da brigada a que pertencia fora promovido: “Não houve recompensa alguma para nenhum dos militares da semi-brigada. Salvamos milhares de civis de um destino funesto mas a República não nos reconhecia (2001b: 72)¹⁰¹.

Ainda demoraria um ano e meio até que Aussaresses fosse destacado para trabalhar junto do General Massu, mas, para ele, ainda que o avanço na carreira não tivesse vindo naquele momento¹⁰², sua atuação em Philippeville fora essencial para ser notado por Massu, que visitara a cidade no dia 22 de agosto tendo se mostrado surpreso, junto às autoridades municipais, com o fato de as forças francesas terem sofrido apenas duas baixas no dia do ataque. Informado sobre o trabalho de Aussaresses, teria se aproximado dele, pouco antes de partir, e perguntado como conseguira as informações sobre o ataque, no que foi esclarecido sobre a ajuda da polícia. Apesar disso, Aussaresses comenta: “Eu ignorava, naquele dia, a que ponto ele tinha me observado” (2001a: 71).

Cerca de um ano e meio depois, no entanto, a situação era crítica em Argel para as forças francesas, e o General Massu recebe do Ministro Residente, Robert Lacoste, a ordem de formar um Estado Maior com poderes policiais e judiciários excepcionais para “extirpar o terrorismo da Grande Argel” (2001a: 87). Para cumprir sua missão, além do Estado Maior oficial – que era composto, dentre outros, por Yves Goddard que era seu segundo na 10ª Divisão Paraquedista e que, em 1948, substituíra Aussaresses no comando do 11º Batalhão de Choque – Massu decide organizar um “Estado Maior Paralelo”, ou seja, não oficial, que teria a função de realizar o “serviço sujo”. Este “Estado Maior Paralelo” teria de ser ocupado por pessoas com o perfil adequado para as tarefas a serem executadas e que fossem da inteira confiança de Massu (ou seja, que não o traíssem). Havia lugar para duas pessoas – que seriam adjuntas de Massu –, uma responsável pelas informações e outra pelas ações. O oficial de informações já tinha sido escolhido, Roger Trinquier, que era próximo de Massu desde a Indochina. Segundo Aussaresses, a ideia desse Estado Maior secreto parece ter vindo de Yves Goddard, que se opunha abertamente à atuação da 10ª Divisão naquele tipo de trabalho e que também não queria se envolver diretamente naquilo (2001a: 92). Teria sido ele, acredita, quem ajudara Massu a escolher Aussaresses como o adjunto “que deveria manter contato

¹⁰¹ “Il n’y eut aucune récompense pour aucun des hommes de la demi-brigade. Nous avons arraché des milliers de civils à un sort funeste mais la République ne nous reconnaissait plus.”

¹⁰² Seria alçado à patente de comandante, o primeiro grau da hierarquia superior do exército francês, no ano seguinte, em 1956.

permanente com a polícia, os comandantes dos [quatro] regimentos e os oficiais de informação desses respectivos regimentos” (2001a: 92). Ele seria, portanto, o homem da ação naquela batalha.

A dupla Aussaresses-Trinquier inicia, portanto, o trabalho que levaria à derrota momentânea da FLN naquele ano de 1957. Trinquier tinha um perfil mais intelectual e foi dele a ideia de numerar todas as casas da Casbah (o maior e principal bairro de população argelina, com cerca de 800 mil habitantes à época, a confiar nos números de Aussaresses), pois, formado por ladeiras e vielas labirínticas, o bairro era praticamente impenetrável às forças francesas, sendo o local onde a FLN estava, àquela altura, melhor instalada. Além de numerar as casas, seus moradores foram recenseados com a informação do habitante mais velho e complementada (conferida) com as informações dadas por seus vizinhos. Se a lista não batia, os nomes conflitantes tornavam-se suspeitos. Encontrados, eram presos e interrogados.

Além disso, toda a Argel foi dividida entre os quatro regimentos de paraquedistas e foi feita a “quadrillage des quartiers” (esquadrinhamento dos bairros), que era o levantamento dos mínimos detalhes de todos os bairros de modo que os paraquedistas conhecessem todos os lugares. Desta forma, a vigília era ostensiva. Tinha tomado corpo a “doutrina francesa”. Todo e qualquer argelino era um potencial inimigo, mas, em tese, as energias deveriam ser concentradas e gastas apenas com os suspeitos de quem se obtivera algum indício de envolvimento direto com a FLN. Nestes casos, não se deveria ter limites, nem na força a ser usada, nem no número de pessoas a serem detidas.

No que se refere à ação, já conhecemos o trabalho de Aussaresses em Philippeville. Ele procedera de forma semelhante em Argel. No desenvolvimento de seu trabalho, estabelecera relações não só com a polícia, mas também com comerciantes, donos de bares, cafetinas etc. A diferença era que, enquanto em Philippeville ele agira por iniciativa própria (levando consigo a suposta recomendação de Mitterrand, como vimos), em Argel ele fora destacado para repetir a ação realizada em Philippeville. Para isso, ele montou duas equipes, cujos membros supostamente não se conheciam, e passava todas as noites ora com uma, ora com outra, a recolher os principais suspeitos detidos pelos oficiais de informação de cada um dos quatro regimentos de paraquedistas

distribuídos por Argel.¹⁰³ A ele, em teoria, só deveriam chegar os casos mais significativos.

Para atuar com mais “tranquilidade”, ocupa uma casa afastada, chamada de “Villa des Tourelles”. É nela que se dão os suplícios mais agonizantes para os argelinos. Quem nela entrava, dela não saía vivo.

O objetivo desse aparato montado pelo coronel Trinquier – que mesmo sendo mais ligado ao planejamento, não era menos violento – e o então comandante Aussaresses, era fornecer informações para preencher o organograma afixado na parede do escritório do Estado Maior, onde se reproduzia a estrutura de organização da FLN, que era piramidal e dividida por células. Cada célula de militantes era composta apenas por 3 indivíduos, que só conheciam seu chefe superior e os dois a quem tinha escolhido para chefiar (esses subordinados, por sua vez, não se conheciam, mantendo contato apenas com seu superior, e os outros dois subordinados que escolheram para chefiar). A partir das informações que serviram para formar a base desse organograma, o objetivo era seguir suas ramificações para chegar – por meio da progressiva coleta de informações utilizando-se dos diferentes meios disponíveis para isso, especialmente os interrogatórios¹⁰⁴ – ao topo, onde estaria o Estado Maior da FLN em Argel, composto por Ben M’hidi, Yacef Saadi e Ali La Point.

Por meio de prisões arbitrárias em massa – estimadas em mais de mil e quinhentas pessoas em pouco mais de dez dias, o que incorria em um fator psicológico tremendo sobre os argelinos, segundo Aussaresses –, torturas (disseminadas por todos os regimentos paraquedistas, e não só na Villa des Tourelles) e execuções sumárias, eles conseguiram fragilizar a greve de 20 de janeiro de 1957 – cujo objetivo era conquistar voz em uma reunião da ONU marcada para aquele dia e despertar a atenção internacional para o caso da independência argelina – e, acima de tudo, ao cabo de seis meses, prender todas as principais lideranças da FLN de Argel naquele momento, executando Ben M’hidi e Ali La Point¹⁰⁵. A Batalha de Argel tinha sido vencida e a

¹⁰³ No documentário *Escadrons de la mort: l'école française*, dirigido por Marie-Monique Robin, Aussaresses é inquirido pela jornalista se a expressão “escadron de la mort” já era usada na época da Batalha de Argel para se referir às suas equipes, ao que Aussaresses responde “sim, sim”.

¹⁰⁴ Como a organização celular era rígida, era fundamental saber a pessoa certa a interrogar. No entanto, acredito que isso não necessariamente diminuía o número de pessoas a serem interrogadas (como sugere Aussaresses), pois, obviamente, de posse do nome de um indivíduo a ser achado, todas as pessoas do seu círculo passam a ser uma importante fonte de informação.

¹⁰⁵ Preso e condenado à morte, Yacef Saadi foi salvo da execução em virtude da anistia geral concedida tanto aos prisioneiros argelinos quanto à extrema-direita francesa pelo General de Gaulle após seu retorno

“doutrina francesa” ganharia fama pelo mundo, chegando aos EUA e à América Latina por meio do livro do coronel Roger Trinquier *La guerre moderne*, de 1961 – que é logo em seguida traduzido pelos norte-americanos para o inglês e, em 1963, para o espanhol, pelos argentinos –, e, também, por meio das aulas do então comandante Paul Aussaresses.

A Guerra da Argélia ainda duraria até 1962, mas o período de atuação nela para Aussaresses findara pouco depois da vitória na Batalha de Argel, pois, mais uma vez, seu destacamento regimental findaria logo em seguida. Novamente, a França sairia derrotada da guerra, mas, neste caso, Aussaresses a deixa no período em que os franceses ainda poderiam se considerar vitoriosos. Sua experiência terá grande valor nos anos seguintes, mesmo após o fim dos conflitos coloniais franceses, com a generalização do suposto embate contra o comunismo tanto no oriente quanto na América Latina. Após sua atuação na Argélia e o fim do sonho de manutenção da “França Imperial”, Aussaresses passa a atuar, então, em nome do capital francês, o que implicava, também, atuar junto aos aliados da França e contra seus opositores, em geral vistos como “comunistas”.

5. APÓS A GUERRA DA ARGÉLIA: UM AGENTE A SERVIÇO DA FRANÇA (E DO CAPITAL)

Quando, em 1942, Aussaresses recebeu do padre Lumley – na verdade um agente secreto – a proposta de cruzar a França e juntar-se à resistência “pelo alto”, o “sim” do jovem oficial confirmava mais que o aceite daquela missão: ali confirmava-se sua opção pelo gaullismo. Aquela missão seria o seu batismo, e o estafante treinamento que receberia até saltar de paraquedas na França, em 1944, sua crisma. Aussaresses não entra na guerra como um gaullista, chega mesmo a ouvir com distanciamento o famoso discurso de De Gaulle em 18 de junho de 1940, transmitido pela BBC de Londres à

ao poder em 1958. Foi a partir das memórias de Saadi que o diretor italiano Gillo Pontecorvo encomendou o roteiro e dirigiu, em 1966, o filme *A Batalha de Argel*, considerado por Aussaresses – em depoimento ao documentário *Escadrons de la mort* – como uma obra “magnífica” por representar muito próximo da verdade o espírito e os métodos daquela Batalha. Segundo Aussaresses “não se podia fazer um filme melhor!”. Ironicamente, tal filme, que tem no povo o principal protagonista da Batalha (e também da guerra) e que foi realizado para ser uma obra de denúncia dos métodos empregados pelos franceses na Argélia, seria censurado ao grande público brasileiro pela ditadura, mas usado como ilustração nas aulas de repressão e tortura feitas pelos militares. Uma análise acurada sobre a questão da tortura e dos direitos humanos, que perpassam o filme e que também tem relação direta com a história do Brasil, é feita pela professora Maria de Lourdes Monaco Janotti em seu artigo “Violência e Política: Brasil e Argélia” (JANOTTI, 2013: 47-82).

França, em apelo à resistência dos franceses e contra a hierarquia militar que aceitara a ocupação, mas sai dela um gaullista puro e duro.

O gaullismo, portanto, é um dos princípios que guiam sua vida e para entender seu percurso é importante também compreender o que significa ser “gaullista”.

O historiador Serge Bernstein, em obra que visa compreender o gaullismo não só na pessoa de De Gaulle, mas também de seus herdeiros políticos, faz a seguinte observação:

É seguramente mais simples falar do gaullismo do que defini-lo. A referência ao pensamento e à ação do General De Gaulle não implica a adesão a doutrina alguma, salvo, talvez, à evocação de “uma certa ideia de França” que abre suas *Memórias de Guerra*, mas que devemos reconhecer que é compatível com inúmeras práticas. Em vida, o General absteve-se de teorizar sobre suas opiniões e atitudes políticas marcadas pela convicção de que a história é o lugar da contingência, diante da qual a única atitude racional e eficaz é o pragmatismo.¹⁰⁶ (2002: 7)

Guiam o gaullismo, portanto, dois princípios: “uma certa ideia de França” e o pragmatismo. Apesar de parecer obscura, essa “certa ideia de França” é precisa: independente de o gaullista ser conservador ou progressista, liberal ou socialista etc., a “ideia de França” que o guia é a de uma França poderosa, autônoma, e orgulhosa de si, daí o pragmatismo que os dirige no objetivo de realizar essa nação. Enfim, para os gaullistas acima de tudo estaria a França.

Até a Segunda Guerra Mundial essa “Grande França” se realiza, principalmente, em seu Império Afro-Asiático. Após a perda desse Império, aquela “certa ideia de França” não morre, mas os franceses buscarão outras estratégias para materializá-la. Em suma, o uso de agentes secretos seria peça auxiliar fundamental aos poderes econômico e político na concretização desse objetivo e é no escancaramento desse *modus operandi* que Aussaresses se entrega em *Je n’ais pas tout dit*.

Antes de tecermos nossos comentários sobre esse livro de 2008, gostaríamos de voltar, porém, a uma ideia apresentada anteriormente. Abrimos o capítulo observando que o Aussaresses que emerge dessa obra é um homem sombrio. Para aquele momento,

¹⁰⁶ “Il est assurément plus simple de parler du gaullisme que de le définir. La référence à la pensée et à l’action du général de Gaulle n’implique l’adhésion à aucune doctrine, sauf peut-être l’évocation de cette ‘certaine idée de la France’ par laquelle s’ouvrent les *Mémoires de guerre*, mais dont il faut bien reconnaître qu’elle est compatible avec de multiples pratiques. De son vivant, le Général s’est bien gardé de théoriser ses vues et ses attitudes politiques son marquées de la conviction que l’histoire est le lieu de la contingence, face à laquelle la seule attitude raisonnable et efficace est le pragmatisme.”

essa ideia bastava, pois estava em foco a figura do General. Aqui, no entanto, gostaríamos de acrescentar que, além do “homem sombrio”, emerge também das páginas desse livro de entrevistas uma “França sombria”. Talvez pelo fato de, como gaullista empedernido, e a exemplo de De Gaulle, Aussaresses enxergar na França uma extensão de si próprio e ver em si a glória e o fracasso da própria França. Essa pode parecer uma interpretação espúria, mas acreditamos que, na cabeça do General, esses elementos realmente se confundam, daí sua total desolação, que também expõe sua revolta, ao entregar, aos 90 anos, suas conclusões finais do referido livro ao jornalista a quem confiara suas “últimas revelações”:

Nasci no começo de um outro século, em 1918, no mês de novembro. Sei que, em pouco tempo, não haverá mais ninguém para opor-se àqueles que querem manter fechada a tampa da história. Eu não gostaria que aqueles hipócritas que retiraram minha Legião de Honra, distinção que adquiri em combate, pudessem continuar a negar a história da França, com suas realidades duras de dizer, mas também duras de ouvir. Depois de mim, não restará mais quase ninguém para falar.

Eu sabia que, contando simplesmente e exatamente aquilo que vivi, vi e fiz há cinquenta anos, eu corria o risco de provocar uma onda de protestos da parte de alguns. Mas fora preciso a série de entrevistas que dei ao jornal *Le Monde*, e a publicação do meu livro em 2001, para que eu compreendesse o quanto dizer toda a verdade é insuportável. Só havia pancadas a tomar, e tomei todas. E foi justamente por esta razão que eu quis testemunhar uma última vez.

Eu fui criticado, vilipendiado e jogado na lama por ter dito aquilo que não se pode dizer. Revelei segredos, é verdade. Eu não estava só a conhecê-los, pois eles estavam guardados na memória de alguns militares e políticos ainda vivos à época. Como me escreveu o General Massu: “Nem toda verdade deve ser dita”.

Se, no entanto, um aventureiro experimenta fazê-lo, um complô é montado contra ele acreditando-se que, advertido do perigo, ele voltaria rápido para o seu lugar. Desta vez, e com a idade que tenho, não preciso “voltar para meu lugar”. Penso, sinceramente, que depois de ter aberto uma brecha, em 2001, desobedecendo talvez pela primeira vez em minha vida, adquiri o direito de completar neste livro o meu testemunho. [...] ¹⁰⁷ (2008: 287-288)

¹⁰⁷ “Je suis né au début d’un autre siècle, en 1918, au mois de novembre. Je sais que, dans peu de temps, il n’y aura plus personne pour contrer ceux qui veulent maintenir fermé le couvercle de l’Histoire. Je ne voudrais pas que les hypocrites qui m’ont enlevé la Légion d’honneur, distinction que, moi, j’ai acquise au combat, puissent continuer à nier l’histoire de France, avec ses réalités dures à dire et à entendre. Après moi, il ne restera plus grand monde pour parler.

Je savais qu’en racontant simplement et exactement ce que j’avais vécu, vu et fait depuis cinquante ans, je risquais de provoquer un tollé de la part de certains. Mais il a fallu la série d’entretiens que j’ai accordés au journal *Le Monde*, et la sortie de mon livre en 2001, pour que je comprenne à quel

Ou seja, a decisão de avançar em suas revelações, ainda que movida pela decepção em virtude da retirada de sua Legião de Honra (e do processo que sofrera, não esqueçamos), é absolutamente racional. Se ele ajudara a construir aquela França, a história dele também era a história da França. Logo, se ele perdera sua “honra”, nada mais justo que mostrar aos franceses e ao mundo como a França – na pessoa de seus chefes de Estado – construíra a honra dela na segunda metade do século XX. Enfim, expondo suas memórias, ao que tudo indica ele se propõe a mostrar “uma outra história da França”.

Dentre as revelações feitas no livro, a primeira diz respeito à “Operação *Malo*”, um tráfico de ópio que teria sido realizado em 1953 pelo SDECE, na Indochina, com o objetivo de arrecadar fundos para pagar os “honoráveis correspondentes”¹⁰⁸ com quem o Serviço de Ação mantinha contato no exterior. O ópio seria adquirido no Laos e revendido a intermediários. Questionado se teria participado desta ação, Aussaresses comenta: “De modo algum participei diretamente da ‘Operação *Malo*’, mas sei que esse tráfico não rendeu pouco dinheiro à República. Desta forma, nós pudemos financiar algumas atividades paralelas. [...]”¹⁰⁹ (2008: 36).

Em seguida, jornalista e general entregam-se a um extenso diálogo sobre a Guerra da Argélia e, em especial, sobre o “caso Audin”, já comentado. Desta conversa, um detalhe macabro acrescentado por Aussaresses é sintomático, pois será retomado posteriormente, que é sobre a tentativa de conter as vendas de armas à FLN, na Suíça. A certa altura, reafirmando a eficácia dos serviços especiais franceses, ele comenta sobre o modo como os traficantes eram mortos: “Os alvos geralmente levavam uma bala na cara

point dire la vérité était insupportable. Il n’y avait que des coups à prendre, et je les ai tous pris. C’est pour cette raison que j’ai voulu témoigner une dernière fois.

J’ai été critiqué, vilipendé, traîné dans la boue pour avoir dit ce qu’il ne fallait pas dire. J’ai révélé des secrets, c’est vrai. Je n’étais pas seul à les connaître, ils étaient scellés dans la mémoire de quelques militaires et hommes politiques encore vivants à l’époque. Comme me l’a écrit le général Massu, ‘Tout vérité n’est pas bonne à dire’.

Si, quand bien même, un téméraire essayait de le faire, une cabale serait montée contre lui, on crierait au loup et il rentrerait bien vite dans le rang. Pour une fois, et à mon âge, je n’ai pas besoin de ‘rentrer dans le rang’. Je pense sincèrement, qu’après avoir ouvert une brèche en 2001, en désobéissant peut-être pour la première fois de ma vie, j’ai acquis le droit de compléter dans ce livre mon témoignage. [...]”

¹⁰⁸ Não fica claro ao que Aussaresses está se referindo, mas, no contexto, parece uma referência irônica aos informantes que a França tinha no exterior.

¹⁰⁹ “Non, pas du tout, je n’ai pas participé directement à l’opération *Malo*, mais je sais que ce trafic a rapporté pas mal d’argent à la République. Ainsi nous avons pu financer quelques activités parallèles. [...]”

saindo de casa ou indo a algum encontro marcado. E jamais houve o menor incidente [para as forças francesas], veja só!” (2008: 41)

Findo o tema “Argélia”, o entrevistador aproveitou a recorrência do tema das operações “homo” para questionar sobre quem as decidia, ao que é respondido prontamente:

Para as operações “homo”, a decisão era tomada pela Presidência da República. Era ela que dava seu aval após uma troca de opiniões com o Diretor dos Serviços Especiais. Obviamente, jamais havia ordem escrita...¹¹⁰ (2008: 99)

A essa resposta, Deniau questiona: “*e de quantas operações desse tipo o senhor tem conhecimento?*” Ao que é respondido: “*Não sei.*” Deniau então pressiona: “*O senhor não quer dizer?*”. E Aussaresses é peremptório: “*Não quero dizer.*” O jornalista, então, desiste de insistir na pessoa do General e muda o foco: “*[mas] elas duraram até quando? Em 1975, quando o senhor deixou os serviços secretos, elas continuaram?*” E, à resposta do General, “*sim*”, Deniau faz Aussaresses envolver todos os primeiros presidentes da Quinta República: “*Então houve operações “homo” sob De Gaulle?*”¹¹¹ / “*Sim.*” / “*Sob Pompidou?*”¹¹² / “*Sim.*” / “*Sob Giscard?*”¹¹³ / “*Sim.*”¹¹⁴ (2008: 99-100)

¹¹⁰ “Pour les opérations ‘homo’, la décision était prise par le Président de la République. C’était lui qui donnait son accord après un échange de vues avec le Directeur des Services spéciaux. Bien sûr, il n’y avait jamais d’ordre écrit...”

¹¹¹ O governo constitucional do General de Gaulle corresponde ao período de 1958 a 1969.

¹¹² Georges Pompidou, que fora Primeiro Ministro de De Gaulle, governa a França de 1969 a 1974.

¹¹³ Valéry Giscard d’Estaing governa a França entre 1974 e 1981, sendo sucedido por François Mitterrand (1982-1995), que será implicado por Aussaresses em outra parte do texto, e de forma ainda mais acintosa.

¹¹⁴ “– *Et des opérations de ce type, vous en avez connaissance de combien?*

– Je ne sais pas.

– *Vous ne voulez pas le dire?*

– Je ne veux pas le dire.

[...]

– *Et elles ont duré jusqu’en quelle année ? En 1975, quand vous avez quitté les services secrets, il y en avait encore ?*

– Oui.

– *Il y en a eu sous de Gaulle?*

– Oui.

– *Sous Pompidou?*

– Oui.

– *Sous Giscard?*

– Oui”

A pressão do jornalista não se detém aos “sims” dados pelo General, que, pressionado por exemplos, cita o caso do assassinato, em 1960, de Félix-Roland Moumié, um médico e político camaronês de esquerda que, exilado na Suíça, opunha-se à influência francesa em seu país após a independência.¹¹⁵ O relato de Aussaresses sobre a missão será longo, mas, para o que nos interessa – compreender como o poder oculto age – basta apresentar o método utilizado para crime: o agente escolhido para assassinar Moumié fora o jornalista octogenário William Bechtel, membro civil¹¹⁶ do Serviço de Ação¹¹⁷, que, junto com uma jovem, simulara um jantar no restaurante do hotel em que Moumié estava hospedado. Este, seduzido pela moça, teria ingerido duas porções de um veneno colocadas em sua bebida. (Ver: AUSSARESSES, 2008: 107-115)

É após narrar o caso de Moumié – que é mais uma demonstração de como ele era bem informado sobre as ações do SDECE – que Aussaresses descreve suas principais atividades após a Guerra da Argélia. Primeiro, para demonstrar como atuou no interesse da França em diferentes territórios, segundo, para mostrar como a democracia francesa não tinha escrúpulos em se aliar com nenhum tipo de governo, seja à direita, seja à esquerda. Seja uma democracia não muito bem quista pela opinião pública francesa (como os EUA, de quem a França procurou, em público, manter um certo distanciamento), seja de ditaduras, como a brasileira ou a argentina. Neste último caso, Aussaresses dirá inclusive que a França fez jogo duplo na Guerra das Malvinas, fornecendo material para os dois lados em conflito.

Em relação ao período em que esteve nos EUA (1961-1964), Aussaresses nos informa que, em virtude da Guerra do Vietnã, na qual os norte-americanos estavam metidos desde 1955 e cujos métodos de ação sabiam pouco, o Secretário de Estado dos EUA, Robert McNamara, havia solicitado ao Ministro das Forças Armadas (Ministre

¹¹⁵ Sobre o papel da Suíça naquele contexto, Aussaresses acusa, a certa altura: “[...] no momento da descolonização, a Suíça era um refúgio ideal para todos aqueles que se opunham aos jovens regimes africanos que tínhamos colocados sob nossas asas” (2008: 105). No original: “*Dans ces années-là, au moment de la décolonisation, la Suisse était un refuge idéal pour tous les opposants aux jeunes régimes africains que nous avions pris sous notre aile.*”

¹¹⁶ Sobre a escolha de Bechtel, Aussaresses explica: “Bechtel era o homem ideal: era jornalista e ia e vinha dos países da Europa há muitos anos. Era, portanto, dificilmente identificável. Quem desconfiaria de um homem desta idade [80 anos]?” (2008: 106) No original: “*Bechtel était l’homme idoine: il était journaliste, faisait beaucoup d’allées et venues en Europe et il était difficilement repérable.*”

¹¹⁷ Segundo Aussaresses, no SDECE havia um serviço especializado nas questões africanas, o chamado “Serviço 7”, que era dirigido, naquele momento, por Guy Marienne.

des Armées) de De Gaulle, Pierre Messmer, o envio de instrutores que tivessem combatido nas guerras coloniais francesas, ao que foi prontamente atendido.¹¹⁸

Aussaresses sugere que o governo tinha visto naquela solicitação uma oportunidade para espionar as forças armadas norte-americanas, pois, ao expor a Deniau qual seria sua missão naquele país, explica que, para o governo francês, interessava “*obter informação sobre os métodos do exército americano para o benefício de nossas tropas. Estávamos especialmente interessados nas técnicas de instrução do exército americano.*”¹¹⁹ (2008: 118) Por outro lado, o objetivo dos norte-americanos era aprender as técnicas da “doutrina francesa” (vitoriosa até aquele momento na Argélia) para empregá-la na Indochina em apoio ao Vietnã do Sul (República do Vietnã), capitalista, na guerra que travava com o Vietnã do Norte (República Democrática do Vietnã), comunista, e que contava com o apoio logístico da China, URSS e da Coreia do Norte. Logo, sua missão oficial nos EUA seria dar cursos para os oficiais norte-americanos, leque que logo seria ampliado.

Inicialmente, Aussaresses foi para a Escola de Infantaria de *Fort Benning*, na Geórgia, mas, supostamente a convite do chefe da escola de formação das forças especiais norte-americanas, *Fort Bragg*, na Carolina do Norte, foi convidado a ser um dos instrutores desta escola.

Após questionamento de Deniau sobre o que ensinara aos americanos, profere uma resposta didática em meio ao diálogo que se estabelece:

[Aussaresses] – [Mostrei-lhes] [...] todas as técnicas da guerra subversiva: a luta contra a guerrilha urbana, a divisão dos bairros por zonas de atuação, a infiltração como fizera em Philippeville e durante a Batalha de Argel, e [...], sobretudo, nossos métodos para obter informação.

[Deniau] – *O senhor pode entrar em detalhes sobre o ensino da guerra subversiva?*

[Auss.] – Eu os ensinava como o Estado Maior francês procedeu na luta contra a guerrilha urbana. Descrevia-lhes as diferentes etapas das operações a serem conduzidas para erradicar o terrorismo. Primeiramente, as prisões preventivas para

¹¹⁸ No documentário *Escadrons de la mort*, a jornalista Marie-Monique Robin informa que a parceria entre os EUA e a França envolvia o envio de 10 veteranos da Guerra da Argélia que teriam ido dar instrução nas escolas norte-americanas, mas só Aussaresses vai à *Fort Bragg*.

¹¹⁹ “[Deniau] – *Et quelle était as mission?*

[Aussaresses] – Elle était, à l’origine, de s’informer sur les méthodes de l’armée américaine pour en faire bénéficier nos tropes. Nous étions spécialement intéressés par les techniques d’instruction de l’U.S. Army.”

neutralizar os dirigentes. Depois, [...] a divisão dos bairros por zonas de atuação, a exploração das informações e as prisões. [...]

[Deniau] – *Fale das prisões. O que o senhor ensinava aos estagiários?*

[Auss.] – Ensinava-lhes como proceder inteligentemente a determinadas prisões. Elas não deveriam ser efetuadas por qualquer um e a qualquer hora. É preciso saber montar uma equipe que procederá ao trabalho discretamente ou não, dependendo do objetivo.

[Deniau] – *E depois, o senhor ensinava o quê aos seus alunos?*

[Auss.] – Bom, os métodos de como fazer as pessoas falarem...¹²⁰
(2008: 128-129)

Como já comentamos, a tortura é a base desse método, mas Aussaresses continua sua fala observando que alertava seus alunos para a necessidade de ela não ser indiscriminada. Segundo o general: “era muito raro que interrogássemos alguém tomado ao acaso em nossas batidas”¹²¹ (2008: 130). Em relação a isso, ele não aprofunda seu raciocínio, mas deixa subentender que a energia gasta em indivíduos que pouco pudessem contribuir para o objetivo a ser alcançado não compensava. O ponto capital era obter alguma denúncia sobre os indivíduos que tivessem relevância efetiva dentro do objetivo a ser alcançado. E tais denúncias poderiam chegar aos militares por diferentes meios: “[...] Era a informação clássica que nos permitia levar algumas pessoas a denunciar outras, ou utilizávamos das técnicas de infiltração nos grupos terroristas. [...]”¹²² (2008: 130) Então, capturado o indivíduo cuja informação ou indícios o

¹²⁰ “[Je leur apprenais] [...] toutes les techniques de la guerre subversive, la lutte contre la guérilla urbaine, le quadrillage des quartiers, l’infiltration comme je l’avais fait à Philippeville et pendant la bataille d’Alger, et puis, surtout, nos méthodes pour récolter du renseignement.

– *Vous pouvez entrer dans les détails de l’enseignement de la guerre subversive ?*

– Je leur apprenais comment l’état-major français avait procédé pour lutter contre la guérilla urbaine. Je leur décrivais les différentes étapes des opérations à mener pour éradiquer le terrorisme, d’abord les arrestations préventives pour neutraliser les meneurs, puis, [...] le quadrillage des quartiers, l’exploitations du renseignement et les arrestations. [...]

– *Parlons des arrestations. Vous leur appreniez quoi, aux stagiaires ?*

– Je leur apprenais comment procéder intelligemment à des arrestations ciblées. Elles ne doivent pas être effectuées par n’importe qui et à n’importe quelle heure. Il faut savoir monter une équipe qui procédera au travail discrètement ou pas, suivant le but recherché.

– *Et après, vous appreniez quoi, à vos élèves ?*

– Eh, bien, les méthodes pour faire parler les gens...”

¹²¹ “[...] C’était très rare que nous interrogiions des personnes prises au hasard dans des rafles.”

¹²² “[...] C’était du renseignement classique qui nous permettait d’amener certaines personnes à en dénoncer d’autres, ou bien nous utilisions des techniques d’infiltration dans les groupes terroristes. [...]”

implicassem dentro do jogo estabelecido, o uso da tortura dependeria da disposição dele em falar ou não.

Por fim, um elemento de suas aulas que Aussaresses não comenta em *Je n'ai pas tout dit*, mas que é comentado por ex-alunos seus – como o Coronel Carl F. Bernard, veterano do Vietnã e que depois passou a militar contra a tortura – no documentário *Escadrons de la mort*, é sua orientação para que também fosse realizada a execução sumária dos interrogados após a obtenção da informação necessária.¹²³

De nosso ponto de vista, a questão dos métodos de tortura, não é, de fato, o que de relevante se passava nas aulas de Aussaresses em *Fort Bragg*. Acharmos pouco provável que os norte-americanos tivessem necessidade da contribuição francesa nesse quesito. Ainda que se possa especular sobre o *know-how* francês adquirido em virtude de sua intensa e recente experiência naquele momento. A questão central dos ensinamentos franceses, nos EUA, é o método de trabalho como um todo, em primeiro lugar, explicitando a ineficiência das tropas tradicionais nesse tipo de combate e a necessidade da internalização de uma lógica de combate não convencional, onde valeria tudo. Em segundo lugar, entra a questão do método de trabalho que, mesmo agindo de forma não convencional, é planejado minuciosamente, como a longa citação anterior sobre o ensino da guerra subversiva demonstra.

Além do ensino aos oficiais norte-americanos em *Fort Bragg*, tais princípios seriam também ensinados aos oficiais que eram enviados àquela escola pelos “países aliados”, muitos deles do continente americano: “Bolívia, Argentina, México, Colômbia, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Venezuela” (2008: 125). O objetivo era disseminar esse conhecimento para os países que tinham esquerdas atuantes, vistas genericamente como “comunistas”. Além dos oficiais dos “países aliados” que iam a *Fort Bragg*, tal conhecimento era repassado, ainda, aos latino-americanos na Escola das Américas, no Panamá, pelos norte-americanos que tinham tido aulas com Aussaresses em *Fort Bragg*. (Ver: ROBIN, 2003)

Era, portanto, sua experiência com a guerra revolucionária que Aussaresses trazia na bagagem quando fora destacado como adido militar para o Brasil em outubro de 1973, logo após o golpe de Pinochet no Chile. Aqui ele terá, mais uma vez, a oportunidade de ministrar aulas semelhantes às que ministrara em *Fort Bragg*: instalado

¹²³ Segundo Aussaresses, apesar das críticas posteriores de Bernard, ele teria se especializado em “operações paralelas”, vindo também a se tornar instrutor das mesmas técnicas em Fort Bragg (2008: 123).

junto à embaixada francesa, em Brasília, passava o seu tempo entre os contatos com os militares brasileiros do alto escalão, bem como com os adidos militares de outros países da América Latina, e suas aulas de “técnicas da Batalha de Argel” (2008:159) em duas escolas, a Escola Nacional de Informação (EsNI), que, criada em 1971, localizava-se em Brasília, e no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), criado em 1964 e localizado em Manaus, para onde viajava ao menos uma vez por mês. Neste Centro, além da instrução aos estagiários brasileiros, também ministrava aula para estagiários vindos de diferentes países latino-americanos.

Aussaresses comenta com o jornalista Denieau, de forma mais precisa, sua atuação no CIGS, explicitando as características desse Centro, o tipo de aluno que treinava e a prática de suas aulas: as “técnicas” a que se referia eram “a divisão dos bairros por zonas de atuação, a busca e exploração das informações, as prisões”¹²⁴, e, claro, as execuções sumárias (2008: 159).

[Auss.] – Este centro era único em toda a América Latina. Não havia muitas vagas, logo, a seleção [de alunos] era rigorosa. Manaus recebia apenas oficiais.

[Deniau] – *De quais graus?*

[Auss.] – Todos, mas principalmente jovens oficiais superiores. Formei brasileiros, seguramente, mas também chilenos, venezuelanos, argentinos.

[Deniau] – *Os argentinos disseram que em Manaus se ensinava tortura utilizando-se prisioneiros vivos. É verdade?*

[Auss.] – Não sei. Não creio, mas pode ser.

[Deniau] – *E a tortura, como acontecia?*

[Auss.] – Ensinava-lhes as técnicas – não eram feitas diante deles. Contava para eles como as coisas tinham se passado [em Argel].

[Deniau] – *O ensino da tortura era unicamente teórico, então? Ou havia exercícios?*

[Auss.] – Havia exercícios.

[Deniau] – *Em cobaias... Havia estagiários que representavam o papel de torturados e outros o de torturadores?*

[Auss.] – Isso mesmo...

[Deniau] – *Cada um representava o seu papel?*

[Auss.] – Sim.

¹²⁴ “Mon programme consistait à apprendre à nos élèves la guerre-contre-révolutionnaire. En clair, j’enseignais les techniques de la bataille d’Alger, c’est-à-dire le quadrillage des quartiers, le renseignement et l’exploitation des informations, les arrestations...”

[Deniau] – *Mas eles não a praticavam realmente?*

[Auss.] – Não.

[Deniau] – *Mas às vezes eles realmente torturavam?*

[Auss.] – Às vezes eles torturavam realmente...¹²⁵ (2008: 160-161)

Além de expor que o ensino da tortura era feito por meio de exercícios práticos realizados entre e pelos próprios alunos, a fala de Aussaresses é interessante no que se refere à característica do CIGS, “um centro único em toda a América Latina”, pois indica a importância assumida pela ditadura civil-militar brasileira no contexto da repressão não só às guerrilhas de esquerda locais, mas também aos diferentes movimentos de esquerda dos países vizinhos.

Jean Deniau, intrigado com a descrição de Aussaresses, expõe-lhe as conclusões a que tal fala poderiam levar: “*De fato, então, o senhor formava brasileiros especialistas em tortura que, depois, exportaram suas técnicas para outros países da América Latina?*” Ao que recebe, do velho General, uma resposta seca: “Sim, exatamente.”¹²⁶ (2008: 162)

Esse trecho de suas memórias torna-se ainda mais interessante quando temos em mente a chamada Operação Condor, que colocou em regime de cooperação, a partir de 1975, os serviços secretos de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e, posteriormente, Peru, visando o compartilhamento de informações sobre os militantes de esquerda que fugiam dos países citados em busca de clandestinidade em qualquer

¹²⁵ “[...] J’ai formé des Brésiliens, bien sûr, mais aussi des Chiliens, des Vénézuéliens, des Argentins.

– *Des Argentins ont dit qu’à Manaus, on enseignait la torture sur des prisonniers vivants. C’est vrai ?*

– Je ne sais pas. Je ne crois pas, mais ça se pout.

– *Et pour la torture, ça se passait comment ?*

– On leur enseignait les techniques – on ne le faisait pas devant eux – ; on leur racontait comment ça se passait.

– *L’enseignement de la torture, c’était uniquement théorique, donc ? Ou est-ce qu’il y avait des exercices ?*

– Il y avait des exercices.

– *Sur des cobayes... Il y avait des stagiaires qui jouaient le rôle de tortures et d’autres celui de tortionnaires ?*

– Voilà.

– *Chacun jouait son rôle ?*

– Oui.

– *Mis ils ne le faisaient pas vraiment ?*

– Non.

– *Mais parfois ils le faisaient vraiment ?*

– Parfois ils le faisaient vraiment...”

¹²⁶ “En fait, vous formiez des spécialistes de la torture brésiliens, qui ont, par la suite, exporté leur techniques dans d’autres pays d’Amérique latine ?

– Oui.”

dos países membros do consórcio. Para além do compartilhamento de informações, no entanto, o objetivo da operação, que durou até meados dos anos 1980, era a captura e eliminação de tais militantes, independente do lugar onde estivessem.¹²⁷ Ou seja, ainda que Aussaresses negue colaboração francesa na Operação Condor (como afirma em outra passagem do livro), seu próprio depoimento sugere que, pelo menos indiretamente, a França colaborara, por meio de um agente seu no Brasil, na articulação entre os vários países da região nos anos que a precederam, dando formação para seus oficiais em território brasileiro.

Mas, como é sempre previsível, se havia o interesse brasileiro (e de seus aliados) na especialidade de Aussaresses, havia, também, o interesse francês a ser observado na região. Em sua obra, o velho General não aborda qual seria sua missão no Brasil. A esse respeito, é curioso que, em geral, Aussaresses é sempre claro ao se referir às suas missões. No entanto, no caso de sua missão brasileira, ele apenas se refere, de forma genérica, à obtenção de informações, sem especificá-las (2008: 141-142). Todavia, em tese defendida em 2012 na Universidade de Toulouse sobre o papel dos adidos militares franceses no Brasil entre 1947 e 1975, o historiador brasileiro Rodrigo Nabuco de Araújo alerta para a centralidade do trabalho desses personagens na conquista da confiança dos oficiais brasileiros para o estabelecimento de um proveitoso comércio de armas (Ver: ARAÚJO: 2013). Portanto, paralelo ao trabalho como instrutor, é no Brasil que Aussaresses iniciará sua ainda longa carreira como negociante de armas, trabalho ao qual se dedicará após sua reforma no exército, em 1975, quando também é promovido à patente de general.

No início dessa seção, observamos que, ao que tudo indica, em *Je n'ai pas tout dit* Aussaresses se propõe a mostrar-nos “uma outra história da França”, o que, por sua

¹²⁷ Apesar de as investigações referentes à Operação Condor estarem avançadas em outros países do Cone Sul, como na Argentina, onde já houve, inclusive, processos judiciais e condenação de militares envolvidos na cooperação, no Brasil o conhecimento sobre tema ainda é incipiente. Negada pelas Forças Armadas brasileiras, só em 2014 apareceram os primeiros documentos militares que, para além de investigações jornalísticas (Ver Cunha: 2009), comprovam a participação do Brasil em suas atividades. Tais documentos tinham sido apreendidos na casa do coronel reformado Paulo Malhões que – após ter contado, em março de 2014, à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro detalhes sobre o desaparecimento e morte, na ditadura, do deputado federal cassado Rubens Paiva, bem como sobre o modo como o CIE (Centro de Informações do Exército) atuava arrancando as arcadas dentárias e as pontas dos dedos dos prisioneiros mortos para impedir a identificação dos corpos na famigerada Casa da Morte, em Petrópolis – foi encontrado morto em seu sítio, localizado em Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. (Ver “Documentos comprovam cooperação entre ditaduras latinas”. In: *Carta Capital*, 26 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/documentos-do-exercito-comprovam-cooperacao-entre-ditaduras-latinas-6764.html>>. Sobre os processos na argentina ver: “Justiça argentina condena à prisão perpétua 5 agentes da ditadura”. In: *O Globo*, 13 mar. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/justica-argentina-condena-prisao-perpetua-5-agentes-da-ditadura-7822375#ixzz3KtFaYCzh>>. Acessos em 01 dez 2014.

vez, nos ajuda a perceber como o próprio agente, a serviço do governo de seu país, contribui para a defesa do capital (seja francês, seja internacional). Já vimos como ele atuou em auxílio aos norte-americanos, em sua guerra contra os comunistas no Vietnã, e como também contribuiu para a repressão às esquerdas atuantes no Brasil e no Cone Sul. Para além disso, no entanto, entre as diversas revelações testemunhadas por Aussaresses nesse livro – decorrentes de sua disposição em arrastar para junto de si seus superiores, ou seja, colar sua história na história dos chefes de estado e vice-versa –, acho relevante a sequência de 79 páginas, divididas em cinco capítulos, onde ele implica Giscard e Mitterrand em sua atividade de mercador de armas, função assumida em 1976, após sua reforma do exército, quando entra para os quadros da fabricante de armas francesa Thomson-Houston-Hotchkiss-Brandt (Ver: 2008: 177-256) .

Sua estratégia para implicar tais homens é demonstrar que toda negociação de armas feita por qualquer fabricante francês só é concluída com a aprovação do governo. Além disso, muitas vezes o governo chega mesmo a agir como um “traficante de armas” quando, por exemplo, as vende para os sandinistas, sob Mitterrand, sem que nenhum registro da negociação tenha sido feito oficialmente. Giscard, por sua vez, para concluir uma grande venda aos bolivianos, teria pagado vultosa comissão a um ex-nazista, Klaus Barbie, que dirigiu o serviço de polícia nazista em Lyon entre 1942 e 1944 e que era procurado pela justiça francesa. Além disso, o governo francês, como já comentado, teria negociado armas com o governo racista sul-africano (logo, tais armas serviram para matar a comunidade negra), com as diversas ditaduras latino-americanas, além de ter feito jogo duplo na Guerra das Malvinas, fornecendo armas para a Argentina ao mesmo tempo em que as fornecera para os ingleses destruírem as armas francesas que os argentinos tinham adquirido. Os detalhes fornecidos por Aussaresses sobre tais negociações (que não são as únicas) são abundantes, mas, para o que nos concerne neste tópico, apenas a citação dos casos acima é suficiente.

Como mencionamos no início do capítulo, são muitas as especulações levantadas para que Paul Aussaresses tenha decidido sair do anonimato e entrado para a história por meio de suas entrevistas e livros. O fato que pouco se comenta, como explica a professora Maria de Lourdes Monaco Janotti, é que seus depoimentos vieram à tona no momento em que alguns setores da Resistência francesa estavam sendo contestados. Nas palavras da professora, naquele momento:

A França vinha fazendo um acerto de contas com seu passado. Estavam sendo divulgados escândalos sobre membros da Resistência, denúncias de políticos contemporâneos como colaboracionistas do governo de Vichy, enriquecimento ilícito durante a ocupação alemã, arbitrariedades dos membros do governo do Marechal Charles de Gaulle. [...] (JANOTTI, 2013: 61)

Ou seja, a memória da Resistência – cujo mito vinha sendo construído desde o discurso proferido por De Gaulle na primeira cidade francesa em que pisou após seu retorno do exílio, Bayeux¹²⁸, em 14 de junho de 1944, e que fora reforçado quando o mesmo De Gaulle, agora como presidente, concedeu, em 1964, um lugar no Panteão¹²⁹ francês a um dos grandes líderes da Resistência na Zona Ocupada, o socialista Jean Moulin (1889-1943), esquecendo-se de outros, como o jornalista Pierre Brossolette (1903-1944), cujo lugar no Panteão só seria concedido, depois de muito debate, em fevereiro de 2014 – estava em xeque, assim como continua.

A esse respeito, em texto sobre a memória da Resistência, a historiadora Denise Rollemberg comenta:

A memória de 1940, já no início da década de 1990, havia se tornado a “memória onipresente, às vezes, invasora, constrangedora, carregada de obrigação”.

[...]

No difícil caminho em direção ao passado, num dado momento, *todos resistentes* passaram a ser *todos colaboracionistas*. Para Laborie, as “generalizações abusivas”, as “alternativas simplistas”, “radicalmente reduzidas a condenações sem apelação” fazem com que “se trate menos de enfrentar a complexidade, menos de compreender que de formular vereditos ou mesmo estigmatizar” o “problema dos comportamentos” – que é o que está “no coração do debate”. Na simples troca de sinais, o desconhecimento daqueles anos permanecia.

Esta História – como qualquer outra – mostra-se bem mais complexa e rica do que as interpretações maniqueístas supunham. Para compreendê-la, um longo percurso de desconstrução da memória, erigida em mitos, silêncios e esquecimentos. Rompendo

¹²⁸ Onde, recebido como herói e falando a uma multidão emocionada, pediu aos cidadãos que continuassem “com a luta hoje como não o deixaram de fazer desde o início da guerra, desde junho de 1940” (DE GAULLE. Apud: COOK, 2007: 240), sugerindo a existência de uma feroz e generalizada resistência desde o início da ocupação, o que não era verdade, nem pela data, nem pela amplitude que seus discursos davam ao movimento visando atribuir a toda população francesa um orgulho e atitudes que, na verdade, restringiam-se a grupos restritos.

¹²⁹ “[...] catedral laica dos *grandes homens da Pátria reconhecida*, como dizem as letras douradas envelhecidas no alto do monumento erguido na colina de Santa Genoveva, padroeira de Paris.” (ROLLENBERG, 2013: 81)

com os campos delimitados de *resistentes* ou *colaboracionistas*, Pierre Laborie, inspirado em Primo Levi, viu a *zona cinzenta*, o enorme espaço entre os dois polos, formulando o conceito *penser-double*, chave para entender o que não cabe nas fronteiras bem marcadas – ou se é isto ou aquilo. Muitas vezes, se é um e outro, se é duplo. Na *ambivalência*, que não é sinônimo de contradição – desconcertante para muitos –, estaria a França dos anos *confusos*.

Enfim, a sociedade francesa – e não somente os historiadores – já tem um passado deste passado, uma história dessa história. Os debates estão em jornais, revistas, cinema, televisão. São polêmicos, intensos, tensos difíceis. Uma presença constante. Falam do passado, mas também – ou sobretudo – do presente. Projetam o futuro. Desfazem mitos, constroem outros... (ROLLEMBERG, 2013: 86)

Apesar de Rollemberg não detalhar, nos últimos anos tem ocorrido uma disputa pela memória entre resistentes de grupos distintos¹³⁰. E Aussaresses, neste contexto, representa um dos grupos da direita francesa que vinha sendo atacada. Seus depoimentos iniciais, apesar de implicar pessoas do seu próprio grupo, não deixam de ser uma tentativa de tentar restabelecer e recolocar sua posição, e a de seu grupo, no lugar em que acreditava estar. Para o velho General, ele e seus congêneres tinham sido grandes resistentes, verdadeiros heróis da nação. Mais que isso, mesmo após o fim da ocupação nazista, teriam continuado sua guerra contra “o inimigo”, em diferentes lugares, “pela França” e a favor dos franceses. Se, com o tempo, suas revelações passam a implicar em mais que a reivindicação desse heroísmo, tomando um caráter de denúncia quase feroz de seus superiores e dos chefes de estado aos quais serviu, revelando segredos e expondo todo um sistema até então oculto, é outra questão.

O fato é que há muito de enigma e mistério na história que Aussaresses nos conta por meio de suas memórias. Mesmo assim, elas nos fornecem muitos fios que envolvem desde questões políticas, militares e econômicas, a questões morais, éticas ou até mesmo filosóficas. E muitos desses fios, claro, ainda se desenrolam até hoje, como também começaram a ser trançados antes de o próprio General ter entrado em sua trama. Para a continuação deste trabalho, portanto, e em virtude de nossas pesquisas, optamos por seguir dois desses fios sugeridos por sua trama, os que se referem às questões militares e econômicas, porém, agora voltando-nos para o Brasil.

¹³⁰ Apesar de um termo genérico identificar todos os que lutaram contra a ocupação nazista de 1940 a 1944, a “Resistência Francesa” fora um movimento plural, que abarcava indivíduos de diferentes matizes religiosas, políticas e ideológicas. Da esquerda à direita, houve resistentes. Um bom ensaio sobre sua pluralidade e as diversas motivações que teriam levado indivíduos de diferentes matizes a entrar para a resistência é o livro de Michèle Ansart-Dourlen, *Le choix de la morale en politique*. (Ver: ANSART-DOURLLEN, 2004)

Assim como no primeiro capítulo, em que o contexto foi descrito para que pudéssemos adentrar e compreender as memórias de Aussaresses, buscando tirar delas elementos que nos ajudassem a compreender melhor aquele contexto, para o próximo capítulo as memórias de Aussaresses, que foram descritas aqui, nos ajudarão a compreender melhor relações em que muitas vezes ele não estava implicado diretamente, mas que seu país estava, e está, como veremos. De certa maneira, sai de cena a pessoa do velho General para entrar a máquina a qual pertencia, o Estado Francês, e que o general acreditava representar e argumentava servir, justificando seus atos.

III. BRASIL E FRANÇA: QUANDO UMA DITADURA E UMA DEMOCRACIA SE APROXIMAM

Em 16 agosto de 2013, no auditório do Centro Tecnológico da Marinha, localizado junto ao Campus da Universidade de São Paulo, anunciava-se o início das atividades da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), uma estatal de capital aberto. Como a grande imprensa brasileira é controlada por setores que defendem o “Estado mínimo”, poder-se-ia supor que haveria um certo volume de críticas à criação dessa estatal. Porém, o que se viu foi um quase absoluto silêncio em alguns dos principais órgãos da grande imprensa brasileira, como os jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*.¹³¹ Até mesmo uma matéria do carioca, mas não menos conservador, *O Globo*, com um capcioso título “Governo cria 126ª estatal, a Amazul”¹³² – cujo objetivo implícito, creio, seria dar ao leitor exclusivo de títulos a impressão de que o governo está criando “mais uma” empresa para empregar seus “apadrinhados políticos” ou “desperdiçar” dinheiro público (críticas comuns entre aqueles que defendem o Estado mínimo) – não sustenta, em seu bojo, a crítica implícita no topo da matéria que, lida atentamente, defende a estatal. Assim, após citar a lei que criou a empresa (Lei nº. 12.706/2012) e transcrever o trecho da mesma que fornece seu objetivo, “promover, desenvolver, absorver, transferir e manter tecnologias necessárias às atividades nucleares da Marinha do Brasil e do Programa Nuclear Brasileiro PNB”, a matéria é concluída – por meio da fala de um especialista em infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Carlos Campos – com um prognóstico positivo em relação ao futuro da empresa. Para o referido especialista:

a curto prazo, parece exagerado criar estatais para cuidar de projetos específicos, mas, se capacitadas do ponto de vista tecnológico, elas podem ser uma boa saída no longo prazo. [...] ¹³³

¹³¹ Nestes dois órgãos da imprensa paulista, que se propõem a ser órgãos da imprensa “nacional”, é gritante o quase silêncio em relação à criação da Amazul. As poucas matérias do jornal *O Estado de S. Paulo* apenas noticiam a criação da Amazul, sem entrar em maiores detalhes. Por sua vez, a única matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo* a fazer referência à Amazul, reduz-se a citá-la apenas como mais uma das “estatais que não geram receita” para o governo e que, por isso, “necessitam do dinheiro do contribuinte”, dentre outras que foram criadas pelo Governo Federal desde que o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder em 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1210590-governo-acelera-a-criacao-de-estatais-que-nao-geram-receita.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

¹³² *O Globo*, 09/08/2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/governo-cria-126-estatal-amazul-5748945>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

¹³³ “Governo cria 126ª estatal, a Amazul”. *Op. Cit.*

O que estaria por trás de uma empresa que, criada sem alarde pelo governo, é praticamente ignorada na grande mídia ou, quando é citada, gera, por exemplo, uma matéria contraditória, como vimos no caso acima, em que o texto defende a estatal que é implicitamente criticada no título?

Para responder a essa questão temos de observar mais de perto os projetos aos quais esta empresa está envolvida. Para isso, nossas principais fontes são as provenientes da marinha e do Ministério da Defesa, órgãos aos quais a Amazul está vinculada, bem como sites especializados em defesa, onde temos acesso a debates de especialistas sobre o assunto, obtendo, assim, mais dados sobre seus propósitos e projetos.

Investigando nessas fontes, somos informados de que – segundo Fernanda Corrêa, historiadora, estrategista e pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense:

além de tornar viável a construção do primeiro submarino nuclear brasileiro e nacionalizar a industrialização do ciclo do combustível nuclear e da própria tecnologia de construção de reatores, [a Amazul] contribuirá na estruturação da indústria de defesa, fomentará a implantação de novas empresas no setor nuclear e proporcionará um enorme arraste tecnológico, estimulando a inovação de processos e produtos de aplicação civil e militar.¹³⁴

A Amazul nasceu, portanto, como uma empresa central em um setor sensível da indústria brasileira, a indústria bélica e nuclear, e tem, dentre seus projetos, um que desde 1979 é almejado pela Marinha brasileira: a construção de submarinos nucleares.

Atualmente, há apenas cinco nações no mundo que possuem capacitação para projetar, construir e operar esse tipo de equipamento – EUA, Inglaterra, França, Rússia e China¹³⁵, todas membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – e, segundo matéria publicada no jornal *Valor Econômico*, “somente duas nações têm no

¹³⁴ “A Defesa em Debate - Amazul: Tecnologia Nuclear e Submarinos do Brasil”. In: *Defesanet*. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/prosub/noticia/11889/A-Defesa-em-Debate----Amazul--tecnologia-nuclear-e-submarinos-do-Brasil/>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

¹³⁵ BRASIL. Ministério da Defesa (MD). Apresentação do projeto do submarino nuclear brasileiro pelo ministro da Defesa Nelson Jobim: 42. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/Apresentacao_do_Ministro_Nelson_Jobim.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2013.

futuro previsível condições de ingressar no clube dos submarinos nucleares: Brasil e Índia.”¹³⁶

O desenvolvimento desse tipo de arma, porém, é complexo não só do ponto de vista tecnológico, mas também do custo, elementos interligados, pois requer grande investimento em pesquisa e, logo, em recursos humanos. A Amazul visa resolver essencialmente a questão dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento, pois, criada como estatal de capital aberto, possibilitaria a contratação de especialistas a preço de mercado e não mais com salários definidos pelas regras internas da Marinha.¹³⁷

Para compreender os investimentos que estão por trás desse projeto, porém, precisamos ter em mente um fator econômico central para o governo brasileiro atualmente, aquele que é chamado, dentro da Marinha, de Amazônia Azul (daí o acrônimo que gera a sigla da estatal). Tal nome faz referência a uma faixa contínua do território marítimo brasileiro que hoje corresponde a 3,5 milhões de Km², podendo chegar a 4,5 milhões de Km² se for aceita na ONU uma reivindicação brasileira de acréscimo desse território. Esta área, maior que a da Amazônia territorial, além de possuir, segundo especialistas, uma biodiversidade comparável à da própria Amazônia¹³⁸, abrigaria ricas jazidas de cobalto, ouro, diamante e urânio, além de ser rica fonte de pescados e o local onde está localizado o Pré-sal.¹³⁹ O submarino nuclear seria, portanto, uma das armas usadas pela Marinha brasileira na proteção dessa área.

Justificando a necessidade de posse dessa tecnologia pelo Brasil, o Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha brasileira, compara os submarinos convencionais e nucleares e argumenta que,

No caso dos convencionais, a capacidade de ocultação tem que ser periodicamente quebrada, uma vez que necessitam, a intervalos,

¹³⁶ “Submarino vira modelo de parceria tecnológica entre França e Brasil”. *Valor Econômico*, 10 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/prosub/noticia/8955/Submarino-vira-modelo-de-parceria-tecnologica-entre-Franca-e-Brasil>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

¹³⁷ O programa nuclear da Marinha é antigo, e remonta ao final da década de 1970. Em 1982 foi criada, pela Marinha, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), que possuía um setor responsável pelo desenvolvimento de seu Projeto Nuclear. Desta forma, apesar de o programa exigir técnicos altamente capacitados, tais técnicos ficavam subordinados às normas e salários definidos pelas regras da Marinha, que ficava aquém do mercado, fazendo com que muitos técnicos deixassem o Projeto Nuclear da Marinha, para seguir outras carreiras mais atraentes. A Amazul nasceu, portanto, de uma divisão da Emgepron, com cerca de mil de seus funcionários que estavam ligados ao Projeto Nuclear da Marinha.

¹³⁸ Para essa afirmação, ver texto do oceanógrafo Frederico Brandini, disponível em: <<http://www.oeco.org.br/frederico-brandini/20930-amazonia-azuluma-ova>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

¹³⁹ Para mais informações sobre a Amazônia Azul, ver site institucional da Marinha Brasileira: <http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/amazonia_azul.htm>.

recarregar suas baterias. Para tanto, devem se posicionar próximo à superfície do mar e, por meio de equipamento especial, [...] aspirar o ar atmosférico, para permitir o funcionamento dos motores diesel e a renovação do ar ambiente. Nessas horas, em função das partes expostas acima d'água, tornam-se vulneráveis, podendo ser detectados por radares de aeronaves ou navios. Para limitar tal exposição, devem economizar energia ao máximo, o que lhes limita a mobilidade. Por isso, são empregados segundo uma estratégia de posição, isto é, são posicionados em uma área limitada, onde permanecem em patrulha, a baixa velocidade. Em razão disso [...], são normalmente empregados em áreas litorâneas. [...]

Para os nucleares, a fonte de energia é um reator nuclear, cujo calor gerado vaporiza água, possibilitando o emprego desse vapor em turbinas. [...]

Diferentemente dos submarinos convencionais, os nucleares dispõem de elevada mobilidade. São fundamentais para a defesa distante das águas oceânicas (águas profundas). Por possuírem fonte virtualmente inesgotável de energia e poderem desenvolver altas velocidades, por tempo ilimitado, cobrindo rapidamente áreas geográficas consideráveis, são empregados segundo uma estratégia de movimento. Em face dessas características, podem chegar a qualquer lugar em pouco tempo, o que, na equação do oponente, significa poder estar em todos os lugares ao mesmo tempo. [...]¹⁴⁰

Sozinho, no entanto, o Brasil possui limitações técnicas e orçamentárias que fariam com que tal projeto demorasse longo tempo até sua conclusão, ainda que já domine a tecnologia de enriquecimento de urânio.¹⁴¹

Devido às limitações brasileiras e à estratégia de defesa da “Amazônia Azul” pela marinha, em 2008 o Brasil buscou na França uma parceria para viabilizar seu projeto. Com isso, foi criado o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) – do qual a Amazul é um desdobramento – com o objetivo de viabilizar a construção do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear e mais quatro submarinos convencionais diesel-elétricos. Segundo matéria do jornal *Valor*

¹⁴⁰ “A importância da construção do submarino de propulsão nuclear brasileiro”. s/d. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/cm/Aimportanciadaconstrucaodosubmarinodepropulsaonuclearbrasilero/Aimportanciadaconstrucaodosubmarinodepnb.htm>. Acesso em: 21 nov. 2013.

¹⁴¹ Conhecimento desenvolvido em decorrência de uma parceria selada junto ao governo alemão que, em 27 de junho de 1975, assinou com o Brasil o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Por meio desse acordo, a Alemanha se comprometia a repassar ao Brasil a “tecnologia de enriquecimento e reprocessamento de urânio” (AGUILAR, 2010: 115), parceria que deu início ao programa nuclear brasileiro propriamente dito. A parceria Brasil-Alemanha, porém, foi retaliada pelos EUA que ameaçaram “aplicar barreiras alfandegárias contra produtos brasileiros e alemães, bloquear a exportação de determinados produtos para os dois países, bloquear o acesso do Brasil aos mercados financeiros, embargar o fornecimento de urânio enriquecido para a Alemanha e retirar as tropas norte-americanas baseadas naquele país.” (AGUILAR, 2010: 123). Para mais informações sobre a questão nuclear no Brasil (e também na Argentina, que teve o seu programa nuclear criado na mesma época e que, nos anos 1980, tornou-se parceira do Brasil). (Ver: AGUILAR, 2010: 110-134.)

Econômico, esta parceria deu ensejo, até àquele momento, ao “maior contrato militar internacional do Brasil [...], estimado em R\$ 15 bilhões (€ 6,7 bilhões) [...].”¹⁴²

O objetivo do Brasil nessa parceria com a França é, além de renovar sua frota de submarinos (cinco, todos convencionais), nacionalizar – por meio de transferência de tecnologia dos franceses aos brasileiros – todo o processo de produção de submarinos, desde a concepção à fabricação. De acordo com a mesma reportagem, “com a parceria, a França ganha escala e dinamismo, e o Brasil acelera sua capacitação tecnológica.” Porém, nesse processo, cabe “ao Brasil o desenvolvimento do motor a propulsão nuclear e da ‘ilha nuclear’ do estaleiro”, ou seja, o acordo não pressupõe a transferência da tecnologia nuclear propriamente dita, e é neste contexto que entra a Amazul como um elemento fundamental para a concretização dos objetivos do ProSub.¹⁴³

Tal parceria visa, ainda, colocar Brasil e França em posição mais confortável no disputado mercado internacional de armas, dado que não escapou ao olhar da equipe que viajou à França em nome do *Valor Econômico*¹⁴⁴ para conhecer o estaleiro da empresa francesa responsável pela transferência de tecnologia aos brasileiros, a Direction des Constructions Navales et Services (DCNS), localizado em Cherbourg, onde parte do projeto está sendo desenvolvido. Neste sentido, os redatores comentam que:

Os franceses detêm todo o leque das indústrias de soberania, como espacial, defesa, nuclear, Aeronáutica e construção naval. Mas sua condição é de potência média, enfrentando cada vez mais dificuldades para garantir sozinha as economias de escala necessárias para continuar na vanguarda tecnológica e industrial.

[...]

[Com este projeto conjunto,] os franceses procuram mostrar que o Brasil é mais do que um grande cliente de equipamentos, e sim um

¹⁴² “Submarino vira modelo de parceria tecnológica entre França e Brasil”. *Valor Econômico*, 10 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/prosub/noticia/8955/Submarino-vira-modelo-de-parceria-tecnologica-entre-Franca-e-Brasil>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

¹⁴³ Segundo matéria sobre o ProSub em *O Estado de S.Paulo*, “a longo prazo o ProSub é ambicioso. Prevê, até 2047, uma frota formidável, com seis submarinos nucleares e 20 convencionais - 15 novos e mais cinco outros revitalizados. O custo estimado de cada navio atômico passa pouco dos 550 milhões. O primeiro sairá por 2 bilhões, consideradas a transferência da tecnologia, e a capacitação do País para projetar essa classe de embarcação militar.” Ver: “Marinha testa combustível nuclear na Noruega”. *O Estado de S.Paulo*, 12 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,marinha-testa-combustivel-nuclear-na-noruega,1031078,0.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

¹⁴⁴ Achamos importante ressaltar a importância dada ao tema por esse jornal que, fundado numa parceria entre a *Folha de S.Paulo* e as *Organizações Globo*, é especializado em economia, negócios, investimentos e finanças. Direcionado a executivos, é o único dos jornais lidos que apresenta o tema em profundidade. Seu viés é a oportunidade de negócios existente por trás dos projetos de defesa do Governo Federal brasileiro.

parceiro estratégico para dividir o custo da inovação tecnológica. Os dois governos querem estimular *joint ventures* para competir juntos no mercado internacional contra rivais dos Estados Unidos e da China.

Enfim, o estabelecimento desta parceria entre Brasil e França, em 2008, em um setor extremamente restrito, sugere-nos algumas perguntas: em que se baseiam os franceses para confiar ao Brasil sua tecnologia de construção de submarinos convencionais e, sobretudo, nucleares? Ou, dito de outro modo, o que torna o Brasil, segundo o embaixador brasileiro em Paris, José Maurício Bustani, um “parceiro privilegiado [dos franceses], com quem a cooperação não tem limites”¹⁴⁵? Além disso, o que faz o Brasil acreditar que, de fato, é um “parceiro privilegiado” dos franceses e que essa transferência de tecnologia realmente “não tem limites” da parte dos franceses?

Afirmar que essa é uma parceria econômica, onde os custos do desenvolvimento conjunto aliviam os gastos das duas nações, é ver somente a superfície da questão, pois a transferência de uma tecnologia como esta – dominada apenas pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – pressupõe uma relação mais profunda que uma mera (ainda que conveniente) parceria econômica em um setor estratégico. Neste sentido, basta lembrar que, na década de 1980, os alemães desenvolveram, junto com o Brasil, quatro dos cinco submarinos que a Marinha Brasileira possui atualmente, mas, ainda que militares e engenheiros brasileiros tenham participado do processo de fabricação de tais veículos, ficou de fora desses projetos a efetiva transferência de tecnologia aos técnicos brasileiros.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Ver reportagem de *Valor Econômico*, citada. Em tempo, abrimos esse texto comentando a incongruência dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Do nosso ponto de vista, como defensores do Estado mínimo, mas também como formadores de opinião, suas matérias são contraditórias, pois, do ponto de vista político, têm a necessidade de demarcar sua posição junto ao imaginário social. Porém, do ponto de vista econômico, a Amazul é a ponta do iceberg de um grande negócio que interessa a empresários franceses e brasileiros. Daí a grande importância dada a ela pelo jornal *Valor Econômico*, de circulação mais restrita.

¹⁴⁶ De acordo com as fontes lidas, a construção do submarino nuclear é o elemento mais complexo do ProSub. Porém, uma nação só pode almejar a construção de um submarino de propulsão nuclear após ter adquirido *know-how* na construção de submarinos convencionais e é esse o principal conhecimento que os franceses estão transferindo aos brasileiros em Cherbourg, Lorient, Toulon, Sophia-Antipolis e Saint-Tropez onde, desde 2010 – quando começou a construção do primeiro submarino, em Cherbourg –, mais de 220 brasileiros receberam cursos e programas de formação sobre o desenvolvimento de projetos dos submarinos, sistemas de combate, sonares e torpedos, por exemplo. Destes 220, cerca de 80 militares e engenheiros já voltaram ao Brasil para treinar pessoal suplementar. (Ver matéria do *Valor Econômico*, citada).

1. DA MISSÃO GAMELIN (1919-1940) À GUERRA FRIA

Em virtude do que fora exposto anteriormente e nos dois primeiros capítulos desta dissertação, acreditamos que, além das evidentes motivações econômicas, possa haver outros fatores que possibilitaram a aproximação entre brasileiros e franceses para a parceria estabelecida em 2008, sendo, talvez, um dos mais importantes a existência de uma histórica ligação entre as forças armadas brasileiras e francesas que ocorre, de maneira decisiva, desde a Missão Militar Francesa, também chamada de “Missão Gamelin” (referência ao nome de seu primeiro chefe, General Maurice Gamelin), que se deu no entre-guerras, entre 1920 e 1940, e que, ao longo dos seus 20 anos, trouxe mais de 200 militares e oficiais franceses como instrutores para o Brasil (ARAÚJO, 2011: 11).

O historiador Manoel Domingos Neto, em artigo sobre a influência estrangeira no exército brasileiro (DOMINGOS NETO, s/d), por exemplo, comenta que tal influência era disputada, entre o final do século XIX e o início do século XX, entre as principais potências da época – Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e França –, tendo sido (em virtude de estágios oferecidos pelas potências aos oficiais brasileiros que viajavam para o referido país para conhecer sua estrutura militar, armas, etc.) o modelo germânico o que, primeiro, despertou o interesse de grande parte dos militares brasileiros, ganhando o apoio da “muito lida revista *A Defesa Nacional* [...] (ROLLAND, 2005: 171)”. No entanto, a derrota da Alemanha na Primeira Guerra, bem como a vitória francesa, teria contribuído para a proeminência do grupo de oficiais que, apesar de não necessariamente se estruturarem como grupo, defendiam o modelo militar francês. Neste contexto até mesmo os antigos “germanófilos” – também chamados de “jovens turcos” – que se estruturavam em torno da revista *A Defesa Nacional*, “até então ardente propagandista da Alemanha” (ROLLAND, 2005: 171), passam a defender uma missão francesa para o Brasil.

Para que compreendamos a força da Missão Gamelin dentro de exército brasileiro, é importante que tenhamos clareza da importância que a instituição militar brasileira tinha ganhado no século XIX e o modo como estava estruturada no início do século XX.¹⁴⁷

¹⁴⁷ Para o histórico que segue, nos baseamos essencialmente em Manuel Domingos Neto (s/d).

Instituição marginal durante grande parte do Império, já que a política regionalista priorizava as milícias sustentadas pelas oligarquias locais, é com a Guerra do Paraguai (1864-1870) que o exército se projeta sobre as forças militares locais e ganha ares de instituição efetivamente nacional. Tendo mostrado sua força naquele conflito, passa, então, a reivindicar melhoras em sua estrutura junto ao governo imperial e a condição de “defensores da pátria”. Teria sido, portanto, o malogro em suas reivindicações que teriam levado os militares a participar ativamente do golpe que derrubou Dom Pedro II. Após este golpe, sua força não para de crescer, como demonstrado na defesa da ordem socioeconômica instalada quando combate, e vence, os insurrectos de Canudos (1896-1897) e do Contestado (1914-1916). Apesar disso, a instituição não tinha, ainda, recebido a valorização requerida e estaria muito defasada em relação às organizações militares do mundo industrializado. Essa situação começa a se modificar no início do século XX, mas é com a Missão Gamelin que as transformações mais significativas são instituídas.

Segundo o General Aurelio de Lyra Tavares, que fora aluno dessa missão e que viria a desempenhar importantes papéis durante a ditadura civil-militar brasileira¹⁴⁸, para sua realização o presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) teria incumbido Pandiá Calógeras, que viria a ser seu Ministro da Guerra, de “conduzir as gestões necessárias junto ao Governo francês para [sua] contratação [...]” (1979: 268). As tratativas são acertadas ao longo de 1919, sendo o contrato assinado em setembro daquele ano, iniciando-se, então, os preparativos dessa longa missão que chega ao Brasil em 1920 e que estava incumbida de modernizar o exército brasileiro.

A descrição de Lyra Tavares sobre as consequências da Missão Militar Francesa para o exército brasileiro explicita que não fora só a estrutura organizacional e de equipamentos que fora modificada, mas a própria estrutura do pensamento militar brasileiro fora alterada ao longo daqueles 20 anos em que os franceses estiveram no Brasil. Nesse período,

¹⁴⁸ Personagem pouco estudado na historiografia brasileira, o General Lyra Tavares teve papel destacado nos bastidores do regime militar, sobretudo nos anos de maior repressão aos opositores do regime. Em 1966 assume o comando da Escola Superior de Guerra (ESG) e, pouco depois, o de Ministro da Guerra de Artur da Costa e Silva. Com a doença e morte deste, torna-se um dos três membros da junta militar que assume o governo em agosto de 1969 até a eleição e posse de Médici. No governo Médici, assume, em 1970, a embaixada brasileira em Paris – logo após a gestão de Bilac Pinto, que fora embaixador brasileiro na capital francesa de 1966 a 1970 – com a missão de melhorar a imagem do Brasil na França, melhorar as relações comerciais entre os dois países e, com o crescimento do número de exilados brasileiros naquele país, fornecer as condições necessárias para que o SNI pudesse vigiar de perto os exilados mais destacados. (Para este último item, ver “Les échanges d’informations secrètes”. ARAÚJO, 2011: 407-414.)

Estabeleceu-se uma orientação doutrinária de base. Foram criadas várias Escolas modernas, a começar pela de Estado-Maior (École Supérieure de Guerre) e de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro. Elas passaram a ser os centros essenciais da criação de uma nova mentalidade militar, que começou, então, a surgir. Todos os oficiais foram obrigados a fazer os novos cursos. Reorganizaram-se as Armas e os Serviços do Exército. (1979: 270-271)

A Missão Francesa, portanto, dera uma “feição inteiramente nova” ao exército brasileiro, feição esta exaltada por Lyra Tavares não só em sua organização, mas também por meio da criação de “uma nova mentalidade militar”. Ou seja, a influência francesa no seio do exército brasileiro serviria como um divisor de águas em sua estrutura e forma de pensar (e agir, claro).

Comentando esta missão, o historiador Rodrigo Nabuco de Araújo observa que:

A missão Gamelin conhece diferentes períodos, caracterizados, às vezes, pela personalidade de seus chefes militares e pela conjuntura política. [...] De 1920 a 1930, os oficiais franceses são responsáveis pelo ensino nas escolas superiores militares: é o período de formação dos oficiais superiores. Entre 1930 e 1934, a missão forma os instrutores brasileiros que sucedem os franceses nas escolas do Estado-Maior. 1934-1940 marca o período de reestruturação do Estado-Maior, quando os oficiais franceses assumem o papel de assessores e orientam as reformas do Estado-Maior. [...] ¹⁴⁹ (ARAÚJO, 2012: 83)

O cientista político João Roberto Martins Filho, por sua vez, adentra no ideário desta missão ressaltando seu caráter “civilizador”, já que no seu cerne estava o *éthos* do Exército colonial francês. Além disso, essa missão teria um caráter regenerador para os próprios franceses. Neste sentido, tomando de empréstimo as palavras de Hubert Lyautey, Martins Filho comenta que “o papel do Exército colonial não era meramente a conquista de colônias, mas também a reconstrução espiritual da França” (Apud MARTINS FILHO, 2012: 523), palavras sobre as quais se ouviam, também, ecos das

¹⁴⁹ “La mission Gamelin connaît différentes périodes, caractérisées à la fois par la personnalité des chefs militaires et par la conjoncture politique. Nous distinguons trois moments. De 1920 à 1930, les officiers français sont responsables de l’enseignement dans les écoles supérieures militaires : c’est la période de formation des officiers supérieurs. Entre 1930 et 1934, la mission forme les instructeurs brésiliens qui prennent la relève des Français dans les écoles d’état-major. 1934-1940 marque la période de restructuration de l’état-major lorsque les officiers français assument le rôle d’assesseurs et orientent les réformes de l’état-major. [...]”

ideias do general prussiano Carl von Clausewitz para quem a “força moral” seria a base da regeneração militar e nacional. Objetivando explicitar com mais detalhe essas ideias, Martins Filho comenta:

O solo que permitiu a aproximação entre franceses e brasileiros foi uma visão de mundo comum, fundada na ideia de que os males de seus respectivos países só seriam suplantados quando os valores militares da ética, ordem, disciplina, dever e unidade suplantassem as mazelas do mundo “político” ou “civil”. Aos oficiais inconformados com as práticas do regionalismo da República Velha brasileira, soavam bem as críticas de Lyautey às influências negativas do republicanismo francês ou sua convicção de que, seguindo a experiência do Exército colonial, era “absolutamente necessário reunir a autoridade civil e a militar” da Nação. No Brasil, essas orientações desembocaram na associação do Exército à meta do desenvolvimento industrial do país, como elemento indispensável para a defesa nacional [...]. (MARTINS FILHO 2012: 524-525)

Segundo o mesmo autor, tais princípios teriam “calado fundo” nos alunos brasileiros daquela missão – como no próprio marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente militar –, que os retomariam nas décadas seguintes, quando tornam-se protagonistas da política nacional.

No entanto, apesar de reconhecerem a importância desta missão para a modernização do exército brasileiro, os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, e a derrota francesa em 1940, geraram novas reflexões nos militares brasileiros, que não deixaram de criticar o foco defensivo da estratégia francesa, como fizera o próprio Castelo Branco. Para este, tais princípios teriam, por exemplo, contaminado a doutrina e o planejamento do exército brasileiro para uma eventual guerra contra a Argentina (MARTINS FILHO, 2012: 524).

Com o fim daquela missão em 1940 e os desdobramentos da Segunda Guerra, a predominância francesa perde força junto aos militares brasileiros.

O declínio francês, no entanto, não é explicado apenas em função de questões militares, pois a Segunda Guerra deu aos norte-americanos a oportunidade que esperavam para aumentar, de maneira mais incisiva, sua influência sobre a América Latina. Em elucidativa passagem de seu clássico *Brasil, de Getúlio a Castelo*, Thomas Skidmore explicita toda movimentação ocorrida no final da Era Vargas que arrastou o Brasil para a guerra ao lado dos americanos, ao mesmo tempo em que propiciou ao Estado Novo de Vargas grandes vantagens econômicas:

A intervenção do governo federal na economia brasileira, se bem que já estivesse explicada em termos de nacionalismo econômico e defesa militar, foi grandemente acelerada pela Segunda Guerra Mundial. A entrada formal do Brasil na guerra, em 1942, deu oportunidade a um esforço de mobilização econômica em escala total [...]. A necessidade óbvia de matérias-primas e bens manufaturados, vitais para o esforço e guerra, deu nova importância ao programa do governo Vargas, de empresas financiadas pelo Estado.

Como os brasileiros forneceram bases vitais para a batalha do Atlântico Norte, de importância fundamental, o governo norte-americano estava ansioso por ajudar o esforço de mobilização de Vargas. O governo americano já se havia comprometido com a ajuda ao desenvolvimento econômico do Brasil em 1940, colocando à disposição empréstimos a longo prazo do Export-Import Bank, em troca da garantia de suas bases no Brasil. O primeiro compromisso foi um empréstimo de 20 milhões de dólares para a nova Companhia Siderúrgica Nacional. Esse apoio ao investimento público na indústria básica, em um país subdesenvolvido, refletia uma mescla de motivos, do ponto de vista norte-americano. Por um lado, demonstrava o desejo da administração New Deal, de Roosevelt, de dar substância econômica à política de Boa Vizinhança. Ao mesmo tempo, representava uma tentativa de realizar antigas ambições americanas de maior penetração comercial na América Latina, através das novas e heterodoxas medidas de ajuda governamental dos Estados Unidos aos programas de industrialização dirigidos pelo Estado. [...]

Em 1942, a participação americana no desenvolvimento econômico brasileiro tornou-se maior ainda, quando a administração Roosevelt enviou uma missão técnica para ajudar a planejar a mobilização do Brasil. O trabalho dessa missão, chefiada por Moris Llewellyn Cooke, foi o começo de uma longa e estreita colaboração entre os planejadores econômicos dos dois governos. A Missão Técnica Americana contribuiu de maneira significativa para o que foi o primeiro levantamento técnico dos recursos brasileiros [...]. (SKIDMORE, 1982: 67-68)

Após a Segunda Guerra, como comentamos no primeiro capítulo dessa dissertação, os norte-americanos assumem cada vez mais a liderança mundial do bloco ocidental e, por meio de tratados como o TIAR e de órgãos como a OEA, impõem-se como dominantes na região. Como ressalta Sérgio Luiz Cruz Aguilar, citando o cientista político argentino Francisco Rojas Aravena, com isso, no contexto da Guerra Fria, os norte-americanos tornam-se “simultaneamente, organizadores da segurança, [e] fornecedores de armas e de ajuda militar [...]” (AGUILLAR, 2010: 88)

Apesar da hegemonia norte-americana na organização das forças armadas brasileiras a partir da Segunda Guerra Mundial, bem como no fornecimento de armas e

munição para o Brasil, a “mentalidade”, nas palavras Lyra Tavares, ou o *éthos* do Exército colonial francês, segundo Martins Filho, mantiveram-se entre os militares brasileiros. E seria esse elemento, somado à tradição brasileira de enviar militares para fazer cursos na França – e que não se extinguiu no contexto da Guerra Fria –, que teria contribuído para a assimilação, entre os brasileiros, da doutrina francesa da guerra revolucionária nos anos que precedem ao golpe de 1964. Inicialmente tais princípios seriam assimilados pela via teórica, como veremos, já durante a ditadura o que se dá são cursos práticos, como vimos no caso das aulas de Paul Aussaresses no período em que esteve aqui (1973-1975).

Enfim, mais que um *éthos*, as análises sobre a derrota francesa na Indochina e, sobretudo, a atuação dos paraquedistas na Batalha de Argel, permitiram aos franceses oferecer aos seus antigos alunos uma doutrina adaptada não mais à “civilização” de “povos bárbaros”, mas à luta contra os “novos bárbaros”, os comunistas. E seria essa “doutrina francesa” que, no momento em que o Brasil busca uma autonomia militar e sobretudo armamentista em relação aos EUA, se constituiria na fresta encontrada pelos franceses para buscarem uma retomada daquele mercado perdido após o fim da Missão Gamelin. Contaria para isso, no entanto, a cada vez mais complicada Guerra do Vietnã, que, sugando as energias dos EUA, fazem com que este país arrefeça sua política de controle sobre a América Latina, permitindo aos países da região uma relativa autonomia na aproximação de novos parceiros (HOBSBAWM, 2005; VISENTINI, 2006).

No tópico a seguir nos aprofundaremos na compreensão dessa doutrina militar francesa criada no pós-guerra, da qual já tratamos no capítulo anterior, quando abordamos as ações de Aussaresses na Argélia e, também, quando descrevemos sua passagem por *Fort Bragg*, onde ministrou cursos para as forças especiais norte-americanas e para oficiais latino-americanos. Naquele capítulo, porém, ela foi vista com ênfase em seu aspecto prático e, sobretudo, na questão da violência. Aqui a abordaremos do ponto de vista teórico, que também implica a questão da violência, sobretudo da tortura, mas que mostrará que ela é muito mais ampla. Além disso, discutiremos como, muito antes da vinda de Aussaresses para o Brasil, essa doutrina se disseminou tanto dentro das forças armadas brasileiras, como entre os civis, bem como o papel que ela desempenhou aqui, complementando o ideário da Doutrina de Segurança Nacional que já vinha sendo gestado e difundido dentro das Forças Armadas e no seio da sociedade civil.

2. TEORIA E PRÁTICA: A DOCTRINA DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL E O GOLPE DE 1964

O COMANDO GERAL DEMOCRÁTICO dirige-se ao POVO BRASILEIRO visando:

ESCLARECÊ-LO, mediante a perfeita compreensão da guerra revolucionária desencadeada em nossa PÁTRIA;

CONCLAMÁ-LO à imediata mobilização de seus valores humanos – Homens e Mulheres – para a defesa das instituições democráticas;

ORGANIZÁ-LO, para impedir a iminente comunização do BRASIL – supremo achincalhe à honra dos Brasileiros Livres.

Prepara-te para o DIA DO NÃO à comunização do BRASIL!

Se assim procederes, teus filhos orgulhar-se-ão de ti. Não permitas que as circunstâncias conduzam a que, no futuro, sejas inquirido por eles:

O que fizeste para evitar “isto”?

C G D

A citação acima é a apresentação de um pequeno livro-folheto de 53 páginas intitulado *Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*, publicado pela Livraria do Globo, em 1964. Seu autor, Pedro Brasil, é um pseudônimo, bem como o suposto “Comando Geral Democrático” (CGD) parece não ter existência enquanto instituição reconhecida e assumida por algum grupo na sociedade civil da época. Thomas Skidmore atribui a autoria de tal livro ao então deputado federal Olavo Bilac Pinto que, dentro da UDN (União Democrática Nacional) rivalizava com Carlos Lacerda a liderança da extrema-direita udenista (SKIDMORE, 2003: 333; 493, nota 33)¹⁵⁰.

Acreditamos que a referência a “Pedro”, apóstolo que consolida a igreja cristã após a morte de Jesus Cristo, bem como a um suposto “Comando Geral Democrático”,

¹⁵⁰ Skidmore não explicita as evidências que ele usou para atribuir a autoria do *Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil* ao líder udenista Bilac Pinto, que publicara no início daquele mesmo ano um livro de título muito semelhante *Guerra Revolucionária*. Talvez por que, em 1966, quando publicou a primeira edição brasileira de *Brasil: de Getúlio a Castelo* isso não lhe tenha parecido importante.

dirigido por esse “apóstolo do Brasil”, cumpram bem a função a que veio o livro-folheto: a defesa da civilização cristã brasileira contra a “besta-fera” comunista, essencialmente autoritária. Aliás, “Comandos” de direita, àquela altura, não eram raros de se encontrar no Brasil, pois é difícil não associar o suposto “CGD” (Comando Geral Democrático) ao concreto “CCC” (Comando de Caça aos Comunistas), surgido em 1963.

Com sua pequena obra, Bilac Pinto não fazia mais que cumprir uma das fases daquilo que ele explica com maestria em seu texto, a doutrina da guerra revolucionária. Seu livro-folheto nada mais é do que a concretização de uma das fases da doutrina francesa, a “guerra psicológica”: “ação insidiosa e persistente sobre o moral e o sentimentalismo dos indivíduos e das MASSAS, com a finalidade de conquistá-los” (PEDRO BRASIL, 1964: 17). Seu livro não vem com a tiragem, mas sua apresentação, linguagem, conteúdo e conclusão (“*BRASILEIRO: [...] Faz este livro circular*”), indicam ter sido elaborado para “as massas”.

Deputado naquele 1964, Bilac Pinto era um civil imbuído das doutrinas militares que vinham sendo estudadas dentro da caserna desde a segunda metade da década de 1950 e que influenciou de maneira decisiva os oficiais que orquestraram o golpe de 1964. No início daquele mesmo ano, em 23 de janeiro, na primeira intervenção do então deputado, ao tomar a palavra na Câmara dos Deputados, o tema de sua fala fora a guerra revolucionária que estaria lhe deixando apreensivo em relação à “normalidade da vida constitucional do país” (Apud MARTINS FILHO, 2008: 47). Segundo Martins Filho, ao detalhar a doutrina da guerra revolucionária em seu discurso, o deputado estava “com olhos na divulgação de seu pronunciamento na imprensa, assegurada pelo apoio de grandes jornais à mobilização golpista [...]” (MARTINS FILHO, 2008: 47).

Introduzimos este tópico com um exemplo concreto de uma das fases da guerra revolucionária para expor uma de suas principais características que – como ressaltou o coronel Augusto Fragoso em sua palestra intitulada “Introdução ao estudo da guerra revolucionária” ministrada a alunos do segundo período do curso de Estado-Maior e Comando da Escola Superior de Guerra – “extravasa, de muito, o campo puramente militar” sendo também um enfrentamento “entre indivíduos e partidos”, “entre ideias e opiniões”. (FRAGOSO, 1959: 1-2)¹⁵¹

¹⁵¹ No site do Arquivo Ana Lagôa (AAL), do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, há quatro documentos disponíveis para download sobre a Guerra Revolucionária

No início de 1964, portanto, a “guerra revolucionária” era, já, assunto de civis e, ainda que a “grande massa” de civis não se dessem conta, estava disseminada no seio da sociedade. Para compreender esse movimento, é importante que compreendamos o que seria, efetivamente, a guerra revolucionária, para além do que já vimos quando das explicações de Aussaresses sobre sua atuação na Batalha de Argel, em 1957.

A guerra revolucionária é, em primeiro lugar, uma doutrina aberta, ou seja, adaptável a um inimigo interno, seja independentista, comunista ou outro qualquer que, infiltrado no meio da população, tenha como fim a dissolução da unidade nacional para a derrubada de um regime estabelecido. Direcionada à “guerra interna”, a guerra revolucionária é, portanto, uma doutrina que serve à manutenção do *status quo*. Como vimos por meio da fala do coronel Fragoso, uma de suas principais características é a indistinção entre os meios militares e não militares no desenvolvimento do conflito. Desta forma, política, ideologia e força militar propriamente ditas combinam-se, estando as operações bélicas localizadas na última etapa do conflito. Neste sentido, é importante observarmos que essa indistinção entre meios militares e não militares na ação abre espaço para que os militares ajam por meios extremos na suposta defesa da sociedade contra seu suposto inimigo. Portanto, para isso, se for preciso os próprios militares devem tomar o poder, como vimos no caso da ação do General Massu durante a Batalha de Argel no capítulo anterior. Nas palavras do professor Martins Filho:

[...] um dos pressupostos fundamentais da doutrina francesa era a ideia de que, se o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária, seria impossível combater esse tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado. Assim, essa doutrina entra no campo das relações civis-militares. Ao fazê-lo, não hesita em afirmar que, se a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então seria preciso mudar a sociedade, não o Exército. (MARTINS FILHO, 2008: 41)

Desta forma, a indistinção entre o campo civil e o militar amplia o escopo de atuação dos militares na defesa da nação. Porém, é preciso saber identificar o momento em que ações enérgicas devem ser tomadas, daí a necessidade de se conhecer com clareza o desenvolvimento da guerra revolucionária.

produzido pelos militares brasileiros. As anotações que compuseram a palestra do coronel Fragoso, está disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/DocumentosGuerraRevolucionaria/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Estudo%20-%20C-85-59.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

Segundo a historiografia que recentemente vem abordando o tema no Brasil, as fases a serem observadas para identificação do desenvolvimento de uma guerra revolucionária pelo inimigo, e que ganharam projeção entre os militares brasileiros, são as estabelecidas pelo coronel francês Jacques Hogard. As ideias desse coronel aparecem no Brasil por meio de seus próprios textos, que foram traduzidos para o português e publicados na imprensa militar¹⁵², bem como no manual usado pelo Coronel Frago, citado acima. Segundo Martins Filho, seguindo as orientações de Hogard, os militares brasileiros determinaram em cinco as etapas do desenvolvimento da guerra revolucionária a serem observadas:

[...] A primeira seria a da preparação cautelosa do terreno que se pretende conquistar, ou seja, a população. Nessa etapa, os militantes agem sem declarar seus objetivos. A segunda fase se expressa na constituição de uma rede de organizações subversivas, controladas pelos militantes. Nesse estágio, formam-se bases que subvertem a capacidade de ação governamental. Surgem as manifestações, os tumultos e os atos de sabotagem.

A terceira etapa é marcada pela constituição de grupos armados, que iniciam ações de menor escala, destinadas a corroer os poderes constituídos. É a fase do terrorismo como principal método de ação. A penúltima etapa é a do estabelecimento de zonas liberadas ou *bases d'appui*, onde o Exército regular não consegue mais entrar, ao que se segue a formação de um governo provisório que procura reconhecimento externo. Forma-se um exército regular revolucionário. A quinta etapa significa a conquista do poder numa ofensiva final. É fundamental notar que essas fases se sucedem muitas vezes sem fronteiras nítidas, pois a fluidez seria a principal característica da guerra revolucionária. (...) O único modo de evitar a progressão desse processo seria derrotar os revolucionários com suas próprias armas. [...] (MARTINS FILHO, 2008: 42)

Em 1964, quando foi publicado o livro-panfleto de Bilac Pinto, bem como proferido o seu discurso, o deputado argumentava que o Brasil já se encontrava na terceira fase descrita acima, a da “constituição de grupos armados”. Portanto, era a hora de os militares entrarem em ação – usando as armas dos próprios revolucionários – para evitar que a guerra revolucionária progredisse no Brasil. Não declarando sua intenção, portanto, podemos concluir que seu livro-panfleto é parte desta estratégia, estando na primeira fase da ação descrita na citação acima, a da “preparação [...] do terreno que se pretende conquistar, ou seja, a população”.

¹⁵² “A tática e a estratégia na Guerra Revolucionária” (traduzido da *Revue Militaire d'Information*, jun. 1958), *Mensário de Cultura Militar*, n.132-133, ano XI, jul-ago 1959. (Ver CHIRIO, 2012: 241, nota 15)

Em recente pesquisa, a historiadora francesa Maud Chirio (2012) traça um pequeno histórico sobre o caminho trilhado pela “doutrina francesa” no Brasil até que ela ganhasse a projeção que a atuação de Bilac Pinto buscava lhe dar àquela altura. Segundo Chirio¹⁵³, a doutrina da guerra revolucionária desembarcou no Brasil em 1957, ou seja, no ano em que se dera a Batalha de Argel, seu principal teste até àquela altura. A percepção de que uma guerra nuclear, ou mesmo convencional, era inadequada ao contexto brasileiro, teria feito os militares do país – que, por laços afetivos ou mesmo profissionais, em virtude de estágios realizados por oficiais brasileiros na França após o término da Missão Gamelin, mantinham contatos com seus congêneres franceses – interessarem-se pelo que de mais novo em matéria de doutrina militar estava sendo desenvolvido na França. Desta forma, “[...] uma das revistas do Estado-Maior do Exército (EME) brasileiro, o *Mensário de Cultura Militar*, publica, em sua edição da primavera de 1957, um artigo intitulado “A guerra revolucionária”, traduzido pelo tenente-coronel Moacyr Barcellos Potyguara de um texto que saíra pouco antes na *Revue Militaire d'Information*, ligada ao Ministério da Defesa francês.” (CHIRIO, 2012: 21)

Pesquisando nos arquivos militares brasileiros, a autora conclui que na segunda metade dos anos 1950 há uma crescente demanda por artigos sobre o tema que são traduzidos e, aos poucos, inseridos nos programas curriculares de formação de oficiais, em virtude da sugestão dos próprios instrutores. No ano seguinte, em 1958, por exemplo, “um ‘Relatório do Seminário de Guerra Moderna’ publica as recomendações de Grupos de Estudos de Instrutores da Eceme [Escola de Comando e Estado-Maior do Exército] no sentido de incluir no programa ‘assuntos relativos à guerra insurrecional’” (Idem: 21). Pouco depois, em maio de 1959, o Coronel Augusto Fragoso pronunciava a palestra citada no curso de Estado-Maior e Comando da Escola Superior de Guerra na qual ele apresenta os conceitos básicos da guerra revolucionária.

Chirio argumenta que entre 1957 e 1961 o movimento de importação do conceito francês de guerra revolucionária se restringe a certas revistas militares, bem

¹⁵³ Além de fontes secundárias, para traçar seu histórico Maud Chirio pesquisou nos arquivos da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), nos fundos Antônio Carlos Murici (ACM), Ulhôa Cintra, Cordeiro de Farias e Odílio Denis, no CPDoc, no Centro de Documentação do Exército (Quartel-General do Exército – Brasília). Uma das principais fontes citadas é a revista *Mensário de Cultura Militar*. Por meio dessas fontes, a autora adentra na cultura militar disseminada, sobretudo, nas escolas de oficiais espalhadas pelo país. Seu objetivo é adentrar no pensamento e na ação política dos oficiais menos graduados que participaram do golpe e do regime. Neste aspecto está a originalidade de sua pesquisa, o que permite que ela consiga relativizar correntes dominantes na historiografia hoje.

como ao espaço da ESG e à Eceme. Em 1961, no entanto, há uma inflexão, com a alta hierarquia assumindo para si a responsabilidade de organizar o doutrinamento, o que potencializa o alcance da doutrina. Como exemplo, a autora comenta que em julho daquele ano o Estado-Maior das Forças Armadas, àquela altura dirigido pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias, determina uma definição oficial, ou seja, padronizada pelas forças armadas, dos termos “guerra insurrecional”, “guerra revolucionária”, “subversão”, “ação psicológica”, “guerra psicológica” e “guerra fria”. Um mês antes, o Estado-Maior do Exército já tinha dado o passo que selaria o destino da doutrina da guerra revolucionária em suas fileiras promulgando uma diretriz que inseria seu ensino em suas escolas e no corpo da tropa. É a partir desse ano, portanto, “que começa sua penetração na oficialidade subalterna das escolas, em particular na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), onde se formam, essencialmente, os capitães [...]” (CHIRIO, 2012, 23).

Ao mesmo tempo em que a guerra revolucionária vai ganhando espaço nas escolas militares, descendo dos estratos mais altos da hierarquia para a base, também ganha cada vez mais espaço nas revistas militares e em estágios de formação, locais privilegiados pela possibilidade de se aprofundar o tema. No desenvolvimento de seu argumento, a pesquisadora explica que:

[...] em outubro de 1961, o *Boletim de Informações* do EME, até então concentrado em estudos econômicos, sociais e diplomáticos pouco politizados, muda radicalmente de estrutura e teor ideológico, passando a publicar diversos textos anticomunistas e sobre a GR [Guerra Revolucionária]. Em março de 1962, o *Mensário de Cultura Militar*, pioneiro nesse campo [...], altera as normas quanto à sua difusão: de “circulação restrita”, a epígrafe clama para que esta se torne “a mais ampla possível”. Mas a arma-chave é a realização de estágios intensivos para formar oficiais fora do currículo de praxe, cujas aulas são em seguida publicadas internamente: deles participam algumas dezenas de oficiais das três forças, oriundos dos estados-maiores e das principais diretorias, ou ainda instrutores de escolas militares, que devem supostamente irrigar o conjunto da instituição com suas novas competências. O primeiro estágio realiza-se em abril de 1962, contando com a presença de estagiários instrutores da Aman [Academia Militar das Agulhas Negras]; o segundo se dá em setembro-outubro de 1962 – o número do mesmo mês do *Mensário de Cultura Militar* (“Noções básicas da guerra revolucionária e Anticomunismo”) constitui seu suporte didático; o terceiro e último, em dezembro de 1963, encerra-se com uma conferência de Castelo Branco, chefe do EME, o que prova a importância institucional atribuída à realização desses estágios. (CHIRIO, 2012, 23)

Ou seja, para a autora, mais que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – que Chirio define como uma “teoria do Estado e da sociedade civil” que, oriunda dos EUA, orientava até mesmo sobre “as opções de política econômica” no contexto de uma guerra total contra a “contaminação” comunista na América Latina – é a doutrina francesa da guerra revolucionária – mais objetiva na definição de seus métodos de ação contra o inimigo a ser vencido, os comunistas – que é objeto de uma doutrinação sistemática em todos os escalões no pré-golpe.

Chirio reconhece que a DSN teve grande disseminação entre a elite militar formada na Escola Superior de Guerra sendo, por essa elite, transmitida aos escalões inferiores pelo convívio, por exemplo. Comenta ainda que, dentro da ESG, tal doutrina até teria contribuído para que a alta hierarquia militar alargasse suas ambições políticas – o que, a princípio, não corresponde com o profissionalismo militar –, para o que também teria contribuído os contatos que tal elite mantinha com as elites civis conservadoras (como com um Bilac Pinto ou mesmo com um Carlos Lacerda), no entanto, argumenta que

[...] a consulta à imprensa militar e aos programas das escolas de formação mostra que, entre 1960 e 1964, não é o conjunto da teoria política produzida pela ESG que é objeto de uma operação de difusão sistemática junto à oficialidade, e sim a teoria da ‘guerra revolucionária’: um pensamento sobre o inimigo comunista, e não uma teoria geral do exercício do poder, importado da França, e não dos Estados Unidos [...]. (CHIRIO, 2012, 20).

Apesar das considerações de Martins Filho e de Maud Chirio – na defesa de uma maior projeção da doutrina francesa da guerra revolucionária dentro do exército em detrimento da importância da Doutrina de Segurança Nacional, bem como sua disseminação na sociedade civil, como vimos no caso dos discursos e obra de Bilac Pinto – talvez seja excessivamente taxativo querer dar a uma ou outra dessas doutrinas o principal crédito em relação ao golpe e às mazelas da ditadura. Seria, de certo modo, desconsiderar o poder do General Golbery do Couto e Silva, um dos principais ideólogos da DSN no Brasil, nos primeiros anos da ditadura (para ficar só em um exemplo), bem como de seu grupo.

No entanto, não dar a devida importância aos princípios franceses que vinham sendo importados há anos da França e disseminados nas revistas e cursos militares,

também não faz jus ao que a historiografia vem desvendando sobre a importância que os próprios militares deram a tais princípios naquela época.

De certa forma, as próprias dissensões existentes entre os militares ao longo dos 21 anos de ditadura talvez se expliquem em virtude da opção, entre determinados grupos de militares, por uma ou outra das doutrinas citadas. Em relação a isso, como já dissemos, acreditamos que tais doutrinas não fossem tão conflitantes como a própria historiografia vem buscando mostrá-las. Fosse assim, os próprios EUA não teriam mandado chamar Paul Aussaresses para ministrar cursos de “guerra revolucionária” em sua escola de agentes especiais, *Fort Bragg*, em 1961. Não queremos com isso diminuir a importância da doutrina da guerra revolucionária naquele contexto, pois, como já mostrado, ela era eficiente ao que se prestava, que era debelar movimentos de contestação a regimes estabelecidos e que lutavam por meios não convencionais. Neste quesito, ela, ao invés de se opor à Doutrina de Segurança Nacional, a complementava, e fora fundamental para a repressão aos movimentos de esquerda na América Latina. Neste sentido, as investigações sobre sua eficiência na região ainda estão no início.¹⁵⁴ Contudo, para além dessa questão, acreditamos que sua importância esteja, também, na reaproximação entre os militares brasileiros e franceses que ela possibilitou e cujas consequências abordaremos a partir de agora.

3. UMA DEMOCRACIA QUE PROCURA LUCRAR COM UMA DITADURA

Antes mesmo da vinda de Aussaresses para o Brasil, o movimento de importação e assimilação da doutrina francesa da guerra revolucionária pelos militares brasileiros não deixou de ser notado na França. Em sua tese *Conquête des esprits et commerce des armes* (Conquista dos Espíritos e Comércio de Armas), Rodrigo Nabuco de Araújo sustenta que, mais que apenas observar a assimilação de seus conhecimentos militares por terceiros, “a França transformou seu *savoir-faire* militar em um produto de exportação capaz de criar uma comunidade de interesses com determinados países” (ARAÚJO, 2011: 19-20).¹⁵⁵ É neste contexto, segundo Araújo, que não só a vinda de

¹⁵⁴ É consenso entre os pesquisadores que têm se debruçado sobre a doutrina da guerra revolucionária a sugestão de que ela tenha sido fundamental na destruição da Guerrilha do Araguaia (1967-1975) em sua última fase, a das operações *Sucuri* e *Marajoara*, entre 1973 e 1974 (Ver: MATHIAS; ANDRADE, 2012. bem como MARTINS FILHO, 2012). No que se refere a outros países da América Latina, as investigações têm se voltado para a Operação Condor.

¹⁵⁵ “La France a bien transformé son *savoir-faire* militaire en un produit d’exportation capable de créer une communauté d’intérêts avec les pays visés.”

Aussaresses para o Brasil, em 1973, deve ser compreendida, mas o envio de todos os adidos militares franceses para o país nas décadas de 1960 e 1970.

Investigando na França a documentação dos adidos franceses que vieram para o Brasil entre 1947 e 1974, e que foram recentemente liberadas para consulta naquele país, Araújo expõe um quadro interessante sobre o período.¹⁵⁶ Em primeiro lugar, salta aos olhos a definição dada por um dos adidos franceses no Brasil, Pierre Lallart (1962-1965), ao papel desempenhado por ele e por seus congêneres. Segundo Lallart o adido é um “diplomata de uniforme” (“*diplomate en uniforme*”), expressão criada em 1965 (ARAÚJO, 2011: 323). Ou seja, para além das funções militares, o adido exerce funções políticas. Desta forma, em sua escolha interferem tanto o Ministério da Defesa (ministère des Armées) quanto o Ministério das Relações Exteriores (ministère des Affaires étrangères). Do ponto de vista de suas atribuições imediatas, Araújo explica que as funções do adido são, por ordem de prioridade: “a informação militar, ou seja, a espionagem industrial; a informação política, ou seja, a espionagem política; [e] a propaganda francesa junto às autoridades militares”¹⁵⁷ (Idem: 324). Para isso, o adido deve estabelecer relações com outros militares, sejam nacionais, sejam adidos de outros países, bem como manter uma rede de informação civil no local. Seus relatórios periódicos, enviados à França, são usados para guiar a política francesa em relação ao país em questão.

Se em um contexto de governo democrático a relação dos adidos franceses com os militares brasileiros é facilitada pela aproximação em virtude de um *éthos* comum, que vem partilhado desde a Missão Gamelin, no contexto ditatorial, em que os militares brasileiros assumem o poder político, essa relação torna-se um canal privilegiado dos franceses de acesso às esferas de decisões políticas. Neste novo contexto devemos acrescentar, ainda, a assimilação da doutrina francesa da guerra revolucionária, disseminada muito antes do Golpe, como vimos, como política de ensino oficial dentro das Forças Armadas em todos os escalões militares, como um elemento de ligação especial entre franceses e brasileiros. Desta forma, estrutura de pensamento – o fanatismo anticomunista –, bem como a estratégia de ação – a tomada do poder político e a utilização de todos os meios necessários para eliminar o perigo da subversão –,

¹⁵⁶ Tentamos ter acesso à documentação referente a esses adidos que porventura estivesse no Brasil em relação ao período de nosso maior interesse (1973-1975), mas a embaixada francesa não guarda nada aqui.

¹⁵⁷ “[...] le renseignement militaire, soit l’espionnage industriel ; le renseignement politique, soit l’espionnage politique ; la propagande française auprès des autorités militaires.”

comungam-se e criam pontes cada vez mais sólidas entre as duas comunidades. Esse aspecto é reforçado quando entra em cena, em 1964, o SNI (Serviço Nacional de Informações), serviço ao qual os franceses passam a ter importante acesso, sobretudo a partir de 1969, quando os dois países estabelecem um programa concreto de transferência de “tecnologias políticas”, acompanhado de assistência local, ou seja, de instrução francesa.

Este é o momento em que a guerrilha urbana avança sobre o regime, o que faz a luz vermelha do sistema acender. Neste contexto, o CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva), criado em 02 de março de 1964 pelo decreto 53.649, que visava a preparação convencional dos militares para o combate na selva, muda o seu programa de ensino, bem como de nome, passando a chamar-se, em outubro de 1970, Centro de Operações na Selva e Ações de Comandos (COSAC), e a contar, em seu quadro de instrutores, com a colaboração de veteranos da Guerra da Argélia.¹⁵⁸ Neste centro, portanto, passou-se a fazer, a partir de 1969, exercícios de contraguerrilha da maneira mais realista possível com o apoio de franceses (ARAÚJO, 2011: 344-345). A reaproximação entre os militares franceses e brasileiros, portanto, estava consagrada, restava aos franceses colher os frutos de tal parceria, o que se apresentou oportunamente quando os brasileiros deram mostras de buscarem autonomia militar, ou ao menos diminuir sua dependência de fornecimentos de armas e munições norte-americanas.

A esse respeito, as observações do historiador Sérgio Luiz Aguillar são oportunas. Refletindo sobre as razões que levaram o Brasil, bem como outros países latino-americanos, a buscar o desenvolvimento de uma indústria de armamento própria, Aguillar comenta que:

[...] se inicialmente os Estados Unidos forneceram material militar sob a forma de outorga, a partir de 1965, apresentaram a tendência de sustar tal modalidade e substituí-la pela aquisição a crédito. Ou seja, primeiro forneceram o material criando a dependência e evitando o desenvolvimento de uma indústria própria nos países do continente [americano], depois cobraram pela munição, peças de reposição e por novos materiais. (2010, 89)

Dada a situação em que se encontravam, as nações latino-americanas passaram a buscar o desenvolvimento de uma indústria bélica nacional objetivando

¹⁵⁸ Em 1978 este Centro voltou a ser denominado como CIGS, novamente.

[...] diminuir a dependência externa e desenvolver tecnologia, além de economizar divisas, adquirir benefícios políticos e econômicos e causar o efeito *spillover* [efeito cascata], permitindo a geração de novos empreendimentos em setores civis ligados ao Material de Emprego Militar (MEM)” (Idem, 2010: 89).

Os franceses, portanto, detectam esse sentimento autonomista que vem à tona a partir da década de 1960 e buscam se firmar como parceiros privilegiados do Brasil na venda de Material de Emprego Militar. Segundo Rodrigo Nabuco de Araújo, Aussaresses teria desempenhado papel importante nessa tarefa no momento em que a Embaixada francesa se mudou do Rio de Janeiro para Brasília, em 1973. Na nova capital federal, Brasília, a rede de informantes construída na antiga, o Rio de Janeiro, pouco servia, pois novos atores teriam entrado em cena em Brasília. Os franceses tinham, portanto, necessidade de começar do zero a construção de sua rede em Brasília. Segundo Araújo, portanto, além da questão referente ao conhecimento das técnicas da guerra revolucionária, teria sido em função das necessidades da indústria armamentista francesa que Aussaresses fora escolhido para vir como adido militar para o Brasil. Ex-instrutor de *Fort Bragg*, ele reencontraria, em Brasília, inúmeros ex-alunos latino-americanos que tinham ascendido na carreira militar em seus respectivos países e que aqui estavam como adidos. Do ponto de vista francês, ele era o homem ideal, evitando o esfriamento de relações que já tinham sido retomadas com os militares brasileiros no Rio de Janeiro e possibilitando a ampliação de sua rede, por meio da reativação dos laços com seus ex-alunos dos diferentes países latino-americanos (ARAÚJO, 2011: 386-407).

Para os franceses, portanto, Aussaresses, significava uma oportunidade de negócios. Para os brasileiros, por sua vez, seu histórico na Indochina e na Argélia carimbavam-no como homem de grande interesse, daí seus cursos na EsNI e no CIGS, a que nos referimos no capítulo anterior.

O cerne da tese de Rodrigo Nabuco de Araújo é a movimentação francesa para a “conquistar os espíritos” dos militares brasileiros para a retomada do mercado de armas que havia sido perdido para os EUA com o fim da Missão Gamelin, e, nesse processo, Aussaresses ocupa um lugar importante por não ter deixado que a parceria que havia sido restabelecida arrefecesse.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Em tempo, ainda que, do lado brasileiro, o silêncio seja praticamente absoluto a respeito da passagem de Aussaresses pelo Brasil, o único documento que encontrei na documentação do Itamaraty com seu nome e assinatura refere-se à solicitação de uma compra de quatro pneumáticos de combate tipo PP BN T 2 (à prova de bala) produzidos por uma empresa brasileira, a NOVATRAÇÃO, datado de 16 de setembro de 1975. Como não há documento de resposta à solicitação, bem como o mesmo pedido sendo feito três anos depois, em 12 de setembro de

Argumentando que o comércio de armas da França com o Brasil cresceu consideravelmente no pós-guerra, em especial a partir do Golpe de 1964, a tese de Nabuco organiza-se em oposição ao trabalho de Antônio Carlos Lessa, que defende que as relações Brasil-França de 1945 até o ano 2000 foram uma promessa nunca cumprida, seja do ponto de vista das questões políticas, seja do ponto de vista das questões econômicas.

Em seu trabalho, Lessa defende que as relações Brasil-França no pós-guerra podem ser vistas a partir de 3 fases. A primeira, de 1944 a 1964, corresponde ao período em que ocorre o restabelecimento das relações Brasil-França com a expulsão dos nazistas da Alemanha e com o início da resolução de um dos principais problemas que impediam o desenvolvimento efetivo de uma relação bilateral mais profunda entre os dois países, que era o chamado “contencioso financeiro”. A solução desse contencioso, segundo Lessa, se arrastava desde o final dos anos 1930, quando o governo brasileiro havia nacionalizado capitais e empresas francesas (Banco Francês e Italiano para a América do Sul – Sudameris, Banco Hypothecário de Minas Geraes, Companhia Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, Companhia Estrada de Ferro Vitória–Minas, e Companhia Port of Pará) sem a devida compensação, o que fora foco de tensão constante entre as diplomacias de ambos países até 1964, quando, após já terem sido resolvidos os casos mais simples, o Brasil sinaliza que iria assumir suas responsabilidades junto aos interessados franceses em relação às últimas pendências desse imbróglio. Portanto, segundo Lessa, do período de restabelecimento das relações até o início efetivo da resolução do contencioso financeiro em 1964, as relações Brasil-França estiveram, em verdade, “bloqueadas” para o desenvolvimento de uma parceria efetiva. Ainda segundo o mesmo autor, nesse período

[...] encontraram, Brasil e França, grandes dificuldades para o encaminhamento de projetos políticos e econômicos de interesse comum. Apesar de serem economias complementares, não desenvolveram como podiam as suas relações econômicas. Tendo ambições internacionais que se tornariam convergentes com o tempo, desde quando se tornaram insatisfeitos com os lugares que lhes foram reservados no sistema internacional, não encetaram a cooperação política como deveriam. (2000: 29)

1978, pelo novo adido francês Pierre T. Tretjak, ficamos sem saber a intenção francesa com tal solicitação. AHMRE – Pasta PNEMEM – França - ED 2.3.5

Na segunda fase, que é a que nos interessa de fato, a resolução do contencioso financeiro teria arrefecido o bloqueio existente entre os dois países, mas a parceria que poderia ter sido estabelecida nunca se realizou efetivamente. Esse período se estenderia, aproximadamente, de 1963 a 1995, e ele o nomeia como de “negligência cordial”.

Em uma determinação de marcos cronológicos permeáveis, o último período teria se iniciado por volta de 1990 e estaria em aberto em 2000, ano em que escreve.

Esse último período não entra em nossa análise e nos concentraremos, portanto, ao período que o autor descreve como o de “negligência cordial”. Nesse período, apesar de o autor reconhecer que houve pequenos avanços ao longo daqueles anos, comparados ao avanço das relações bilaterais do Brasil com outros países europeus, os avanços com a França não tinham muito significado. Segundo Lessa, entre 1963 e 1995,

mantinha-se a cordialidade das relações bilaterais, porquanto não havia motivos para postura diferente, mas encaminhavam-se negligentemente os negócios que poderiam impulsionar os contatos entre as nações. Assim evoluíram as relações franco-brasileiras no período que se estendeu entre o final da década de sessenta e o início dos anos noventa, exprimindo ao mesmo tempo um sentimento real de decepção quanto às possibilidades de cooperação política e econômica, sempre arrojadamente delineadas, mas nunca ou raramente concretizadas em sua plenitude. (2000: 42)

Partindo desses pressupostos, o autor vai, ao longo do texto, mostrando como a França teve grandes oportunidades de negócio com o Brasil, mas nunca as aproveitou. Nesse sentido, sequer o chamado “milagre brasileiro” fizera a França mudar sua posição. O oposto também seria válido, já que o Brasil também não soube estabelecer relações profundas com a França, ainda que suas economias fossem complementares. Para Lessa,

Uma análise das relações econômicas internacionais do Brasil durante os anos do milagre econômico, quando a economia nacional cresceu a taxas médias anuais de 10%, indica que a França não soube modificar as formas da sua presença econômica, que permaneceram ocupando, em comparação com os principais parceiros do Brasil, posições francamente marginais, e tenham até se deteriorado.

Entre 1968 e 1979, por exemplo, enquanto a participação média do conjunto europeu aumentava nas correntes de comércio brasileiras e dos fluxos de investimentos externos diretos recebidos pelo país, chegando em determinadas ocasiões a ultrapassarem, pela primeira vez, as participações dos EUA, observava-se o encolhimento da presença francesa. Assim, nos anos em tela, assiste-se, em perspectiva comparada com os demais parceiros, à diminuição das participações do Hexágono nas correntes de comércio do Brasil, ocupando na média do período, a oitava posição no rol dos maiores

clientes e fornecedores do país. As participações da França são, pela primeira vez desde 1945, menores do que as de todos os principais concorrentes europeus, correspondendo a menos da metade das correntes de comércio desenvolvidas entre o Brasil e a Alemanha (6,93%), ou a uma fração das correntes de comércio com os EUA (16,35%) e com a Argentina (9,94%), e ainda inferiores aos índices do relacionamento comercial com o Japão (5,09%), Países Baixos (2,97%), Itália (2,86%) e Reino Unido (2,54%).

É certo que se verificou o interesse do empresariado francês em participar dos diferentes projetos de infra-estruturação que se implementava no Brasil nesse período, como no campo dos equipamentos elétricos, do material ferroviário, da expansão siderúrgica, das indústrias química e petroquímica, dos equipamentos portuários, das indústrias aeronáutica e das telecomunicações, da indústria mecânica, da mineração, e do material bélico, mas não se estabeleceu, apesar de tantas oportunidades, uma ação decisiva que lhes permitissem se amparar de parcelas mais expressivas do mercado brasileiro. (2000: 46)

Do ponto de vista das relações político-militares com os brasileiros, já vimos como esse quadro é um pouco incompleto, e Rodrigo Nabuco de Araújo demonstra como, para os negócios relativos à indústria de armamento, esse quadro é um pouco diferente do pintado por Lessa. Após o golpe de 1964, em pouco tempo a França passa a ocupar o terceiro posto nas exportações de armas para o Brasil (ARAÚJO, 2011: 13).

Do ponto de vista das relações comerciais, não questionamos os números de Lessa, mas tanto a imprensa francesa quanto os relatórios do embaixador Lyra Tavares apresentam um quadro um pouco diferente do que é descrito na citação acima. Essencialmente, se a comparação do comércio da França com o Brasil for feita não em relação a outros países, mas em relação ao que a própria França vendia para o Brasil no início da ditadura e no momento do chamado “milagre econômico”, tiraremos outras conclusões. Vejamos a tabela a seguir:

COMÉRCIO EXTERIOR BRASIL - FRANÇA (em U\$ 1.000)							
BRASIL	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
EXP.	60.068	58.519	67.827	99.058	110.048	95.752	139.068
IMP.	37.415	39.721	64.680	60.529	79.219	131.096	167.440

Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil* (para os anos 1966-1971) – Nov.1972; *Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.* – CACEX (para o ano de 1972).¹⁶⁰

¹⁶⁰ Dados extraídos a partir de tabelas feitas nos relatórios da Embaixada do Brasil em Paris dos anos 1973 e 1974. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE)

Observando os dados da tabela, temos no segundo ano da ditadura uma situação absolutamente favorável ao Brasil na balança comercial com a França. Nesse ano, nossas exportações eram quase o dobro das importações. Essa vantagem comercial se mantém até 1970. No ano seguinte, a França inverte o jogo, vantagem mantida em 1972, ainda que as exportações brasileiras tenham voltado a crescer. Porém, mais interessante ainda é observarmos a evolução das exportações francesas para o Brasil no período. De 1966 a 1972 seu volume monetário quadruplica, caminhando para a quintuplicação. Mais uma vez, o salto encontra-se no ano de 1971.

Em seus relatórios, o Embaixador Brasileiro em Paris, Lyra Tavares, acompanha tal movimento de perto e chega a sugerir que, naquele momento, o Brasil sofria um ataque comercial. Em um trecho de seu relatório de 1973 ele afirma ser

[...] indiscutível a “redescoberta” do Brasil pelo empresariado francês e, mais ainda, é forçoso reconhecer a montagem de uma verdadeira “operação” econômica em direção ao nosso país, com amplo apoio governamental. (RELATÓRIO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS, 1973: 66).

Para reforçar seu argumento de que, em Paris, tinha ocorrido uma virada nos ânimos dos empresários franceses naquele momento, o embaixador relata que

O próprio responsável pela promoção comercial francesa no exterior, Senhor Roger Gorce, Diretor-Geral do CFCE (“Centre Français de Commerce Extérieur”), num artigo publicado recentemente na revista especializada LES INFORMATIONS (25/12/72), sobre as exportações, fazia especial referência à “*ofensiva de grande estilo, cujo modelo é representado pelo nosso esforço atual em direção ao Brasil*” (Idem: 66).

Por fim, o embaixador explica os fatores que teriam possibilitado essa “ofensiva” dos franceses. Segundo Lyra Tavares,

É preciso [...] admitir que o restabelecimento de um clima de otimismo e confiança nas relações econômicas franco-brasileiras deveu-se, antes de tudo, à própria iniciativa brasileira: em primeiro lugar, à recuperação financeira e do ritmo de desenvolvimento econômico; em segundo lugar, já no campo bilateral, à liquidação do contencioso financeiro entre os dois países; em terceiro, à negociação da Convenção destinada a evitar a bitributação, que favoreceu fundamentalmente os interesses franceses no Brasil. (Idem: 66).

Portanto, se em comparação com outros países os negócios do Brasil com a França não avançaram percentualmente de forma significativa, a comparação da balança comercial bilateral – à qual Lyra Tavares se estende na descrição, mostrando uma relativa diversificação de produtos importados da França, com maior peso para os bens de capital (RELATÓRIO 1974: 67-68), o que, segundo o embaixador, compensava o fato de termos perdido terreno nessa balança comercial, já que a importação de máquinas era sinônimo de pujança da economia brasileira – demonstra que houve, sim, um avanço do comércio entre os dois países nesse período ditatorial, tendo a França buscado se aproveitar das oportunidades que lhe foram oferecidas. E não são apenas as fontes brasileiras que apontam para essa “virada” francesa e relação ao Brasil. Na origem do processo que culminaria no avanço das exportações francesas para o Brasil está a Exposição Industrial Francesa realizada em São Paulo, no Anhembi, em setembro de 1971. Em matéria de balanço final dos resultados dessa feira, o jornal *Le Monde* demonstra otimismo do lado da França quanto ao que ali teria se concretizado. Vejamos a notícia publicada no jornal em 01 de outubro de 1971:

O resumo da Exposição Industrial Francesa, que ocorreu de 9 a 20 de setembro em São Paulo (Brasil), acabou de ser endereçado a Paris por M. Buchalet, presidente da seção francesa do comitê franco-brasileiro. A Exposição, que reuniu trezentas e cinquenta e uma firmas francesas, recebeu quatrocentos e vinte mil pessoas, das quais cinquenta mil homens de negócios vindos de todos os países da América Latina. O fenômeno mais importante é representado pelos bons resultados registrados em virtude da venda de bens de equipamento, máquinas e, notadamente, máquinas têxteis, que já constituíam, em 1970, 33% das vendas francesas para o Brasil. [...]”¹⁶¹

Lyra Tavares também identifica essa feira como um dos fatores que contribuíram para o crescimento do volume de negócios realizados pela França com os

¹⁶¹ “Le bilan de l'exposition industrielle française, qui s'est tenue du 9 au 20 septembre à Sao-Paulo (Brésil), vient d'être dressé, à Paris, par M. Buchalet, président de la section française du comité franco-brésilien. L'exposition, qui réunissait trois cent quarante et une firmes françaises, a reçu quatre cent vingt mille personnes, dont cinquante mille hommes d'affaires, venues de tous les pays d'Amérique latine. Le phénomène le plus important est représenté par les bons résultats enregistrés pour la vente de biens d'équipement, les machines-outils et les machines textiles notamment, qui constituaient déjà, en 1970, 33 % des ventes françaises à destination du Brésil. [...]” *Le Monde*. “L'Exposition Française de Sao-Paulo a donné de bons résultats”, 01 out. 1971. Disponível em:

<http://abonnes.lemonde.fr/archives/article/1971/10/01/l-exposition-francaise-de-sao-paulo-a-donne-de-bons-resultats_2472261_1819218.html?xtmc=bresil&xtcr=1>. Acesso em: 10 mai 2014.

brasileiros e, em suas conclusões, alerta para a necessidade de uma atitude mais incisiva do Brasil para, nestas novas condições em que as contendas tinham sido resolvidas, melhorar sua posição em relação à França. (RELATÓRIO 1974: 70-71)

Desta forma, a imagem de uma França desinteressada a que se refere Antônio Carlos Lessa em seu texto precisa ser um pouco matizada. No fundo, não condiz com a imagem de um país que estaria sofrendo uma ofensiva comercial dos franceses a que temos acesso por meio dos relatórios da embaixada e que analisam as relações comerciais do Brasil com a França desde o início da ditadura. Da mesma maneira, como vimos, a própria imprensa francesa fornece exemplo de uma certa euforia francesa com a economia brasileira naquela conjuntura que é descrita por Lessa até mesmo como um período de deterioração, como vimos acima.

Ademais, essa documentação relativiza também as conclusões de Nabuco de Araújo, que centra seu argumento no incremento do comércio de armas. Os relatórios de Lyra Tavares aludem, sim, à importância da indústria de armamentos nessa balança comercial pós-golpe, mas ressalta a participação relevante de outros setores, como a da já citada indústria de bens de equipamento.

Por fim, Lessa comenta de certa falta de iniciativa do Brasil no estabelecimento de parcerias efetivas com a França. Mais uma vez, se as parcerias ou negócios não tiveram os resultados que “poderiam” ter tido em virtude de suas “potencialidades”, isso não desqualifica certos esforços empreendidos pelo governo brasileiro no ímpeto de melhorar suas relações com a França que tinham não só interesses comerciais, mas também políticos, já que, sobretudo com a ascensão de Médici ao poder (do qual Lyra Tavares é o representante na embaixada), uma aproximação entre tais países interessava ao Brasil para que se vigiasse de perto os exilados brasileiros que se dirigiam para aquele país, bem como para melhorar sua imagem, tanto naquele país, quando na comunidade internacional.

4. “OPERAÇÃO IMAGEM”: UMA DITADURA QUE QUER O APOIO DE UMA DEMOCRACIA

Visando os dois objetivos expostos no final do tópico anterior, achamos importante destacar aquilo que o embaixador brasileiro na França, o General-de-Exército Aurelio de Lyra Tavares, denomina como “Operação Imagem”, quando descreve, em suas memórias, a preparação de seu trabalho ao assumir a embaixada:

Os assuntos em curso foram, desde o início, classificados por ordem de prioridade, para melhor ordenação do trabalho, de modo a não ser ele prejudicado, permitindo, ao mesmo tempo, a convergência de todos para a, por mim chamada, “operação imagem”, devidamente estudada em mesa redonda, e equacionada, afinal, num roteiro a ser desenvolvido. (TAVARES, 1977: 244)

Como destaca Elio Gaspari, em virtude da tortura e morte de oponentes praticadas nos porões da ditadura de forma mais acentuada desde o Ato Institucional n.º 5, a imagem divulgada na França sobre o governo brasileiro no início da década de 1970 era extremamente negativa entre a intelectualidade de esquerda (GASPARI, 2002b: 306). À direita, por sua vez, pesava a imagem de país atrasado.

Segundo Lyra Tavares, por meio da “Operação Imagem” dever-se-ia “corrigir, perante a opinião pública e o Governo da França, as distorções com que se apresentava a imagem do Brasil” (1977: 242), sendo essa uma das “missões” que deveria desenvolver junto aos franceses, pois dela dependia o desenvolvimento de sua segunda e mais importante missão: estreitar os laços entre o Brasil e a França em diferentes campos, sobretudo no comercial, tecnológico e político, o que possibilitaria a consolidação de uma alternativa real de não alinhamento automático aos EUA por meio de uma aliança bilateral entre economias complementares, a do Brasil e a da França.

Foi com esses objetivos que os assuntos teriam sido “classificados por ordem de prioridade, para melhor ordenação do trabalho”, sendo uma das primeiras tarefas desta “operação imagem” a mudança de endereço da embaixada brasileira. Assim, em 1972 a sede da embaixada é transferida de duas salas alugadas em local de pouca importância para uma nova sede localizada “numa das áreas mais nobres de Paris, com vistas voltadas para o Sena e a Torre Eiffel”. (1979: 300) A partir disso,

Tornou-se, então, possível traçar e cumprir um programa, aparentemente ambicioso, com o melhor aproveitamento da excelente equipe de funcionários, a começar pelo maior entrosamento com as entidades francesas, no campo diplomático, militar, comercial, econômico e cultural, tanto direta, como indiretamente, com o objetivo de promover o restabelecimento dos laços entre a Academia Francesa e a Academia Brasileira, criada sob o seu modelo, com a troca de visitas e de ideias, com excelentes resultados, ao mesmo tempo que foram incrementados, no campo comercial, as mesas-

redondas, os simpósios e os entendimentos bilaterais entre as empresas privadas francesas e brasileiras. (1979: 300)

Se em suas memórias o embaixador Lyra Tavares – a quem eu atribuiria a alcunha de “um militar vestido de terno”, aproveitando, mas invertendo, a expressão de Pierre Lallart ao se referir aos adidos como “diplomatas de uniforme” – tece comentários genéricos sobre essa “operação”¹⁶², em seus relatórios (confidenciais) e em seus telegramas para a embaixada brasileira ele detalha com mais precisão o seu método, que envolvia muito mais que a simples mudança de endereço da embaixada brasileira de uma sede “vergonhosa” para uma “com vistas voltadas para o Sena e a Torre Eiffel”. Um trecho do Relatório de 1974 a respeito do tema é explícito quanto ao seu método:

A política desta Embaixada foi, em síntese, a de induzir franceses categorizados a dizerem aos franceses mal informados, através de conferências, artigos na imprensa e revistas especializadas, promoções culturais e outros meios, o que é o Brasil de hoje, nos diferentes aspectos de atividades, públicas e privadas (RELATÓRIO, 1974: 3)

Nesse projeto de influenciar os franceses “mal informados”, portanto, valia mais um francês “categorizado” falar bem do Brasil do que um brasileiro, e é nisso que Lyra Tavares se empenha em boa parte de sua missão. Muitas vezes, eram estimuladas viagens de jornalistas ao Brasil para que pudessem, sob a ótica daqueles que os guiavam, passar uma imagem positiva do Brasil na França. É considerável o número de telegramas do embaixador enviados para o Brasil entre os anos 1973 e 1974 que citam viagens de jornalistas e suas respectivas reportagens positivas sobre o Brasil, com o embaixador fazendo questão de ressaltar, algumas vezes, que até no *Le Monde* a imagem do país estaria melhorando.¹⁶³

Essa estratégia da embaixada brasileira de usar a imprensa francesa para tentar manipular a opinião pública daquele país traz de volta, de certa forma, o tema do poder

¹⁶² Apesar de Lyra Tavares se referir a essa iniciativa como uma “operação”, no linguajar diplomático o termo adequado seria “missão diplomática” de uma gestão. A forma como o embaixador se refere a essa missão explícita, no entanto, o espírito militar com o qual ele assumira os trabalhos naquela embaixada no início do governo Médici.

¹⁶³ Ver: AHMRE – Documentos microfilmados – Posto: BRASEMB PARIS - Telegramas de 1973 – Rolo 2163; Telegramas, de 001-864 – Rolo 0013; Telegramas, de 865 a 1159 – Rolo 0014.

oculto. Assim, são oportunas as palavras de Norberto Bobbio em relação a essa estratégia:

[...] Os escritores políticos sempre souberam, e hoje sabem ainda mais, que o poder político propriamente dito, cujo instrumento típico é o uso da força, não pode desprezar o poder ideológico e, portanto, dos “persuasores”, estejam eles evidentes ou ocultos. (BOBBIO, 2004: 116).

Segundo Lyra Tavares, a “Operação Imagem” teria surtido o efeito desejado e, já em 1973, a imagem do Brasil na França era muito diferente de como era quando ele tinha chegado naquele país. (RELATÓRIO 1974)

Considerações finais

Como nos referimos na introdução deste trabalho, inicialmente nossa intenção de pesquisa era compreender melhor a atuação da França no Brasil durante a ditadura civil-militar brasileira. Partiríamos da leitura das memórias de Aussaresses – nossa primeira pista da atuação direta de um emissário francês junto à ditadura brasileira, especialmente em um tema que nos é significativo, o intercâmbio de técnicas de tortura e de formas de repressão – para, em seguida, aprofundar a investigação nas fontes disponíveis (seja no Itamaraty, seja no Arquivo Nacional, em Brasília, que, hoje, tem se tornado referência no recolhimento dos acervos da ditadura civil-militar no Brasil oriundos de órgãos públicos).

Como já alertara Marc Bloch, “o percurso natural de qualquer pesquisa se faz do melhor ou do menos mal conhecido para o mais obscuro” (Apud DOSSE, 1994: 68), e não foi diferente em relação a esse trabalho, pois, na medida em que líamos e relíamos as memórias de Aussaresses, fomos repensando nossa proposta inicial. Agente da (e na) obscuridade, seus depoimentos sugeriram-nos hipóteses que acabaram conduzindo nossa análise e se tornando temas centrais em nosso trabalho, para o que contribuiu, também, a exiguidade de fontes referentes ao tema encontradas nos arquivos citados.

A primeira hipótese foi a de que, junto com a expansão do capital internacional na segunda metade do século XX e a eclosão dos movimentos de contestação ao *status quo* – seja nas colônias, onde os nacionalistas chegaram a pegar em armas pela independência, seja nos países pobres e dependentes das economias capitalistas centrais, onde os diferentes movimentos de esquerda avançavam – internacionalizou-se, também, os sistemas de repressão, especialmente as técnicas de combate não-convencionais, que tinham na tortura um elemento chave. Como o inimigo deixava cada vez mais de ser reconhecido por uma bandeira nacional, mas por suas ideias, os sistemas de inteligência, com suas contundentes técnicas de obtenção de informação, ganharam grande projeção nesse contexto.

Hoje é comum, entre estudiosos da segunda metade do século XX, a ideia de que a Guerra Fria foi uma guerra, em grande medida, travada entre os serviços secretos das duas superpotências de então, EUA e URSS (Hobsbawm, 2005), mas Aussaresses evidencia uma trama muito mais complexa e mostra que essa dicotomia não era tão real. Na defesa do capital, os países do ocidente apoiavam-se mutuamente, como evidencia a

própria trajetória de Aussaresses – a disseminar as técnicas da chamada “guerra revolucionária” francesa nos EUA e no Brasil para militares de diferentes “nações amigas” –, mas, muitas vezes, também competiam, como vimos no caso do mercado de armas brasileiro, onde a França atua com seus adidos militares na segunda metade do século XX, como ressaltou Araújo em sua tese, ou mesmo no mercado civil, como os relatórios de Lyra Tavares sugerem. Pode-se argumentar que a presença francesa nesses mercados é pequena, se comparado ao que se manteve em mãos norte-americanas, o que não contestamos. No entanto, para nós, o importante é que esse tal bloco ocidental não era homogêneo. A França possuía interesses próprios que tentou concretizar buscando respaldo no regime ditatorial brasileiro, que tinha seus interesses junto aos franceses, inclusive interesses de uma menor dependência em relação aos EUA com a ascensão da chamada linha-dura no controle do poder executivo ditatorial.

Por trás desse cenário de interesses políticos e econômicos, Aussaresses mostramos que pairavam estratégias violentas e desumanas no combate à chamada subversão. Tais estratégias, de acordo com Bobbio, geralmente são justificadas como “atos de Estado”, argumento que o velho General não usa em sua defesa quando questionado se teria algum arrependimento pelas torturas e execuções sumárias que praticara. Acreditamos que, como nunca ocupara cargo do alto escalão político com grande poder de decisão, ele tenha preferido não reivindicar a blindagem do “ato de Estado” em sua defesa. Isso para ele, talvez, fosse óbvio demais.

Aussaresses sempre fora um homem da ação. Um funcionário do Estado a cumprir diligentemente as ordens superiores que recebera, sendo essa a tese que reclama em sua defesa, uma defesa mais moral do que política. Não que ele não fosse um agente político, o que, acredito, ele tivesse plena consciência ser. Mas, dentro de sua estratégia, ou talvez até mesmo por convicção, pois suas memórias sugerem isso, ele acreditava piamente que sua disciplina militar estava acima de qualquer questão moral.

Essa é uma discussão polêmica e Max Weber a encarou com frieza em seu ensaio *A política como vocação*. Nesta obra, Weber argumenta que

A honra do funcionário reside em sua capacidade de executar conscienciosamente uma ordem, sob responsabilidade de uma autoridade superior, ainda que – desprezando a advertência – ela se obstine a seguir uma falsa via. O funcionário deve executar essa ordem como se ela correspondesse a suas próprias convicções. Sem

essa disciplina moral, no mais elevado sentido do termo, e sem essa abnegação, toda a organização [política] ruiria. (2011: 97)

Aussaresses é, sim, um funcionário e não temos como não associá-lo ao que descreve Weber. Mas Aussaresses não é um funcionário qualquer. Além de um militar das forças regulares – o que já seria suficiente para colocá-lo entre os funcionários com disciplina e atribuições distintas dos demais pertencentes à máquina de um Estado – ele é um agente secreto, membro dos serviços especiais.

Como ressaltou a professora Maria de Lourdes Monaco Janotti, são patentes as semelhanças entre o caso de Aussaresses e o do membro da SS¹⁶⁴ nazista, Adolf Eichmann – responsável por parte da logística de deportação de judeus para campos de concentração e, logicamente, para a morte – que “também se declarou um militar patriota cumpridor de ordens”. Mas “enquanto Eichmann via-se como um funcionário competente e injustiçado por seus superiores por não ter sido promovido, Aussaresses pensava ter evitado massacres de franceses, tanto na Argélia quanto na França, agindo para evitar um mal maior.” (2010, 15)

Mas se há proximidades entre os casos, achamos importante ressaltar que há, entre eles, certa diferenciação. Aussaresses não é um homem mediano e comum como Eichmann: um militar-burocrata que, em seu julgamento, fornece explicações burocráticas para seus atos e que age, até certo ponto, no interesse próprio (Arendt faz questão de ressaltar, ao longo de seu trabalho, quanto seu envolvimento com a questão judaica parece ter colocado fim a uma vida de frustrações profissionais). Diferentemente de Eichmann, Aussaresses, além de ser um homem da ação, é, como tentamos demonstrar ao longo desse trabalho, um agente orgânico e político que, como parte da máquina estatal, age em nome da(s) causa(s) que acredita. Não queremos dizer com isso que as atitudes de um ou de outro sejam mais ou menos reprováveis, mas apenas considerar que a “natureza” do “mal” de ambos são um pouco diferentes. No limite, o estilo blasé de Eichmann no fornecimento de suas explicações, contrastam com a defesa ruidosa de Aussaresses para os atos praticados por ele em nome da França.

Por fim, a segunda hipótese que as memórias de Aussaresses nos sugeriram foi a da relação entre democracias e ditaduras no período. Mais especificamente, as

¹⁶⁴ A Schutzstaffel (SS) constitui-se, a princípio, na guarda pessoal de Hitler. No entanto, com o passar dos anos, “tornou-se poderosíssima, agindo em numerosos campos da atividade política, econômica, policial e, finalmente, militar.” (KERSHAW, 1993: 21)

memórias de Aussaresses mostraram-nos, na prática, que a diferença entre um Estado democrático de direito e um Estado não democrático, *no sentido daquele que impõe sua vontade à população*, são tênues. Em última análise, a atuação de agentes secretos agindo de maneira irrestrita – que podem ser belos(as) e sedutores(as) jovens, perfil mais do que popularizado por personagens como James Bond, ou senhores octogenários, como o jornalista William Bechtel, assassino de Félix Moumié – colocam em suspenso a ideia de uma democracia onde o povo esteja livre para fazer suas escolhas. Qualquer um que não se enquadre dentro de certos princípios “desejáveis”, fazendo oposição ao *status quo*, corre o risco de ser alvo desses seres que “estão por aí”, seja em carne e osso, seja na forma de máquinas, que, hoje, estão o tempo todo a nos vigiar e, desta forma, a nos controlar.

Nesse sentido, os casos de espionagem da suposta democracia norte-americana revelados Assange e Snowden têm colocado em alerta até mesmo chefes de Estado de outras nações. A democracia, mais uma vez recorrendo a Norberto Bobbio, é um processo que ainda não se realizou como se propunha em teoria.

Reflexões como as abordadas por essa pesquisa são difíceis de serem fechadas, pois essa história está em aberto. Como já expusemos, a teia na qual Aussaresses teceu sua trama veio antes dele, e continuou depois, como no caso do projeto do submarino nuclear brasileiro. A abertura de novos arquivos, ou mesmo a mudança de perspectiva de análise de nossos pares, os historiadores, têm trazido constantemente – e ainda trarão – novas luzes sobre esse passado recente que, no fundo, é uma história do (nosso) tempo presente.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. [et. al.]. **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- AGUILAR, S. L. C. **Segurança e defesa no Cone Sul**: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.
- ANGEL, A. A esquerda na América Latina após c. 1920. In: BETHELL, L. (Org) **História da América Latina, Vol. VII: A América Latina após 1930: Estado e Política**. São Paulo: EDUSP: 2009. p. 471-546.
- ANSART-DOURLEN, Michele. **Le choix de la morale en politique**: essai de psychologie politique. Paris: F.-X de Guilbert, 2004.
- ARAÚJO, R. N. **Conquête des Esprits et Commerce des Armes**: la diplomatie militaire française au Brésil (1945-1974). Tese (Doutorado em História) - Temps, Espaces, Sociétés, Cultures (TESC) – Université de Toulouse 2, 2011.
- ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Primeira edição em inglês: 1963)
- ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- AUSSARESSES, Général Paul. **Services Spéciaux**: Algérie 1955-1957. Paris: Perrin, 2001a.
- _____. **Pour la France**. Paris: Éditions du Rocher, 2001b.
- _____. **Je n'ai pas tout dit**: ultimes révélations au service de la France. Paris: Éditions du Rocher, 2008.
- BARROS, J. D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história. In: **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro: UFRJ, Vol. 1, n. 1, jun./2007.
- BERSTEIN, S. **Histoire du gaullisme**. Paris: Perrin: 2002.
- BERTONHA, J. F. Transnacionalismo e diáspora como conceitos para compreender as migrações internacionais: uma reavaliação a partir do caso dos italianos. Mimeo, s/d.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- _____.; MANTTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB. 2 vol. 7ª edição, 1995. (Original em italiano de 1983.)
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191 (Primeira edição: 1996)

- BRASIL, P. (Pseudônimo de Bilac Pinto). **Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.
- BUSTAMANTE, R. M. C.; THEML, N. História Comparada: olhares plurais. In: **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro: UFRJ, Vol. 1, n. 1, jun./2007.
- CARDOSO, L. C. Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964'. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 31, n. 62, 2011, p. 177-140.
- CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COGGIOLA, O. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.
- COOK, D. **Charles de Gaulle**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. (Primeira edição: 1983)
- CORRÊA, M. S. **1964 visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- COSTA, E. V. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CUNHA, L. C. **Operação Condor: o sequestro dos uruguaios** - uma reportagem dos tempos da ditadura. 2ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.
- DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (Primeira edição: 1981)
- DOMINGOS NETO, M. Influência estrangeira e luta interna no exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, A. (Org.) **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d. cap. 3, p. 43-70. (Primeira edição em francês: 1980)
- DOSSE, F. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: São Paulo: Editora Ensaio; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- FICO, C. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2012. (Primeira edição: 2004)
- _____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, jan./jun. 2012, p. 43-59.
- _____; ARAÚJO, M. P.; GRIN, M. (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. (Primeira edição: 1977)
- FERRO, M. **História das colonizações: das conquistas às independências (séculos XIII a XX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (Original em francês de 1994)

- FRAGOSO, A. (Coronel). **Introdução ao estudo da guerra revolucionária**. EMFA-ESG. Arquivo Ana Lagôa (AAL), do Centro de Documentação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.
- FORSYTH, F. **O Dia do Chacal**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Original em inglês de 1971.)
- _____. **Cães de Guerra**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. (Original em inglês de 1974.)
- GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Original em italiano de 1976.)
- _____. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179. (Original em italiano de 1986.)
- GOFF, J. L. **História e Memória**. 4ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.
- GOMES, A. C. Escrita de Si, escrita da História: a título de epílogo. In: _____. (Org.). **Escrita de Si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 7-24.
- GREEN, J. N.; JONES, A. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 29, n. 57, São Paulo: Junho/2009, p. 67-89.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2006. (Traduzido da edição em francês de 1968)
- HERNANDEZ, L. L. Rumo à Revolução Possível. In: _____. **A África na Sala de Aula**, São Paulo: Selo Negro, 2005. cap. 12, p. 441-501.
- HOBBS, E. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Original em inglês de 1995).
- JANOTTI, M. L. M. Violência Política: Brasil e Argélia. In: SHODOLACK, Hélio; ARIAS NETO, José Miguel. **Ensaio de História Política e Cultural**. Guarapava: Ed. Unicentro, 2013, p. 47-82.
- _____. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. In: **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan.-jun. 2010.
- JUDT, T. **Passado Imperfeito: Um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-Guerra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. (Primeira edição em inglês: 1992)
- _____. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

- KI-ZERBO, J. O despertar da África Negra ou a história recomeça. In: _____. **História da África Negra**. 3ª ed., Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2002, Vol 2, cap. 4, p. 157-317.
- KERSHAW, I. **Hitler**: um perfil do poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- LESSA, A. C. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 43, n. 2, Dez. 2000, p.28-58.
- LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. , p. 167-182. (Primeira edição: 1996)
- LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma história política**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141-184. (Primeira edição em francês: 1988).
- MARTINS FILHO, J. R. **A educação dos golpistas**: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Cultures of Dictatorship. Maryland\USA: Universidade de Maryland, setembro de 2004. Disponível em: <<http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- _____. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 23, n. 67, junho/2008, p. 39-50.
- _____. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre revolutionnaire* (1959\1974). In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. A. (Orgs.) **Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil**. Vol. I. Editora Hucitec: São Paulo, 2009. cap. 8, p. 179-202.
- _____. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. In: **Varia história**. Belo Horizonte, Vol. 28, n. 48, Jul/Dez. 2012, p. 519-536.
- MATHIAS, S. K.; ANDRADE, F. O. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. In: **Varia história**. Belo Horizonte, Vol. 28, n. 48, p. 537-554, Jul/Dez. 2012.
- MORAIS, F. **Os últimos soldados da Guerra Fria**. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.2
- MOTTA, R. P. S. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 30, n. 59, 2002, p. 237-266, julho/2008.
- MOURA, G. Historiografia e Relações Internacionais. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, n.10, p. 67-86, jul-dez/1989.
- MUNHOZ, S. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Coord.). **O Século Sombrio**: guerras e revoluções do Século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. cap. 9, p. 261-281.

- MUNHOZ, S. A Guerra Fria no Brasil: repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito. In: **Simpósio Nacional de História**, 22, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.
- QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). In: **Varia história**. Belo Horizonte, Vol. 28, n. 47, p. 19-41, Jul/Dez. 2012.
- RÉMOND, R. **O século XX**: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Editora Cultrix, 1984. (Primeira edição em francês: 1974)
- _____. Uma história presente. In: _____. (Org.) **Por uma história política**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36. (Primeira edição em francês: 1988)
- ROLLAND, D. **A crise do modelo francês**: a França e a América Latina: cultura, política e identidade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005. (Primeira edição: 2000)
- ROLLEMBERG, D. *Aos grandes homens a Pátria reconhecida*: Os Justos no Panthéon. In: FICO, C. ARAÚJO, M. P.; GRIN, M. (Orgs.). **Violência na história**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 79-101.
- ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 67-101.
- SADER, E. **Um rumor de botas**: ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Editora Polis, 1982.
- SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras/Editora UFMG, s/d.
- SCHAFF, A. **História e Verdade**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Primeira edição em francês: 1971)
- SERRANO, C.; MUNANGA, K. **A Revolta dos Colonizados**: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1995.
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, H. R. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.
- _____. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as ditaduras militares: uma história cruzada. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, jun. 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/5791>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

SILVA, M. R. Contexto de Guerra: referência americana e ditadura no Brasil. **As desventuras de Os Zeróis**: cartuns e charges de Ziraldo, entre intenção e condição (1967-1972). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

TAVARES, A. L. **O Brasil de minha geração**: mais dois decênios de lutas (1956-1976). Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. **Brasil França**: ao longo de 5 séculos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

TURNER, F. J. **Oeste Americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América. Paulo Knauss (org.). Niterói, RJ: EdUFF, 2004.

VISENTINI, P. G. Fagundes. O Regime Militar Brasileiro e sua Política Externa. In: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 143-159.

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WERNER, A. H.; COMBAT, F. A. História ‘Viva’ e História ‘Objetivada’: George F. Kennan e o Plano Marshall. In: **História Social**, n. 13, Campinas, SP, p. 173–191, 2007.

YAZBEK, M. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE)

Relatório da Embaixada do Brasil em Paris. Lyra Tavares. Março de 1973. Atividades econômicas 600 (F37).

Relatório da Embaixada do Brasil em Paris. Lyra Tavares. Fevereiro de 1974. Atividades 300.2 (F37).

Telegramas de 1973 – Rolo 2163.

Telegramas de 1974, de 001-864 – Rolo 0013.

Telegramas de 1974, de 865 a 1159 – Rolo 0014.

Jornais e Revistas

Le Monde – França. Acervo desde 1944. Disponível em: <<http://www.lemonde.fr/>>.

Folha de S.Paulo – São Paulo. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>.

Estado de S.Paulo – São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>.

O Globo – Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>.

Valor Econômico – São Paulo. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/>>.

Revista **Carta Capital** – São Paulo. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/>>.

Audiovisual – Filmes e Documentários

DURVAL JÚNIOR. (Dir.) **O Lapa Azul**. Brasil, 2007.

PONTECORVO, Gillo. (Dir.) **A Batalha de Argel**. Argélia/Itália, 1966.

ROBIN, Marie-Monique. (Dir.) **Escadrons de la mort: l'école française**. França, 2003.

ROTMAN, Patrick. (Dir.) Estados armados. Terceiro episódio de **L'Ennemi intime**. França, 2002.